

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA VILA REAL ENERGIA S.A.

entre

**VILA REAL ENERGIA S.A.,**  
*como Emissora*

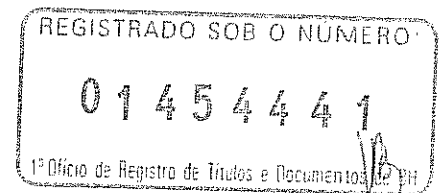
**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,**  
*representando a comunhão dos titulares das Debêntures*

**C.E.I - ENERGÉTICA INTEGRADA LTDA.,**  
**HY BRAZIL ENERGIA S/A, POLARIS PARTICIPAÇÕES LTDA.,**  
**NEIVA PARTICIPAÇÕES LTDA., INTERACTA PARTICIPAÇÕES LTDA.,**  
**EDUARDO BELFORT DE NORONHA GUARANI, ROMERO MACHADO FERREIRA,**  
**ROGERIO VALADARES GONTIJO, JOSE CELSO VALADARES GONTIJO,**  
**ALAN DE ALVARENGA MENEZES, RICARDO RIBEIRO VALADARES GONTIJO,**  
**RICARDO VALADARES GONTIJO, EVANDO JOSÉ NEIVA,**  
**LUIZ ALFREDO GEORGE WACHED CAVA E ANDREW FRANK STORFER**  
*na qualidade de Fiadores*

e

**DENISE DE ANDRADE FERREIRA, LAILA FARES NEIVA, ANA LÚCIA RIBEIRO VALADARES**  
**GONTIJO, ELIANA BENELLI STORFER, ANA MARIA BAÊTA VALADARES GONTIJO E MARIA**  
**ELISABETH LOURENÇO VALADARES GONTIJO**  
*na qualidade de cônjuges-anuentes*

Datado de  
19 de Janeiro de 2015



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA VILA REAL ENERGIA S.A.**

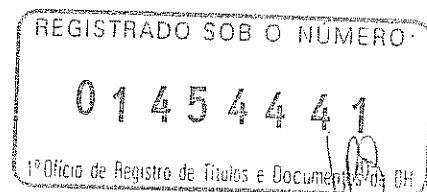
Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

- (I) **VILA REAL ENERGIA S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na rua Lavras, 20, sala 5, bairro São Pedro, CEP 30330-010, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 20.118.823/0001-23, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG"), sob o NIRE 3130010761-2, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");
- (II) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 8, Ala B, Salas 303 e 304 – Barra da Tijuca, CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário"), nomeada neste instrumento para representar a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Emissora ("Debenturistas", "Emissão" e "Debêntures", respectivamente), nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações");

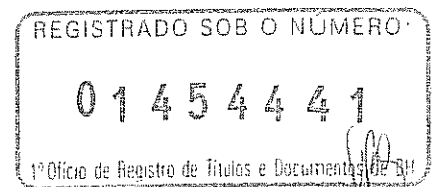
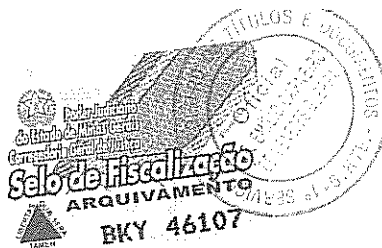
(sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individualmente, como "Parte")

na qualidade de fiadores:

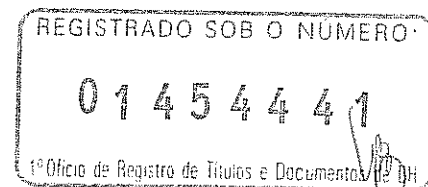
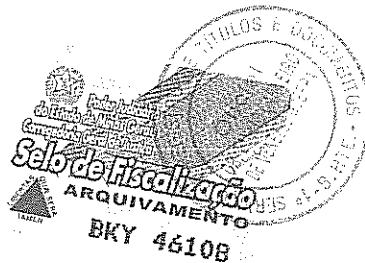
- (I) **C.E.I. - ENERGÉTICA INTEGRADA LTDA.**, sociedade empresária limitada, com escritório na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Rua Lavras, nº 20, 5º andar, sala 04, Bairro São Pedro, CEP 30330-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.096.841/0001-93, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("CEI");



- (III) **HY BRAZIL ENERGIA S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Rua Peru, nº 75, sala 01, Bairro Sion, CEP 30320-040, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.730.282/0001-36, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("HY Brazil");
- (IV) **POLARIS PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Rua Padre Marinho, nº 49, sala 1.201, Bairro Santa Efigênia, CEP 30140-040, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.965.051/0001-50, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Polaris");
- (V) **NEIVA PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Rua Jornalista Djalma Andrade, nº 46, sala 902, Bairro Belvedere, CEP 30320-540, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.263.414/0001-15, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Neiva");
- (VI) **INTERACTA PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Av. Ibirapuera, nº 2.033, 2º andar, conjunto 22, Bairro Ibirapuera, CEP 04029-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.880.237/0001-65, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Interacta" e, em conjunto com CEI, HY Brazil, Polaris e Neiva, os "Fiadores Pessoas Jurídicas");
- (VII) **EDUARDO BELFORT DE NORONHA GUARANI**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº M.5.213.102, expedida pela SSP/MG, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob nº 003.609.636-92, com escritório na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Lavras, nº 20, 5º andar, Bairro São Pedro, CEP 30330-010 ("Eduardo");
- (VIII) **ROMERO MACHADO FERREIRA**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº M.8.396.878, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob nº 036.389.146-31, residente na Rua General Dionísio Cerqueira, nº 199, apto 301, Bairro Gutierrez, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30.441-063 ("Romero");
- (IX) **ROGERIO VALADARES GONTIJO**, brasileiro, casado, engenheiro civil portador da cédula de identidade RG nº M-749.386, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob nº 228.596.756-04, residente na Rua Conde de Linhares, nº 477, Bairro Cidade Jardim, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30.380-030 ("Rogério");

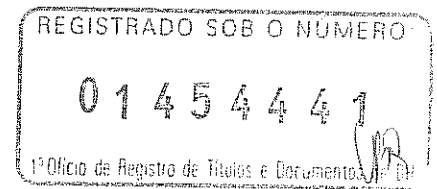


- (X) **JOSÉ CELSO VALADARES GONTIJO**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº 169.847, expedida por SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob nº 001.997.021-87, com escritório na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Peru, nº 75, Bairro Sion, CEP 30320-040 ("José Celso");
- (XI) **ALAN DE ALVARENGA MENEZES**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade nº 7658/D, expedida pelo CREA/MG, inscrito no CPF/MF sob nº 044.594.826-49, com escritório na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Peru, nº 75, Bairro Sion, CEP 30320-040 ("Alan");
- (XII) **RICARDO RIBEIRO VALADARES GONTIJO**, brasileiro, solteiro, nascido em 16/08/1981, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº 10.568.247, expedida pela SSP/MG, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do CPF/MF sob nº 050.843.996-56, residente na Rua Grão Pará, nº 466, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30150-340 ("Ricardo Ribeiro");
- (XIII) **RICARDO VALADARES GONTIJO**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº M.376.790, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob nº 155.017.286-72, residente na Rua Grão Pará, nº 466, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30150-340 ("Ricardo");
- (XIV) **EVANDO JOSÉ NEIVA**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº M.871.184, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob nº 009.808.466-68, residente na Rua Jornalista Djalma Andrade, nº 46, Bairro Belvedere, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30.320-540 ("Evando");
- (XV) **LUIZ ALFREDO GEORGE WACHED CAVA**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 25.782.878-3, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob nº 165.107.178-08, residente na Rua Professor Arthur Ramos, 350, apto. 302, Bairro Jardim Paulistano, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01454-902 ("Luiz"); e
- (XVI) **ANDREW FRANK STORFER**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº 6.586.965-5, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 010.515.298-67, residente na Rua Itapaiúna nº 1665, casa 53, Bairro Jardim Morumbi, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05707-000 ("Andrew" e em conjunto com Eduardo, Romero, Rogério, José Celso, Alan, Ricardo Ribeiro, Ricardo, Evando e Luiz, os "Fiadores Pessoas Físicas" e, em conjunto com os Fiadores Pessoas Jurídicas, "Fiadores");



na qualidade de cônjuges-anuentes:

- (I) **DENISE DE ANDRADE FERREIRA MENEZES**, brasileira, casada com Alan, analista de sistemas, portadora da cédula de identidade RG nº 03104304-5, inscrita no CPF/MF sob nº 260.798.527-72, com escritório na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Peru, nº 75, Bairro Sion, CEP 30320-040 ("Denise");
- (II) **LAILA FARES NEIVA**, brasileira, casada com Evando, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº MG 871.286, inscrita no CPF/MF sob nº 037.369.126-25, residente na Jornalista Djalma Andrade, nº 46, Bairro Belvedere, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30.320-540 ("Laila");
- (III) **ANA LÚCIA RIBEIRO VALADARES GONTIJO**, brasileira, casada com Ricardo, engenheiro civil, portadora, portador da cédula de identidade RG nº 27.329-D, expedida pelo CREA/MG, inscrita no CPF/MF sob nº 316.370.276-72, residente na Rua Grão Pará, nº 466, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30150-340 ("Ana Lúcia");
- (IV) **ELIANA BENELLI STORFER**, brasileira, casada com Andrew, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 7.518.575-1 expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 903.182.008-30, residente na Rua Itapaiúna nº 1665, casa 53, Bairro Jardim Morumbi, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05707-000 ("Eliana");
- (V) **ANA MARIA BAÊTA VALADARES GONTIJO**, brasileira, casada com José Celso, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 132.530, expedida pela SSP/DF, inscrita no CPF/MF sob o nº 855.154.341-53, com escritório na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Peru, nº 75, Bairro Sion, CEP 30320-040 ("Ana Maria"); e
- (VI) **MARIA ELISABETH LOURENÇO VALADARES GONTIJO**, brasileira, casada com Rogério, arquiteta, portadora da cédula de identidade RG nº MG 521.244, expedida pela SSP/MG, inscrita no CPF/MF sob o nº 328.592.446-20, residente na Rua Conde de Linhares, nº 477, Bairro Cidade Jardim, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30.380-030 ("Maria Elisabeth" e em conjunto com Denise, Laila, Ana Lúcia, Eliana e Ana Maria, "Cônjuges").

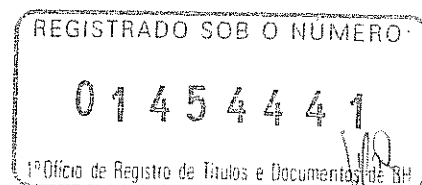
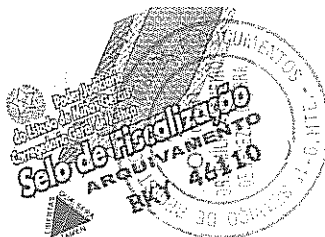


(Fiadores Pessoas Jurídicas quando em conjunto com a SPE (conforme abaixo definida) serão doravante denominados "Garantidores Pessoas Jurídicas"; e Fiadores, quando em conjunto com a SPE, serão doravante denominados "Garantidores")

resolvem celebrar este "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Vila Real Energia S.A." ("Escritura de Emissão") de acordo com os seguintes termos e condições:

## 1 AUTORIZAÇÕES

- 1.2 A Emissão, a Oferta (conforme abaixo definida), a celebração desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantias (conforme abaixo definidos), a constituição da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios dos PPAs e de Conta Vinculada (conforme abaixo definida) e da Alienação Fiduciária de Quotas (conforme abaixo definida) serão realizadas de acordo com a assembleia geral extraordinária de acionistas da Emissora, realizada em 17 de dezembro de 2014 ("AGE"), em conformidade com o disposto no artigo 59, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social vigente da Emissora.
- 1.3 A prestação da Fiança (conforme abaixo definida) pelos Fiadores Pessoas Jurídicas, nos termos da Cláusula 6.30.2 abaixo, conforme aplicável, foi devidamente autorizada com base nas seguintes deliberações e autorizações:
- (i) reunião de sócios da CEI, realizada em 17 de dezembro de 2014 ("Reunião CEI");
  - (ii) assembleia geral extraordinária de acionistas da HY Brazil, realizada em 16 de dezembro de 2014 ("AGE HY Brazil");
  - (iii) reunião de sócios da Polaris, realizada em 17 de dezembro de 2014 ("Reunião Polaris");
  - (iv) assembleia de sócios da Neiva, realizada em 17 de dezembro de 2014 ("Assembleia Neiva");
  - (v) reunião de sócios da Interacta, realizada em 12 de dezembro de 2014 ("Reunião Interacta") e, quando considerada em conjunto com a Reunião CEI, AGE HY Brazil,



Reunião Polaris e Assembleia Neiva, "Atos Societários dos Fiadores Pessoas Jurídicas"; e

- 1.4 A prestação da Fiança pelos Fiadores Pessoas Físicas, Romero, Alan, Ricardo, Evando, Andrew, José Celso e Rogério, foi devidamente autorizada por suas respectivas cônjuges, as Sras. Denise, Ana Lúcia Laila, Eliana, Ana Maria e Maria Elizabeth, respectivamente, na qualidade de cônjuges-anuentes, com a finalidade de atribuir validade e eficácia à prestação das Fianças, nos termos do artigo 1.647, inciso III, da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil").

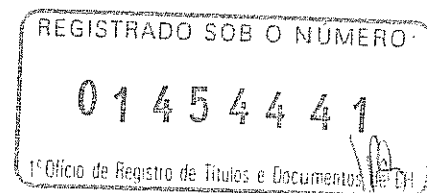
## 2 REQUISITOS

- 2.1 A Emissão e a Oferta serão realizadas com observância aos seguintes requisitos, conforme aplicáveis:

2.1.1 **Arquivamento e publicação da ata da AGE.** A ata da AGE foi publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais ("DOEMG") e no jornal "Hoje em Dia", em 15 de janeiro de 2015, e arquivada na JUCEMG em 06 de janeiro de 2015 sob o nº5438322, em atendimento ao disposto no artigo 62, inciso I e do artigo 289, da Lei das Sociedades por Ações;

2.1.2 **Arquivamento e publicação das atas dos Atos Societários dos Fiadores Pessoas Jurídicas.** As atas dos Atos Societários dos Fiadores Pessoas Jurídicas deverão ser arquivadas na junta comercial do Estado da sede dos Fiadores Pessoas Jurídicas, respectivamente, e, conforme aplicável, devidamente publicadas, conforme a seguir:

- (a) A ata da Reunião CEI foi arquivada na JUCEMG em 07 de janeiro de 2015, sob n.º 5438411;
- (b) A ata da AGE HY Brazil foi arquivada na JUCEMG em 07 de janeiro de 2015, sob n.º 5438947, e publicada no DOEMG e no jornal "Hoje em Dia" em 15 de janeiro de 2015;
- (c) A ata da Reunião Polaris foi arquivada na JUCEMG em 14 de janeiro de 2015, sob o n.º 5442468;
- (d) A ata da Assembleia Neiva foi arquivada na JUCEMG em 02 de janeiro, sob n.º 5437141; e



- (e) A ata da Reunião Interacta foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 13 de janeiro de 2015, sob o nº 4.364/15-6.

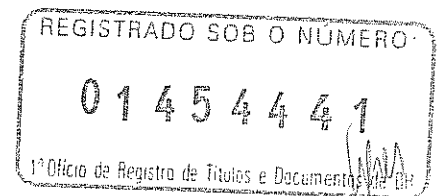
**2.1.3 Inscrição desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos na JUCEMG.**

Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCEMG, nos termos do artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações. A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) cópia digital com certificação do arquivamento da JUCEMG desta Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo registro;

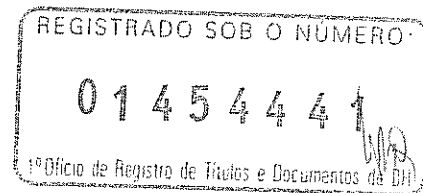
- 2.1.4 Constituição das Fianças.** Em razão das Fianças, prestadas nos termos do item 6.30.2 abaixo, esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, serão registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, nos termos do artigo 129 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada ("Lei de Registros Públicos"), em até 15 (quinze) dias corridos a contar da data de sua assinatura, sendo certo que esse prazo poderá ser prorrogado por igual período, caso a Emissora tenha efetuado o protocolo dentro do prazo aqui estabelecido, mas os referidos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos não tenham respondido a tempo. Uma via original da Escritura de Emissão e qualquer aditivo subsequente, devidamente registrados nos referidos cartórios deverão ser entregues, pela Emissora ao Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo registro, nos termos do item 7.1(u) abaixo;

- 2.1.5 Constituição das Garantias Reais.** Observado o disposto no item 6.30.1 abaixo, e em atendimento ao disposto no inciso III do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações, ao artigo 129 da Lei de Registros Públicos e demais leis e regulamentações aplicáveis, as Garantias Reais serão constituídas por meio dos respectivos Contratos de Garantias, e qualquer aditivo subsequente, os quais serão registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, nos termos e prazos previstos nos respectivos Contratos de Garantias. Uma via original dos respectivos Contratos de Garantias e qualquer aditivo subsequente, devidamente registrados nos referidos cartórios deverão ser entregues, pela Emissora ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo registro, nos termos do item 7.1(u) abaixo.





- 2.1.6 **Registro para distribuição, negociação e custódia eletrônica.** As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”) e do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição e a negociação liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP. As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado regulamentado de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 14 da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“**Instrução da CVM 476**”), e observado o cumprimento, pela Emissora, do artigo 17 da referida Instrução. Observado o disposto no artigo 4º, incisos I e II, da Instrução da CVM 476, somente investidores qualificados (“**Investidores Qualificados**”), nos termos da definição da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“**Instrução CVM 409**”), ou o normativo que vier a substituí-la, poderão subscrever ou adquirir as Debêntures, ressalvado o disposto no parágrafo 1º do artigo 15 da Instrução CVM 476;
- 2.1.7 **Registro da Oferta na CVM.** A Oferta está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei do Mercado de Capitais**”), nos termos do artigo 6º da Instrução da CVM 476, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos; e
- 2.1.8 **Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”).** A Oferta deverá ser registrada na ANBIMA, exclusivamente para fins de informar a base de dados da ANBIMA, por se tratar de oferta pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476 e nos termos do parágrafo primeiro, inciso I, e parágrafo segundo, ambos do artigo 1º do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários” (“**Código ANBIMA**”), condicionado à expedição, até a data de comunicação de encerramento da Oferta pelo Coordenador Líder (conforme abaixo definido), de diretrizes específicas, nos termos do artigo 9º, parágrafo 2º do Código ANBIMA, para o cumprimento da obrigação.



### 3 OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

- 3.1 A Emissora tem por objeto social a geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica; a operação e manutenção de usinas de pequeno e grande porte; a elaboração e execução de projetos de produção independente de energia; e a participação, como quotista ou acionista, em sociedades empresariais atuantes no setor de energia elétrica.

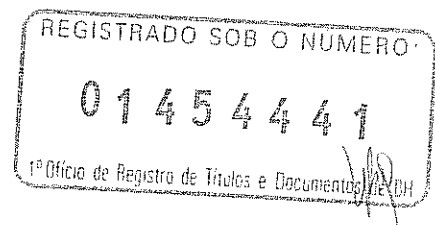
### 4 DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1 Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão serão utilizados, necessariamente, na aquisição da totalidade das quotas representativas do capital social da Maynart Energética Ltda. ("Quotas SPE" e "SPE", respectivamente), detidas por Novelis do Brasil Ltda., que é detentora dos seguintes projetos: Pequena Central Hidrelétrica ("PCH") Salto, PCH Prazeres, PCH Cabloco, PCH Funil, PCH Fumaça e PCH Furquim.
- 4.2 Caso após a aquisição mencionada na Cláusula 4.1, ainda haja disponibilidade de recursos líquidos pela Emissora, obtidos por meio da Emissão, a Emissora irá destiná-los para reforço em seu capital de giro.
- 4.3 Para os fins desta Escritura de Emissão: PCH Salto, PCH Prazeres, PCH Cabloco, PCH Funil, PCH Fumaça e a PCH Furquim, em conjunto, serão denominadas de "Projetos".

### 5 CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

- 5.1 **Colocação e Procedimento de Distribuição.** Nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Distribuição Pública com Esforços Restritos da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Vila Real Energia S.A." ("Contrato de Distribuição") a ser celebrado entre a Emissora e a instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder"), as Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476 ("Oferta"), sob o regime de garantia firme de colocação para o Valor Total da Emissão.
- 5.2 Sem prejuízo do disposto acima, no âmbito da Oferta: (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados, pelo Coordenador Líder; e (ii) as

*[Handwritten signatures and initials]*



Debêntures somente poderão ser subscritas por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, nos termos da Instrução CVM 476.

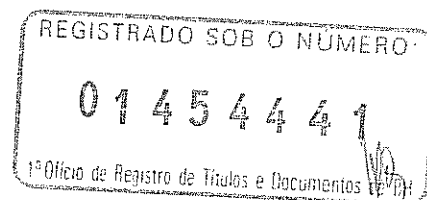
- 5.3** Os fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos no item 5.2 acima, conforme disposto no artigo 3º, parágrafo 1º, da Instrução CVM 476; (ii) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados, conforme disposto no artigo 4º, inciso I, da Instrução CVM 476; e (iii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso (iv) do artigo 109, da Instrução CVM 409, deverão subscrever, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), conforme disposto no artigo 4º, inciso II, da Instrução CVM 476;
- 5.4** No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente, entre outras coisas, de que: (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura.
- 5.5** Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

## **6 CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES**

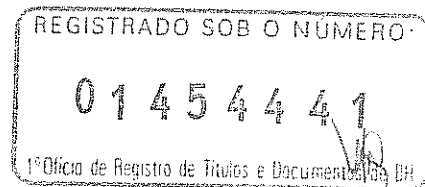
- 6.1 *Número da Emissão.*** As Debêntures representam a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.
- 6.2 *Valor Total da Emissão.*** O valor total da emissão será de R\$38.000.000,00 (trinta e oito milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definida).
- 6.3 *Quantidade.*** Serão emitidas 38 (trinta e oito) Debêntures.
- 6.4 *Série.*** A Emissão será realizada em série única.
- 6.5 *Valor Nominal Unitário.*** As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

*[Handwritten signatures and initials]*

11

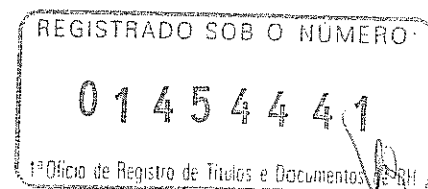


- 6.6 **Subscrição.** As Debêntures serão subscritas e integralizadas a qualquer tempo a partir do início de sua distribuição, em observância ao plano de distribuição, conforme estabelecido no Contrato de Distribuição, bem como nas disposições da Instrução CVM 476 ("Data de Subscrição e Integralização").
- 6.7 **Preço e Forma de Integralização.** O preço de integralização de cada Debênture será seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme abaixo definida), calculados, *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a respectiva Data de Subscrição e Integralização ("Preço de Integralização"), observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Instrução CVM 476. As Debêntures serão integralizadas pelo Preço de Integralização, à vista, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação financeira da CETIP.
- 6.8 **Direito de Preferência.** Não há direito de preferência dos atuais acionistas da Emissora na subscrição das Debêntures.
- 6.9 **Forma e Comprovação de Titularidade.** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário (conforme abaixo definido), e, adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, por extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.
- 6.10 **Escriturador Mandatário.** A instituição prestadora de serviços de escrituração e mandatário das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Escriturador Mandatário na prestação dos serviços relativos às Debêntures).
- 6.11 **Banco Liquidante da Emissão.** A instituição prestadora dos serviços de banco liquidante das Debêntures é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante da Emissão", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante da Emissão na prestação dos serviços relativos às Debêntures).
- 6.12 **Convertibilidade.** As Debêntures não serão convertíveis em ações de emissão da Emissora.



- 6.13 **Espécie.** As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, com garantias adicionais real e fidejussória, conforme disposto nas Cláusulas 6.30.1 e 6.30.2 abaixo, respectivamente.
- 6.14 **Data de Emissão.** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 28 de janeiro de 2015 ("Data de Emissão").
- 6.15 **Prazo e Data de Vencimento.** Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado, vencimento antecipado das Debêntures ou aquisição facultativa das Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, as Debêntures terão vencimento em 15 de janeiro de 2018 ("Data de Vencimento").
- 6.16 **Amortização.** O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, será amortizado mensalmente, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de junho de 2015 e o último em 15 de janeiro de 2018, conforme a tabela abaixo ("Amortização Programada"), ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado, vencimento antecipado ou aquisição facultativa das Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão:

Datas de Amortização	Percentual do saldo do Valor Nominal Unitário a Ser Amortizado
15 de junho de 2015	6.0514%
15 de julho de 2015	6.0514%
15 de agosto de 2015	6.0514%
15 de setembro de 2015	6.0514%
15 de outubro de 2015	6.0514%
15 de novembro de 2015	6.0514%
15 de dezembro de 2015	6.0514%
15 de janeiro de 2016	2.5020%
15 de fevereiro de 2016	2.5020%
15 de março de 2016	2.5020%
15 de abril de 2016	2.5020%
15 de maio de 2016	2.5020%
15 de junho de 2016	2.5020%
15 de julho de 2016	2.5020%
15 de agosto de 2016	2.5020%

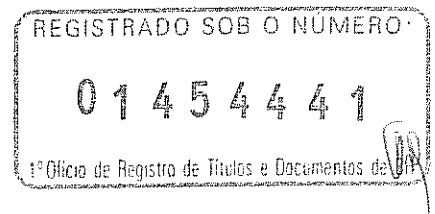


15 de setembro de 2016	2.5020%
15 de outubro de 2016	2.5020%
15 de novembro de 2016	2.5020%
15 de dezembro de 2016	2.5020%
15 de janeiro de 2017	2.0792%
15 de fevereiro de 2017	2.0792%
15 de março de 2017	2.0792%
15 de abril de 2017	2.0792%
15 de maio de 2017	2.0792%
15 de junho de 2017	2.0792%
15 de julho de 2017	2.0792%
15 de agosto de 2017	2.0792%
15 de setembro de 2017	2.0792%
15 de outubro de 2017	2.0792%
15 de novembro de 2017	2.0792%
15 de dezembro de 2017	2.0792%
15 de janeiro de 2018	Saldo Devedor das Debêntures

## 6.17 Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário e Remuneração

6.17.1 **Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário.** Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário.

6.17.2 **Remuneração das Debêntures.** As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios equivalentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, *Over Extra-Grupo*, expressas na forma percentual ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI-Over"), acrescida de uma sobretaxa de 3,70% (três inteiros e setenta centésimos por cento) ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, desde a Data de Emissão ou desde a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, ressalvadas as hipóteses de amortização, resgate antecipado e vencimento antecipado das Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, observando o cronograma de



pagamento da remuneração previsto no item 6.18 abaixo ("Remuneração"). A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração devida em cada data de pagamento de Remuneração, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* (Sobretaxa), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Sendo que:

Fator DI = produtório da Taxa DI-Over, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n-1} [1 + (TDI_k)]$$

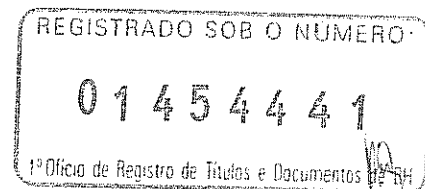
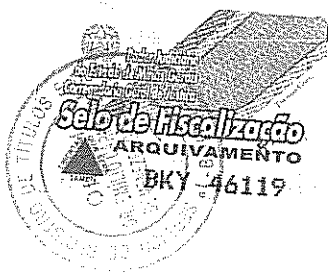
Sendo que:

n = número total de Taxa DI-Over consideradas na apuração do produtório, sendo "n" um número inteiro;

k = número de ordem da Taxa DI-Over, variando de "1" até "n";

$TDI_k$  = Taxa DI-Over, de ordem "k", expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

*[Handwritten signatures and marks]*



$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

$DI_k$  = Taxa DI-Over, de ordem "k", divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

Sendo que:

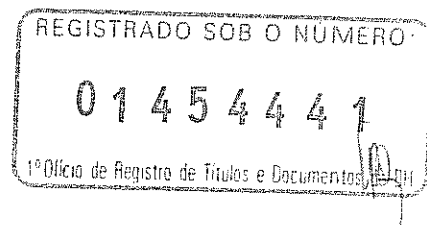
*spread* = 3,7000, informado com 4 (quatro) casas decimais; e

*n* = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, e a data de cálculo, exclusive, sendo "n" um número inteiro.

Observações:

- (a) A Taxa DI-Over deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.
- (b) O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.
- (c) Efetua-se o produtório dos fatores  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- (d) Estando os fatores acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.



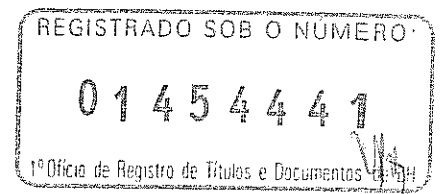


(e) O fator resultante da expressão (Fator DI x FatorSpread) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

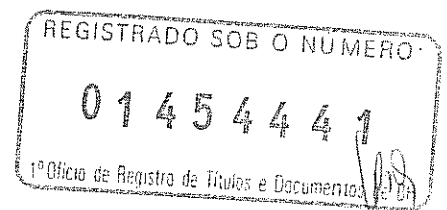
6.17.3 Define-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para o pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão (exclusive). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento, Amortização Extraordinária Facultativa, Resgate Antecipado Facultativo, Oferta de Resgate Antecipado e vencimento antecipado das Debêntures, conforme o caso.

6.17.4 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI-Over quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a Taxa DI-Over conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI-Over.

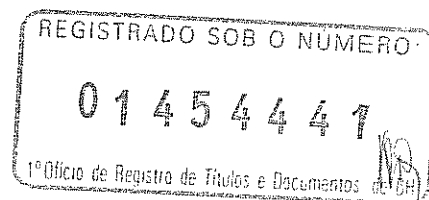
6.17.5 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI-Over por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis da data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para definir, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro a ser aplicado. A referida Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser convocada em até 5 (cinco) dias contados (i) do primeiro Dia Útil subsequente ao término do prazo de 10 (dez) Dias Úteis, ou (ii) do primeiro Dia Útil contado da data de extinção da Taxa DI-Over ou, ainda, de impossibilidade de aplicação da Taxa DI-Over por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso. A Assembleia Geral de Debenturistas de que trata este item 6.17.5 deverá ser realizada em até 15 (quinze) dias corridos da data de sua convocação. Até a deliberação sobre o novo parâmetro a ser utilizado para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, conforme aplicável, será utilizada a última Taxa DI-Over divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando (i) da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures e/ou (ii) da divulgação posterior da Taxa DI-Over, o que ocorrer primeiro.



- 6.17.6 Caso a Taxa DI-Over venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 6.17.5 acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada, e a Taxa DI-Over, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo da Remuneração e/ou de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, conforme aplicável, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI-Over nos termos aqui previstos, quando do cálculo da Remuneração e/ou de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, conforme aplicável, será utilizada a última Taxa DI-Over divulgada oficialmente.
- 6.17.7 Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 6.17.5 acima, não haja acordo sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), a Emissora deverá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures, com seu consequente cancelamento, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização da referida Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definido), quando for o caso e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão. Neste caso, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, será utilizada fórmula descrita no item 6.17.2 acima, observando-se a última Taxa DI-Over divulgada oficialmente.
- 6.17.8 O resgate descrito no item 6.17.7 acima, assim como o pagamento das Debêntures a serem resgatadas, serão realizados observando-se os procedimentos da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, e/ou do Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.
- 6.17.9 A CETIP deverá ser comunicada, por meio de correspondência encaminhada pela Emissora em conjunto com o Agente Fiduciário, da realização do resgate de que trata o item 6.17.7 acima, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.



- 6.17.10** Os Fiadores desde já concordam com o disposto neste item 6.17, declarando que o aqui disposto não importará em novação, conforme disposto no artigo 360 e seguintes do Código Civil (conforme abaixo definido), mantendo-se a Fiança prestada nos termos desta Escritura de Emissão válida e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar obrigação à Emissora de resgatar as Debêntures ou no caso de inadimplemento, pela Emissora, de tal obrigação. Os Fiadores desde já concordam e se obrigam a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto neste parágrafo.
- 6.18** ***Pagamento da Remuneração.*** A Remuneração das Debêntures será paga, mensalmente, sempre no dia 15, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de junho de 2015 e o último em 15 de janeiro de 2018 ("Data de Pagamento da Remuneração"), ressalvadas as hipóteses de amortização, resgate antecipado e vencimento antecipado das Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão. Farão jus à Remuneração aqueles que forem titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.
- 6.19** ***Repactuação.*** Não haverá repactuação programada.
- 6.20** ***Resgate Antecipado Facultativo.*** A partir do 3º (terceiro) ano (inclusive) contado da Data de Emissão, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, promover o resgate antecipado da totalidade (e não menos que a totalidade) das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo"). O Resgate Antecipado Facultativo estará sujeito ao atendimento das seguintes condições:
- (i) a Emissora deverá comunicar os Debenturistas por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 6.31 abaixo ou por meio de comunicado individual a ser encaminhado pela Emissora a cada um dos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante da Emissão, o Escriturador Mandatário e a CETIP acerca da realização do Resgate Antecipado Facultativo, com, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência da data do Resgate Antecipado Facultativo. Tal comunicado deverá conter os termos e condições do Resgate Antecipado Facultativo, que incluem, mas não se limitam a (i) a data do Resgate Antecipado Facultativo, que será a data do efetivo pagamento do Valor do Resgate Antecipado Facultativo; (ii) o Valor do Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido no item (ii) abaixo); e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo ("Comunicação de Resgate");



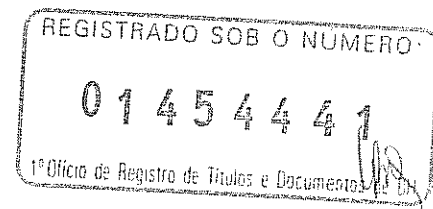
- (ii) o valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures será equivalente (a) ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculados *pro rata temporis* desde a data do último pagamento da Remuneração até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Facultativo; (b) os Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data do referido resgate, se for o caso; e (c) um prêmio de 2% (dois por cento) (*flat*) incidente sobre o valor indicado no subitem (a) acima ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo");
- (iii) o pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente será realizado por meio da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, ou por meio do Banco Liquidante da Emissão, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

**6.21 Amortização Extraordinária Facultativa.** A Emissora poderá, a partir do 3º (terceiro) ano (inclusive) contado da Data de Emissão, a seu exclusivo critério, promover a amortização extraordinária facultativa das Debêntures até o limite de 98% (noventa e oito inteiros por cento) do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso ("Amortização Extraordinária Facultativa"). A Amortização Extraordinária Facultativa será realizada mediante o pagamento de parcela do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa, acrescido um prêmio de 2% (dois por cento) (*flat*) incidente sobre a parcela do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a ser amortizado, acrescido da Remuneração, calculados *pro rata temporis* desde a data do último pagamento da Remuneração até a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa, por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 6.31 abaixo ou por meio de comunicado individual a ser encaminhado pela Emissora a cada um dos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário e para a CETIP, com, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência, que conterà as condições da Amortização Extraordinária Facultativa. A Amortização Extraordinária Facultativa será operacionalizada de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP.

**6.21.1** A Amortização Extraordinária Facultativa será realizada independentemente de qualquer formalidade adicional (inclusive independentemente de qualquer aditamento a esta Escritura de Emissão), mantendo-se inalteradas as datas da Amortização Programada.

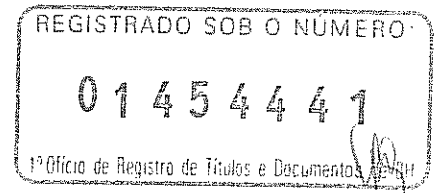
*[Handwritten signatures and initials]*

20



**6.22 Oferta de Resgate Antecipado.** A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo ("Oferta de Resgate Antecipado"):

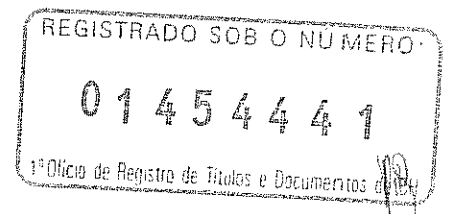
- (i) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de comunicação ao Agente Fiduciário e, na mesma data, por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 6.31 abaixo ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado") ou por meio de comunicado individual a ser encaminhado pela Emissora a cada um dos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário ("Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado"), que deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo, mas sem limitação, (a) menção ao percentual do prêmio de resgate, caso exista; (b) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas, a qual deverá ocorrer em até 10 (dez) Dias Úteis contados do encerramento do prazo a ser estabelecido no Edital de Oferta de Resgate Antecipado ou na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado para manifestação do Debenturista, em uma única data para todas as Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado, observado que a Emissora somente poderá resgatar a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado; (c) a forma e o prazo de manifestação dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado; (d) se a Oferta de Resgate Antecipado estará condicionada a aceitação de um percentual mínimo de Debenturistas, observado o disposto nos incisos (iii) e (v) abaixo; (e) o número máximo de Debêntures que a Emissora pretende resgatar (se houver); e (f) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das Debêntures;
- (ii) o valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado será equivalente, no mínimo, ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures objeto do resgate, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou desde a data do último pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último, até a data do efetivo



resgate, acrescido, se for o caso, de prêmio de resgate que venha a ser oferecido no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado;

- (iii) a Emissora poderá condicionar a Oferta de Resgate Antecipado à aceitação desta por um percentual mínimo de Debêntures, a ser definido e divulgado por meio do Edital de Oferta de Resgate Antecipado ou da Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado;
- (iv) após a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado ou envio da Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado deverão se manifestar nesse sentido à Emissora até o encerramento do prazo a ser estabelecido no Edital de Oferta de Resgate Antecipado ou na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado.
- (v) caso haja adesão de um número maior de Debêntures a serem resgatadas do que o número de Debêntures que a Emissora pretende resgatar, o resgate será feito mediante sorteio, nos termos do artigo 55, §2º, da Lei das Sociedades por Ações, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário;
- (vi) com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, o resgate será realizado em conformidade com os procedimentos operacionais da CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, apuração, rateio e validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas antecipadamente serão realizadas fora do âmbito da CETIP;
- (vii) a Emissora deverá comunicar ao Banco Liquidante da Emissão, ao Escriturador Mandatário e à CETIP a data de realização, bem como todos os termos e condições do Resgate Antecipado realizado em razão da adesão à Oferta de Resgate Antecipado pelos Debenturistas com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data do resgate antecipado; e
- (viii) o pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta de Resgate Antecipado será realizado por meio da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou por meio do

*[Handwritten signatures and initials]*



Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

**6.23 Aquisição Facultativa.** A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em Circulação.

**6.23.1** Observado o disposto acima, a Emissora poderá adquirir as Debêntures em Circulação, desde que observados os termos no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável editada pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora, na medida em que a aquisição seja por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso.

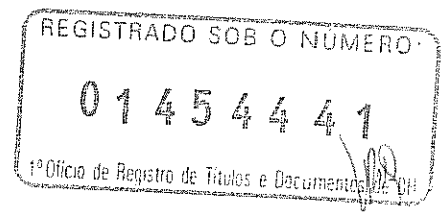
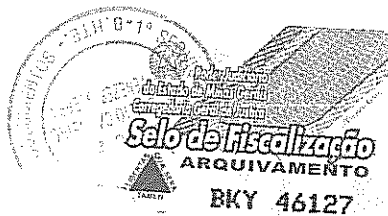
**6.23.2** As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula 6.23.2, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação.

**6.24 Encargos Moratórios.** Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido aos Debenturistas relativamente a qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, (i) multa moratória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios").

**6.25 Decadência dos Direitos aos Acréscimos.** O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

**6.26 Local de Pagamento.** Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados

*[Handwritten signatures and initials]*



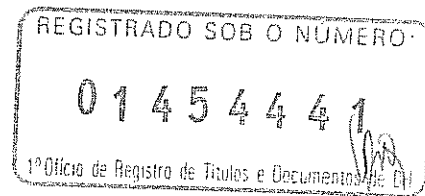
pela Emissora, por meio da CETIP, ou por meio do Banco Liquidante da Emissão para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

**6.27 Prorrogação dos Prazos.** Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com feriado declarado nacional, sábado, domingo, ou dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que a referida prorrogação de prazo somente ocorrerá caso a data de pagamento coincida com sábado, domingo ou feriado declarado nacional. Portanto, para os fins desta Escritura de Emissão e dos demais documentos da Oferta, "Dia(s) Útil(eis)" significa qualquer dia: (a) que não seja sábado, domingo ou feriado nacional, e (b) exceto para a obrigação de pagamento que deva ser realizada por meio da CETIP, o dia em que haja expediente comercial ou bancário na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

**6.28 Tratamento Tributário das Debêntures.** Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante da Emissão, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

**6.28.1** O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos do item 6.28 acima, e que tiver essa condição alterada e/ou revogada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, ou ainda, que tenha esta condição alterada e/ou revogada por qualquer outra razão que não as mencionadas neste item 6.28.1, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante da Emissão e ao Escriturador Mandatário, com cópia para a Emissora (ii) bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante da Emissão, pelo Escriturador Mandatário ou pela Emissora.



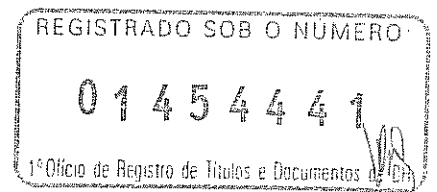


6.28.2 Mesmo que tenha recebido a documentação referida no item 6.28 acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida, sem que esse fato possa gerar pretensão indenizatória contra a Emissora, o Banco Liquidante da Emissão ou o Escriturador Mandatário por parte de qualquer Debenturista ou terceiro.

**6.29 Vencimento Antecipado.** Observado o disposto nos itens 6.29.1 a 6.29.7 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou desde a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial na ocorrência das hipóteses descritas nos itens 6.29.1 e 6.29.2 abaixo (cada uma, um “Evento de Inadimplemento” ou, quando em conjunto, “Eventos de Inadimplemento”).

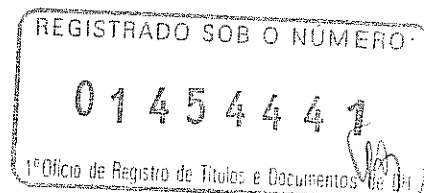
6.29.1 Constituem Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto no item 6.29.7 abaixo:

- (a) ocorrência de: (i) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora e/ou de qualquer dos Fiadores Pessoas Jurídicas, bem como o requerimento de falência da Emissora e/ou de qualquer dos Fiadores Pessoas Jurídicas formulado por terceiros não elidido no prazo legal; (ii) requerimento de autofalência pela Emissora e/ou por qualquer dos Fiadores Pessoas Jurídicas; (iii) propositura, pela Emissora e/ou qualquer dos Fiadores Pessoas Jurídicas, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido obtida homologação judicial do referido plano; e/ou (iv) ingresso, pela Emissora e/ou qualquer dos Fiadores Pessoas Jurídicas, em juízo, com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente, exceto se, no que tange aos Fiadores Pessoas Jurídicas, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da ocorrência de qualquer um dos eventos descritos nos subitens de (i) a (iv) acima, ocorrer (A) a formal e perfeita substituição de tais Fiadores Pessoas Jurídicas por quaisquer outros Fiadores Pessoas Jurídicas, mediante a



assunção de todos os seus direitos e obrigações, através da assinatura e registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos descritos no item 2.1.4 do termo de fiança, cuja minuta compõe o Anexo II desta Escritura de Emissão ("Termo de Fiança"), ou (B) a constituição de aplicações financeiras em garantia em montante, no mínimo, equivalente à proporção da Fiança de tais Fiadores Pessoas Jurídicas, conforme disposta no item 6.30.2(a) abaixo, sobre o saldo devedor da Emissão, mediante o depósito dos recursos decorrentes de tais aplicações financeiras na Conta Vinculada, sem a necessidade de constituição, pela Emissora e/ou pelos Fiadores Pessoas Jurídicas, conforme o caso, de qualquer garantia adicional às Garantias Reais já previstas nesta Escritura de Emissão, ou (C) a apresentação de fiança bancária emitida por qualquer dos seguintes bancos: Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A., Caixa Econômica Federal, HSBC Bank Brasil – Banco Múltiplo, Banco BTG Pactual S.A., Banco Safra S.A., Banco Votorantim S.A. e/ou Banco Citibank S.A. (em conjunto, "Bancos Aprovados") representativa da proporção da Fiança de tais Fiadores Pessoas Jurídicas, conforme disposta no item 6.30.2(a) abaixo, sobre o saldo devedor da Emissão devidamente comprovada pela Emissora ao Agente Fiduciário; sendo certo que qualquer das substituições descritas nos itens (A), (B) ou (C) acima independe de prévia aprovação dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;

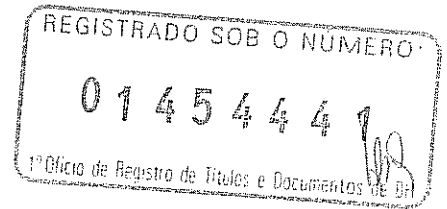
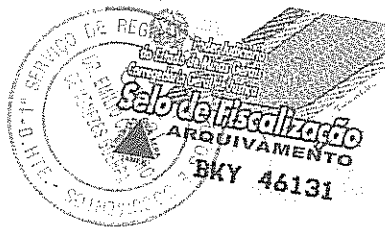
- (b) inadimplemento, pela Emissora e/ou pelos Garantidores, de quaisquer de suas obrigações pecuniárias relativas às Debêntures e/ou às respectivas Garantias, conforme previstas nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos Contratos de Garantia (conforme abaixo definidos), conforme aplicável, não sanada em 1 (um) Dia Útil contado da data do vencimento da obrigação pecuniária;
- (c) cessação, pela Emissora ou pela CEI, de suas atividades empresariais ou adoção de medidas societárias voltadas à sua liquidação, dissolução total ou extinção;
- (d) se qualquer documento da Emissão, inclusive os Contratos de Garantia, as autorizações para exploração das atividades das PCHs, bem como os contratos relacionados aos Projetos necessários para a plena operação, manutenção e funcionamento dos Projetos, ou qualquer uma de suas disposições forem revogadas, rescindidas, se tornarem nulas, inválidas, deixarem de estar em pleno efeito e vigor, ou deixarem de ser exequíveis, ressalvadas as hipóteses de término



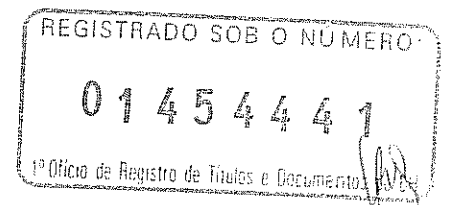
das autorizações para exploração das atividades das PCHs sem que haja a renovação de seu prazo, respectivamente;

- (e) questionamento judicial, pela Emissora, qualquer de suas controladoras, controladas ou coligadas, ou por qualquer dos Garantidores, desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia e/ou de qualquer das Garantias, tendo "controle", com relação a Emissora e aos Garantidores Pessoa Jurídica, para os fins desta Escritura de Emissão, a definição prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações ("Controle");
- (f) cessão, promessa de cessão, qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora e/ou por qualquer dos Garantidores, de qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia, conforme aplicável, sem a prévia anuência, por escrito, de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, com exceção daquelas decorrentes da incorporação reversa da Emissora pela SPE, conforme Cláusula 7.1(vv) abaixo;
- (g) com relação a qualquer dos bens e/ou direitos dados em garantia das Debêntures e/ou a qualquer dos direitos a estes inerentes, nos termos dos Contratos de Garantia, conforme aplicável, rescisão, distrato, aditamento ou qualquer forma de alteração, alienação, venda, cessão, transferência, permuta, conferência ao capital, comodato, empréstimo, locação, arrendamento, dação em pagamento, endosso, desconto ou qualquer outra forma de transferência ou disposição, inclusive por meio de redução de capital, ou constituição de qualquer ônus (exceto pelos ônus em favor dos Debenturistas nos termos dos Contratos de Garantia), ou permissão que qualquer dos atos acima seja realizado, em qualquer dos casos deste inciso, de forma gratuita ou onerosa, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, ainda que para ou em favor de pessoa do mesmo grupo econômico, ressalvadas eventuais regras em sentido contrário estabelecidas nos Contratos de Garantia;
- (h) não atendimento, após decorridos os eventuais prazos de cura previstos nos Contratos de Garantia, conforme aplicável, das obrigações de reforço e/ou aos limites, percentuais e/ou valores das Garantias, conforme aplicável;

27



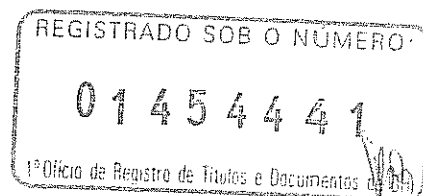
- (i) transformação do tipo societário da Emissora, nos termos dos artigos 220 e 222 da Lei das Sociedades por Ações, de modo que ela deixe de ser uma sociedade por ações;
- (j) cisão, fusão, incorporação (inclusive incorporação de ações) ou outras reestruturações societárias da Emissora que não tenham sido previamente aprovadas pelos Debenturistas, excetuada a reorganização societária mencionada na Cláusula 7.1(vv) abaixo;
- (k) redução do capital social da Emissora, sem a prévia e expressa autorização de titulares das Debêntures representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, exceto pela redução do capital social da Emissora, a ser realizada uma única vez no prazo de até 06 (seis) meses contados da Data de Subscrição e Integralização, a qual fica, desde já, autorizada pelos Debenturistas, sem a necessidade de realização de uma Assembleia Geral de Debenturistas para tanto e, portanto, não implicando no vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures e não assegurando aos Debenturistas o resgate antecipado das Debêntures de sua titularidade, desde que seja mantido o capital social mínimo (integralizado) da Emissora, igual ou superior, a R\$7.000.000,00 (sete milhões de reais);
- (l) inadimplemento, pela Emissora, (i) de obrigações pecuniárias assumidas perante quaisquer terceiros (que não instituições financeiras) no Brasil ou no exterior em valores individuais e/ou consolidados superiores a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), que não as mencionadas na alínea (b) acima, não sanadas no prazo de 1 (um) Dia Útil da data em que tais obrigações tornaram-se devidas e (ii) de obrigações pecuniária contraídas junto a instituições financeiras, em qualquer valor, não sanadas no prazo de 1 (um) Dia Útil;
- (m) decretação de vencimento antecipado de obrigações pecuniárias da Emissora, no Brasil ou no exterior (*cross acceleration*);
- (n) se a Emissora, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas, contrair novos financiamentos, excetuando a contratação de financiamentos até o limite, consolidado, de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) para a aquisição de máquinas e equipamentos;



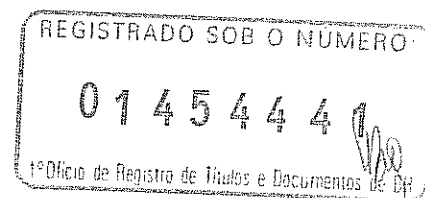
- (o) não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos captados com a Emissão estritamente nos termos desta Escritura de Emissão;
- (p) não constituição e/ou eficácia das Garantias Reais, conforme aplicável, nos termos e prazos previstos nos Contratos de Garantia, conforme aplicável; e
- (q) não realização da incorporação reversa de que trata a Cláusula 7.1(vv) abaixo, no prazo estabelecido na referida Cláusula, sendo certo que esta incorporação reversa fica, desde já, autorizada e, portanto, não implicará em vencimento antecipado das Debêntures, tampouco dependerá de aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas, nem assegurará aos Debenturistas o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares.

6.29.2 Constituem Eventos de Inadimplemento que podem acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto no item 6.29.4 abaixo, qualquer dos eventos previstos em lei e/ou qualquer dos seguintes Eventos de Inadimplemento:

- (a) não cumprimento pela Emissora e/ou por qualquer dos Garantidores de qualquer obrigação não pecuniária assumida no âmbito da Emissão, seja na Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos Contratos de Garantia, conforme aplicável, que não seja sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de sua ocorrência, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações não pecuniárias para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;
- (b) morte, declaração de incapacidade ou declaração de ausência ou insolvência de todos os Fiadores Pessoas Físicas pertencentes ao mesmo Grupo de Fiadores (conforme abaixo definido) sem que, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de sua ocorrência, qualquer um dos demais Fiadores Pessoas Físicas, pertencentes a qualquer outro Grupo de Fiadores, assumam as obrigações dos Fiadores Pessoas Físicas falecidos, declarados incapazes ou ausentes, nos mesmos termos e condições dispostos no item 6.30.2 abaixo, através da assinatura e registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos descritos no item 2.1.4 do Termo de Fiança, sendo certo que, neste caso, referida assunção independerá de prévia aprovação dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;

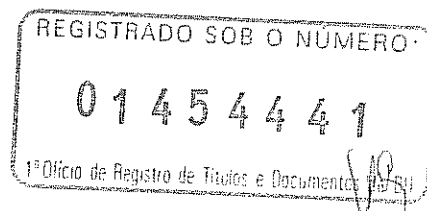


- (c) alteração do objeto social da Emissora, da CEI e/ou da Hy Brasil, conforme disposto em seu estatuto social vigente na Data de Emissão, exceto se (1) previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; ou (2) não resultar em alteração da atividade principal da Emissora, da CEI e/ou da Hy Brasil;
- (d) qualquer falsidade, incorreção ou omissão substancial nas declarações prestadas pela Emissora e/ou por qualquer dos Garantidores no âmbito da Emissão, seja nesta Escritura de Emissão ou em qualquer dos Contratos de Garantia e documentos relacionados à Emissão e à Oferta, de que sejam parte;
- (e) protesto de títulos e/ou descumprimento de decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, cujo pagamento seja de responsabilidade da Emissora em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), exceto se, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data do evento, tiver sido validamente comprovado ao Agente Fiduciário que: (1) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro e tenha sido tomada medida judicial adequada para anulação, cancelamento ou sustação de seus efeitos; (2) o protesto foi cancelado; (3) o valor correspondente foi depositado em juízo; ou (4) o valor correspondente foi devidamente pago pela Emissora;
- (f) protesto de títulos e/ou descumprimento de decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, cujo pagamento seja de responsabilidade dos Fiadores Pessoas Jurídicas em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), exceto se (A) no prazo máximo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da data do evento, tiver sido validamente comprovado ao Agente Fiduciário que: (1) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro e tenha sido tomada medida judicial adequada para anulação, cancelamento ou sustação de seus efeitos; (2) o protesto foi cancelado; (3) o valor correspondente foi depositado em juízo; ou (4) o valor correspondente foi devidamente pago; ou (B) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do protesto de títulos e/ou descumprimento de decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, ocorra (1) a formal e perfeita substituição de tais Fiadores Pessoas Jurídicas por quaisquer outros Fiadores Pessoas Jurídicas, mediante a assunção de todos os seus direitos e obrigações, através da



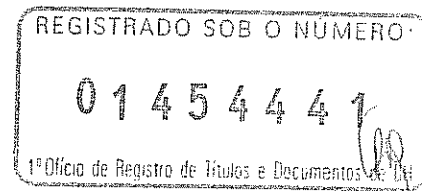
assinatura e registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos descritos no item 2.1.4 do Termo de Fiança, ou (2) a constituição de aplicações financeiras em garantia em montante, no mínimo, equivalente à proporção da Fiança de tais Fiadores Pessoas Jurídicas, conforme disposta no item 6.30.2(a) abaixo, sobre o saldo devedor da Emissão, mediante o depósito dos recursos decorrentes de tais aplicações financeiras na Conta Vinculada, sem a necessidade de constituição, pela Emissora e/ou pelos Fiadores Pessoas Jurídicas, conforme o caso, de qualquer garantia adicional às Garantias Reais já previstas nesta Escritura de Emissão, ou (3) a apresentação de fiança bancária emitida por qualquer um dos Bancos Aprovados, representativa da proporção da Fiança de tais Fiadores Pessoas Jurídicas, conforme disposta no item 6.30.2(a) abaixo, sobre o saldo devedor da Emissão devidamente comprovada pela Emissora ao Agente Fiduciário; sendo certo que qualquer das substituições descritas nos itens (1), (2) ou (3) acima independe de prévia aprovação dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;

- (g) cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência, pela Emissora de máquinas ou equipamentos, cujo valor de mercado, de forma individual ou conjunta, seja igual ou superior a R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais);
- (h) cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência, pela Emissora, de quaisquer imóveis, cujo valor de mercado, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
- (i) constituição de qualquer ônus sobre qualquer dos ativos da Emissora, exceto (i) pelos ônus decorrentes da constituição das Garantias Reais, conforme aplicável; ou (ii) pelo ônus decorrente do financiamento permitido nos termos da alínea (n) do item 6.29.1. acima ou (iii) se previamente aprovado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (j) inobservância, pela Emissora, da legislação e regulamentação ambiental e trabalhista relativa à saúde e segurança ocupacional e meio ambiente, salvo nos casos em que, de boa-fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial;



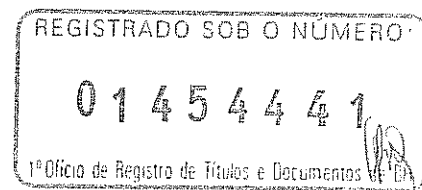
- (k) inobservância, pela Emissora, da legislação e regulamentação quanto a não utilização de mão-de-obra infantil e em condições análogas a de escravo;
- (l) ocorrência de qualquer dano socioambiental relacionado aos Projetos, independentemente de culpa ou dolo da Emissora;
- (m) não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação, intervenção pelos órgãos competentes, extinção ou suspensão das autorizações, licenças e outorgas, inclusive as socioambientais, exigidas para instalar operar e manter os Projetos, exceto se, após a paralisação de um ou mais Projetos por qualquer das razões anteriores for mantido um ICSD mínimo de 1,2 vezes, observado o disposto no item 7.1(d) e 7.1(yy) abaixo;
- (n) existência de decisão judicial, arbitral ou administrativa não sujeita a efeito suspensivo no curso de processo que possa prejudicar a entrada em operação e/ou o desenvolvimento das operações dos Projetos e que reduza o ICSD da Emissora em valor inferior a 1,2 vezes;
- (o) destruição ou perda, de qualquer forma, a qualquer tempo, de quaisquer ativos ou direitos relacionados aos Projetos e que reduza o ICSD da Emissora em valor inferior a 1,2 vezes observado o disposto nos itens 7.1(e) e 7.1(z) abaixo;
- (p) abandono total ou parcial dos Projetos ou de qualquer ativo relevante que esteja ligado, direta ou indiretamente, aos Projetos;
- (q) se ocorrer qualquer evento ou circunstância descrita nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil em relação à Emissora, observado, no entanto, o que já estiver estabelecido sobre tais circunstâncias ou eventos nesta Escritura ou nos Contratos de Garantia;
- (r) se ocorrer qualquer evento ou circunstância descrita nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil em relação aos Fiadores Pessoas Jurídicas, observado, no entanto, o que já estiver estabelecido sobre tais circunstâncias ou eventos nesta Escritura de Emissão ou nos Contratos de Garantia, exceto se ocorrer (A) a formal e perfeita substituição de tais Fiadores Pessoas Jurídicas por quaisquer outros Fiadores Pessoas Jurídicas, mediante a assunção de todos os seus direitos e



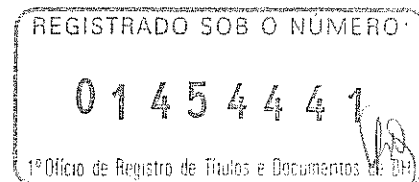


obrigações, através da assinatura e registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos descritos no item 2.1.4 do Termo de Fiança, ou (B) a constituição de aplicações financeiras em garantia em montante, no mínimo, equivalente à proporção da Fiança de tais Fiadores Pessoas Jurídicas, conforme disposta no item 6.30.2(a) abaixo, sobre o saldo devedor da Emissão, mediante o depósito dos recursos decorrentes de tais aplicações financeiras na Conta Vinculada, sem a necessidade de constituição, pela Emissora e/ou pelos Fiadores Pessoas Jurídicas, conforme o caso, de qualquer garantia adicional às Garantias Reais já previstas nesta Escritura de Emissão, ou (C) a apresentação de fiança bancária emitida por qualquer um dos Bancos Aprovados, representativa da proporção da Fiança de tais Fiadores Pessoas Jurídicas, conforme disposta no item 6.30.2(a) abaixo, sobre o saldo devedor da Emissão devidamente comprovada pela Emissora ao Agente Fiduciário; sendo certo que qualquer das substituições descritas nos itens (A), (B) ou (C) acima independe de prévia aprovação dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;

- (s) existência de sentença condenatória que seja exigível desde logo, ainda que não transitada em julgado, em quaisquer processos judiciais relacionados à prática de crime contra o meio ambiente;
- (t) prática de atos pela Emissora que importem em infringência à legislação socioambiental, inclusive no que se refere à operação de qualquer das PCHs que não possua licença ou autorização socioambiental necessária ao seu funcionamento;
- (u) prática de atos pela Emissora que importem em infringência à legislação trabalhista, relativa à saúde e segurança ocupacional, inclusive no que se refere ao incentivo à prostituição ou à utilização de mão-de-obra infantil ou em condições análogas a de escravo;
- (v) inscrição da Emissora ou dos Fiadores Pessoas Jurídicas, ou das demais partes a eles subordinadas, assim entendidas como representantes, funcionários, prepostos, contratados, prestadores de serviços que atuem a mando ou em favor da Emissora e dos Fiadores Pessoas Jurídicas no cadastro de empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo, instituído pela Portaria Interministerial n.º 02, de 12 de maio de 2011, do Ministério do Trabalho e do Emprego e da Secretaria de Direitos Humanos;



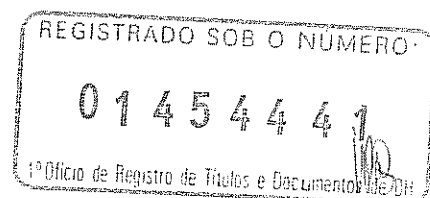
- (w) não-apresentação, ao Agente Fiduciário, de cópia do protocolo de solicitação para inclusão das PCHs de propriedade da SPE no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) em até 2 (dois) meses contados da: (i) data de primeira liquidação das Debêntures ou da (ii) data de publicação da garantia física das usinas pela ANEEL, o que ocorrer por último;
- (x) ocorrência de uma Mudança Adversa Relevante da Emissora. Para fins deste item, será considerada mudança adversa relevante qualquer alteração nos negócios, nas operações, performance, ativos ou perspectivas futuras e/ou alteração de sua capacidade financeira a ponto de prejudicar o cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora, conforme aplicável, nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão ("Mudança Adversa Relevante");
- (y) distribuição ou pagamento, pela Emissora, de dividendos, juros sobre o capital próprio, mútuos, ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Emissora, inclusive o mínimo legal, caso a Emissora apresente ICSD em valor inferior a 1,2 vezes e/ou a Emissora esteja em mora com relação a qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão. Caso o ICSD da Emissora permaneça igual ou superior a 1,2 vezes e a Emissora esteja adimplente com as Obrigações Garantidas, a Emissora poderá distribuir, após o 1º (primeiro) ano de operação, até 100% (cem por cento) do saldo de seus lucros gerados no período em que o ICSD da Emissora esteja igual ou superior a 1,2 vezes, sem que isso constitua um Evento de Inadimplemento;
- (z) não observância dos Índices Financeiros, conforme definidos na Cláusula 7.1(nn) abaixo;
- (aa) se qualquer uma das disposições dos PPAs (conforme abaixo definidos) forem alteradas, neste caso, sem a prévia e expressa anuência, por escrito, de Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, ou revogadas, rescindidas, se tornarem nulas, inválidas, deixarem de estar em pleno efeito e vigor, ou deixarem de ser exequíveis;
- (bb) decretação de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária dos Fiadores Pessoas Jurídicas, no Brasil ou no exterior (*cross acceleration*), exceto se, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado da data da decretação do



vencimento antecipado aqui mencionado, exceto se ocorrer (A) a formal e perfeita substituição de tais Fiadores Pessoas Jurídicas por quaisquer outros Fiadores Pessoas Jurídicas, mediante a assunção de todos os seus direitos e obrigações, através da assinatura e registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos descritos no item 2.1.4 do Termo de Fiança, ou (B) a constituição de aplicações financeiras em garantia em montante, no mínimo, equivalente à proporção da Fiança de tais Fiadores Pessoas Jurídicas, conforme disposta no item 6.30.2(a) abaixo, sobre o saldo devedor da Emissão, mediante o depósito dos recursos decorrentes de tais aplicações financeiras na Conta Vinculada, sem a necessidade de constituição, pela Emissora e/ou pelos Fiadores Pessoas Jurídicas, conforme o caso, de qualquer garantia adicional às Garantias Reais já previstas nesta Escritura de Emissão, ou (C) a apresentação de fiança bancária emitida por qualquer um dos Bancos Aprovados, representativa da proporção da Fiança de tais Fiadores Pessoas Jurídicas, conforme disposta no item 6.30.2(a) abaixo, sobre o saldo devedor da Emissão devidamente comprovada pela Emissora ao Agente Fiduciário; sendo certo que qualquer das substituições descritas nos itens (A), (B) ou (C) acima independe de prévia aprovação dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;

- (cc) qualquer alteração ou transferência do Controle direto ou indireto da Emissora e/ou dos Fiadores Pessoas Jurídicas, conforme aplicável, sem a prévia anuência dos Debenturistas, exceto se, no caso de alteração ou transferência de Controle direto ou indireto dos Fiadores Pessoas Jurídicas, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados caso de alteração ou transferência de Controle direto ou indireto dos Fiadores Pessoas Jurídicas, ocorrer (A) a formal e perfeita substituição de tais Fiadores Pessoas Jurídicas por quaisquer outros Fiadores Pessoas Jurídicas, mediante a assunção de todos os seus direitos e obrigações, através da assinatura e registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos descritos no item 2.1.4 do Termo de Fiança, ou (B) a constituição de aplicações financeiras em garantia em montante, no mínimo, equivalente à proporção da Fiança de tais Fiadores Pessoas Jurídicas, conforme disposta no item 6.30.2(a) abaixo, sobre o saldo devedor da Emissão, mediante o depósito dos recursos decorrentes de tais aplicações financeiras na Conta Vinculada, sem a necessidade de constituição, pela Emissora e/ou pelos Fiadores Pessoas Jurídicas, conforme o caso, de qualquer garantia adicional às Garantias Reais já previstas nesta Escritura de Emissão, ou (C) a apresentação de fiança bancária emitida por qualquer um dos Bancos Aprovados, representativa da proporção da

*[Handwritten signatures and initials]*



Fiança de tais Fiadores Pessoas Jurídicas, conforme disposta no item 6.30.2(a) abaixo, sobre o saldo devedor da Emissão devidamente comprovada pela Emissora ao Agente Fiduciário; sendo certo que qualquer das substituições descritas nos itens (A), (B) ou (C) acima independe de prévia aprovação dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;

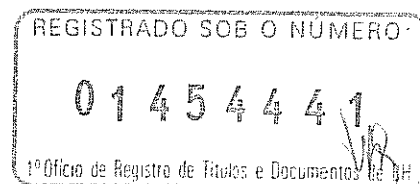
- (dd) observado o disposto no Contrato de Cessão Fiduciária de PPA e Conta Vinculada, a não transferência, pela Emissora, na qualidade de cedente, dos recursos eventualmente recebidos em decorrência do pagamento dos PPAs em outra conta bancária que não a conta vinculada, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de ciência, pela Emissora, do recebimento de tais recursos em conta bancária diversa; e
- (ee) não apresentação, ao Agente Fiduciário, dos balanços auditados da Emissora em até 90 (noventa) dias após a primeira Data de Subscrição e Integralização.

6.29.3 Na ocorrência de qualquer um dos Eventos de Inadimplemento previstos no item 6.29.1 acima, e decorrido os respectivos períodos de cura estabelecidos, conforme aplicável, o Agente Fiduciário deverá declarar, assim que ciente, o vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes das Debêntures, independentemente de qualquer aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

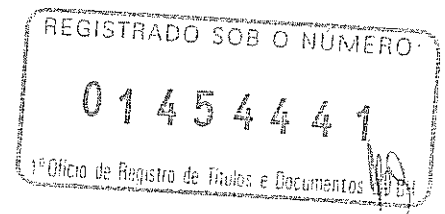
6.29.4 Na ocorrência de qualquer um dos Eventos de Inadimplemento previstos no item 6.29.2, e decorrido os respectivos períodos de cura estabelecidos, conforme aplicável, o Agente Fiduciário deverá convocar, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do momento em que tomar ciência do evento, Assembleia Geral de Debenturistas, a se realizar nos prazos e demais condições descritas na Cláusula 9 abaixo, para deliberar sobre a eventual decretação de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

6.29.5 Se, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 6.29.4 acima, Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures.

*[Handwritten signatures and initials]*



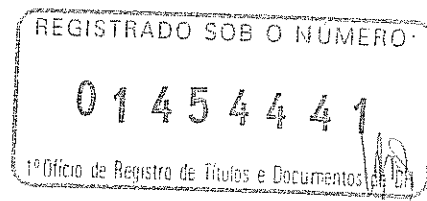
- 6.29.6 Se, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 6.29.4 acima, forem declaradas antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, sendo certo que tal decisão terá caráter irrevogável e irretratável, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida Assembleia Geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado de todas obrigações decorrentes das Debêntures e enviar, imediatamente, carta protocolada ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio à Emissora, com cópia para a CETIP e ao Banco Liquidante da Emissão.
- 6.29.7 Em caso de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Emissora, obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com o seu consequente cancelamento, pelo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração até a data do efetivo resgate, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que for declarado o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.
- 6.29.8 O resgate das Debêntures de que trata o item 6.29.7, assim como o pagamento de tais Debêntures serão realizados observando-se os procedimentos da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, e/ou do Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, observado o prazo disposto no item 6.29.7 acima.
- 6.29.9 A CETIP deverá ser comunicada, por meio de correspondência encaminhada pela Emissora, com o "de acordo" do Agente Fiduciário, da realização do referido resgate, com no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.
- 6.30 **Garantias.** Como garantia do fiel, pontual e integral cumprimento de todas e quaisquer obrigações principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pela Emissora na presente Emissão, incluindo, mas sem limitação, (a) as obrigações relativas ao integral e pontual pagamento do Valor Nominal Unitário, da Remuneração, dos prêmios de Amortização Extraordinária Facultativa e de Resgate Antecipado Facultativo, nos termos desta Escritura de Emissão, dos Encargos Moratórios, dos demais encargos relativos às Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas e dos demais encargos relativos a esta Escritura de Emissão e aos Contratos de Garantia, conforme aplicável, quando devidos, seja nas respectivas datas de



pagamento, na Data de Vencimento, ou em virtude do resgate antecipado das Debêntures ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, conforme aplicável; (b) as obrigações relativas a quaisquer outras obrigações de pagar assumidas pela Emissora, nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, conforme aplicável, incluindo, mas não se limitando, obrigações de pagar despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos ou indenizações, bem como as obrigações relativas ao Banco Liquidante da Emissão, o Escriturador Mandatário, a CETIP, ao Banco Administrador, ao Agente Fiduciário; e (c) as obrigações de ressarcimento de toda e qualquer importância que o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas venham a desembolsar no âmbito da Emissão e/ou em virtude da constituição, manutenção e/ou realização das Garantias, bem como todos e quaisquer tributos e despesas incidentes sobre a excussão de tais Garantias, nos termos dos respectivos contratos, conforme aplicável ("Obrigações Garantidas") a Emissão contará com as seguintes garantias reais e fidejussória:

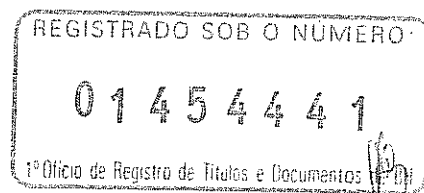
#### 6.30.1 Garantias Reais:

- (a) Cessão fiduciária, pela Emissora, da totalidade (i) dos direitos creditórios e emergentes de todos os contratos de compra e venda de energia elétrica ("PPAs"), a serem celebrados pela América Energia S.A. ("América") e cedidos para a Emissora, conforme o disposto no Contrato de Cessão Fiduciária de PPA e Conta Vinculada (conforme a seguir definido), a serem depositados na conta corrente nº 21603-5, de titularidade da Emissora, aberta na agência nº 8541, perante o Itaú Unibanco S.A. ("Conta Vinculada"), na qualidade de banco administrador ("Banco Administrador"), incluindo, mas não se limitando a eventuais acréscimos ou valores, seja a que título for, multa, juros e demais encargos a eles relacionados e aos demais documentos representativos dos créditos cedidos fiduciariamente, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de PPA e Conta Vinculada, (ii) dos direitos de crédito de titularidade da Emissora detidos contra o Banco Administrador, presentes e futuros, decorrentes da Conta Vinculada, oriundos do pagamento dos PPAs, independente da fase em que se encontrem, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária, e (iii) dos créditos de titularidade da Emissora contra o Banco Administrador decorrentes de investimentos de recursos existentes na Conta Vinculada, os quais serão cedidos fiduciariamente, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios dos PPAs e de Conta Vinculada"). Os demais termos e condições da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios dos PPAs



se encontram descritos no "Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Conta Vinculada e Direitos Creditórios de Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica em Garantia e Outras Avenças" a ser celebrado entre a Emissora, a América, o Agente Fiduciário e o Banco Administrador ("Contrato de Cessão Fiduciária de PPA e Conta Vinculada");

- (b) Alienação fiduciária da totalidade das Quotas SPE, que serão adquiridas pela Emissora, quer existentes ou futuras, incluindo todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores que de qualquer outra forma vierem a ser distribuídos pela SPE para Emissora, bem como quaisquer bens em que as quotas oneradas sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários), todas as quotas que porventura, a partir desta data, sejam atribuídas à Emissora, ou seu eventual sucessor legal ou qualquer novo sócio por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos ou exercício de direito de preferência das quotas oneradas, distribuição de bonificações, todas as quotas, valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir desta data, venham a substituir as quotas oneradas, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora ("Alienação Fiduciária de Quotas"). Os demais termos e condições da Alienação Fiduciária de Quotas se encontram descritos no "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Quotas em Garantia e Outras Avenças", celebrado, em 19 de janeiro de 2015, entre a Emissora e o Agente Fiduciário ("Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas") e
- (c) Cessão fiduciária, pela SPE, dos direitos creditórios emergentes das autorizações das PCHs, conforme os termos do "Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária das Concessões e Autorizações em Garantia e Outras Avenças" ("Contrato de Cessão Fiduciária dos Direitos Emergentes das Autorizações") e, em conjunto com o Contrato de Cessão Fiduciária de PPA e Conta Vinculada e com o Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas, "Contratos de Garantias", cuja minuta segue anexa a esta Escritura de Emissão na forma de ANEXO I, a ser celebrado entre a SPE, o Agente Fiduciário e a Emissora, na qualidade de interveniente anuente, em até 05 (cinco) Dias Úteis, contados da data de aquisição, pela Emissora, da totalidade das Quotas da SPE, observado o disposto no item 7.1(bbb) abaixo. Os demais termos e condições da Cessão



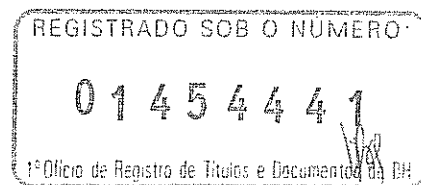
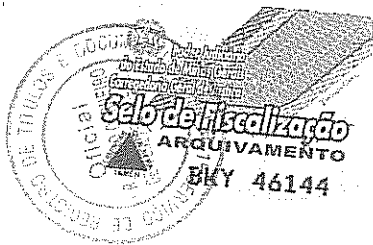
Fiduciária dos Direitos Emergentes das Autorizações se encontram descritos no Contrato de Cessão Fiduciária dos Direitos Emergentes das Autorizações. ("Cessão Fiduciária dos Direitos Emergentes das Autorizações") e, em conjunto com a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios dos PPAs e de Conta Vinculada e a Alienação Fiduciária de Quotas, "Garantias Reais").

**6.30.2 Garantia Fidejussória:** Os Fiadores neste ato obrigam-se, com a Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadores e principais pagadores de todas as Obrigações Garantidas ("Valor Garantido"), observadas as respectivas proporções e os limites dispostos na alínea (a) abaixo ("Fiança") e, quando em conjunto com as Garantias Reais, "Garantias").

- (a) A Fiança será prestada, pelos Fiadores, sendo a responsabilidade pelo Valor Garantido dividida entre os Fiadores proporcionalmente à participação, direta ou indireta, na Emissora de cada um dos Grupos de Fiadores, conforme abaixo descritos:
- (i) 42,5% (quarenta e dois inteiros e cinco décimos por cento) do Valor Garantido é garantido por fiança da CEI, Eduardo e Romero ("Valor Garantido CEI"), sendo a CEI, Eduardo e Romero fiadores solidariamente responsáveis, inclusive entre si, pelo Valor Garantido CEI ("Grupo CEI");
  - (ii) 32,5% (trinta e dois inteiros e cinco décimos por cento) do Valor Garantido é garantido por fiança da HY Brazil, Rogerio, José Celso e Alan ("Valor Garantido Hy Brazil"), sendo a Hy Brazil, Rogerio, José Celso e Alan fiadores solidariamente responsáveis, inclusive entre si, pelo o Valor Garantido Hy Brazil ("Grupo HY Brasil");
  - (iii) 15% (quinze por cento) do Valor Garantido é garantido por fiança da Polaris, Ricardo Ribeiro e Ricardo ("Valor Garantido Polaris"), sendo a Polaris, Ricardo Ribeiro e Ricardo fiadores solidariamente responsáveis, inclusive entre si, pelo o Valor Garantido Polaris ("Grupo Polaris");
  - (iv) 5% (cinco por cento) do Valor Garantido é garantido por fiança da Neiva e do Evando ("Valor Garantido Neiva"), sendo a Neiva e o Evando fiadores solidariamente responsáveis, inclusive entre si, pelo o Valor Garantido Neiva ("Grupo Neiva"); e

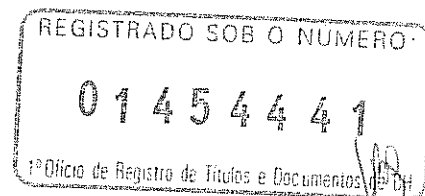
6





- (v) 5% (cinco por cento) do Valor Garantido é garantido por fiança da Interacta, Luiz e Andrew ("Valor Garantido Interacta"), sendo a Interacta, Luiz e Andrew fiadores solidariamente responsáveis, inclusive entre si, até o Valor Garantido Interacta ("Grupo Interacta") e, em conjunto com o Grupo CEI, Grupo Hy Brasil, Grupo Polaris, o Grupo Neiva, "Grupos de Fiadores").
- (b) No caso de morte, declaração de incapacidade, declaração de ausência ou insolvência de um Fiador Pessoa Física, os demais Fiadores Pessoas Físicas pertencentes ao mesmo Grupo de Fiadores são responsáveis solidariamente ao Fiador Pessoa Física falecido, declarado incapaz ou ausente, conforme disposto nos incisos de (i) a (v) acima.
- (c) Sem prejuízo do disposto na alínea (b) acima, no caso de morte, declaração de incapacidade, declaração de ausência ou insolvência de todos os Fiadores Pessoas Físicas pertencentes ao mesmo Grupo de Fiadores, qualquer um dos demais Fiadores Pessoas Físicas pertencentes a qualquer outro Grupo de Fiadores poderá, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data do evento, assumir as obrigações dos Fiadores Pessoas Físicas falecidos, declarados incapazes, ausentes ou insolventes, nos mesmos termos e condições dispostos neste item 6.30.2, através da assinatura e registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos descritos no item 2.1.4 do Termo de Fiança;
- (d) Os Fiadores obrigam-se a pagar a parcela do Valor Garantido de sua responsabilidade no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário aos Fiadores informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer parte do Valor Garantido. Os pagamentos serão realizados pelos Fiadores de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão. O pagamento do Valor Garantido pelos Fiadores será realizado fora do âmbito da CETIP.
- (e) Os Fiadores expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos no parágrafo único do artigo 333 e artigos 364, 366, 821, 827, 834, 835, 837, 838 e 839, todos do Código

41



Civil, e nos artigos 77 e 595, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

- (f) Os Fiadores subrogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança. Caso os Debenturistas estejam exigindo e/ou demandando a Emissora por outros valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão, os Fiadores se obrigam a exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor honrado pelos Fiadores, nos termos da Fiança, somente após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão.
- (g) A Fiança entrará em vigor na Data de Emissão.
- (h) Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer Garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.
- (i) A Fiança poderá ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias e em qualquer ordem até a integral liquidação do Valor Garantido, desde que respeitados os percentuais estabelecidos na Cláusula 6.30.2 (a).
- (j) Nenhuma objeção ou oposição pessoal da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelos Fiadores com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.
- (k) A Fiança aqui referida é prestada pelos Fiadores em caráter irrevogável e irretratável, e vigorará, em todos os seus termos, até o integral cumprimento, pela Emissora, de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive nos casos de prorrogação, nos termos aqui previstos e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil.

**6.31 Publicidade.** Todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no jornal "Hoje em Dia", sempre imediatamente após a ciência do ato a ser divulgado, bem como deverão ser encaminhados ao Agente Fiduciário em até 2 (dois) Dias Úteis



após a referida publicação. A Emissora poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído, nos termos do parágrafo 3º do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

**6.32 Comunicações.** Todas as comunicações ou notificações realizadas nos termos desta Escritura de Emissão devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo. As comunicações e as notificações serão consideradas recebidas quando entregues, sob protocolo ou mediante "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços abaixo no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

(i) para a Emissora:

**Vila Real Energia S.A.**

Rua Lavras, 20 – 5º andar

Bairro São Pedro, Belo Horizonte - MG

CEP: 30.330-010

At.: Romero Machado Ferreira

Tel.: (31) 3327-8876

Email: romero.ferreira@ceienergetica.com.br

(ii) para o Agente Fiduciário:

**Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**

Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 8, Ala B, Sala 303 e 304, Barra da Tijuca

CEP: 22640-102, Rio de Janeiro – RJ

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro, Sra. Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

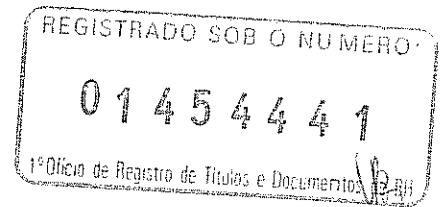
Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

e-mail: operacional@pentagonotrustee.com.br

(iii) para os Garantidores:

**C.E.I. – ENERGÉTICA INTEGRADA LTDA.**



Rua Lavras, 20 – 5º andar  
Bairro São Pedro, Belo Horizonte - MG  
CEP: 30.330-010  
At.: Romero Machado Ferreira  
Tel: (31) 3327-8876  
Fax: (31) 3327-8876  
E-mail: romero.ferreira@ceienergetica.com.br

**HY BRAZIL ENERGIA S.A.**

Rua Peru, 75, Sion  
Belo Horizonte - MG  
CEP: 30320-040  
At.: Bruno Figueiredo Menezes  
Tel/Fax: (31) 2512-5900  
E-mail: bruno.menezes@hybrazil.com

**POLARIS PARTICIPAÇÕES LTDA.**

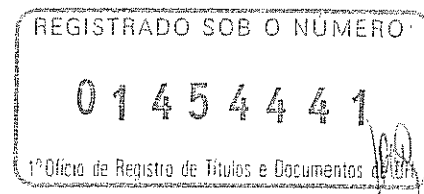
Rua Padre Marinho, 49 – sala 1.201  
Santa Efigênia, Belo Horizonte, MG  
CEP: 30140-040  
At.: Ricardo Ribeiro Valadares Gontijo  
Tel: (31) 2517-1466  
Fax: (31) 2517-1466  
E-mail: mariana.gontijo@limanetto.adv.br

**NEIVA PARTICIPAÇÕES LTDA.**

Rua Jornalista Djalma Andrade, 46 – salas 901 e 902  
Belvedere, Belo Horizonte, MG  
CEP: 30320-540  
At.: Evando José Neiva  
Tel: (31) 3226-2790  
Fax: (31) 3226-2790  
E-mail: michellecbrito@neivaparticipacoes.com.br

**INTERACTA PARTICIPAÇÕES LTDA.**

Av. Ibirapuera, 2.033 – 2º andar conjunto 22  
São Paulo, SP



CEP 04029-100

At.: Andrew Frank Storfer

Tel: (31) 2365-4800

Fax: (31) 2365-4800

E-mail: andrew@americaenergia.com.br

**EDUARDO BELFORT DE NORONHA GUARANI**

Rua Lavras, 20, 5º andar

Bairro São Pedro, Belo Horizonte - MG

CEP: 30.330-010

Tel: (31) 3327-8876

Fax: (31) 3327-8876

E-mail: eduardo.guarani@ceienergetica.com.br

**ROMERO MACHADO FERREIRA**

Rua Lavras, 20, 5º andar

Bairro São Pedro, Belo Horizonte - MG

CEP: 30.441-063

Tel: (31) 3327-8876

Fax: (31) 3327-8876

E-mail: romero.ferreira@ceienergetica.com.br

**ROGERIO VALADARES GONTIJO**

Rua Conde de Linhares, n.º 477

Bairro Cidade Jardim, Belo Horizonte - MG

CEP: 30.380-030

Tel: (31) 3285--2905

Fax: (31) 2512-5900

E-mail: rogerio@sidepar.com.br

**JOSE CELSO VALADARES GONTIJO**

Rua Peru, 75, Sion

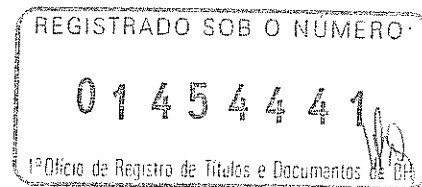
Belo Horizonte - MG

CEP: 30320-040

Tel: (62) 3345-9000

Fax: (31) 2512-5900

E-mail: ceica@jcgontijo.com.br



**ALAN DE ALVARENGA MENEZES**

Rua Peru, 75, Sion  
Belo Horizonte – MG  
CEP: 30320-040  
Tel: (62) 3255-5100  
Fax: (31) 2512-5900  
E-mail: alan@toctao.com.br

**RICARDO RIBEIRO VALADARES GONTIJO**

Rua Grão Pará, nº 466, Belo Horizonte - MG  
CEP: 30150-340  
Tel: (31) 2325-4600  
Fax: (31) 3235-4609  
E-mail: ricardo@direcional.com.br

**RICARDO VALADARES GONTIJO**

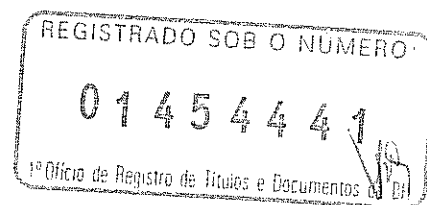
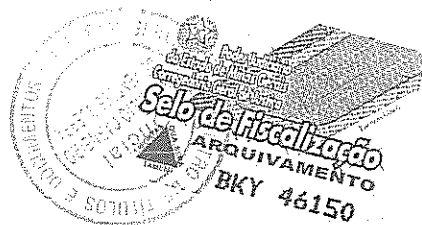
Rua Grão Pará, nº 466  
Belo Horizonte - MG  
CEP: 30150-340  
Tel: (31) 2325-4600  
Fax: (31) 3235-4609  
E-mail: mariana.gontijo@limanetto.adv.br

**EVANDO JOSÉ NEIVA**

Rua Jornalista Djalma Andrade, nº 46, Belvedere  
Belo Horizonte - MG  
CEP: 30.320-540  
Tel: (31) 3226-2790  
Fax: (31) 3226-2790  
E-mail: lauraneivag@gmail.com

**LUIZ ALFREDO GEORGE WACHED CAVA**

Av. Ibirapuera, 2.033, 2º andar, conjunto 22  
São Paulo, SP  
CEP: 04029-100  
Tel: (11) 2365-4800



Fax: (11) 2365-4800

E-mail: luiz.cava@americaenergia.com.br

**ANDREW FRANK STORFER**

Av. Ibirapuera, 2.033, 2º andar, conjunto 22

São Paulo, SP

CEP: 04029-100

Tel: (11) 2365-4800

Fax: (11) 2365-4800

E-mail: andrew@americaenergia.com.br

(iii) para a CETIP:

**CETIP S.A. – Mercados Organizados**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

CEP 01452-002 – São Paulo, SP

Telefone: (11) 3111-1596

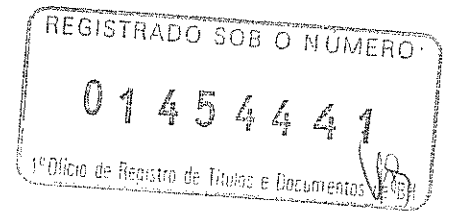
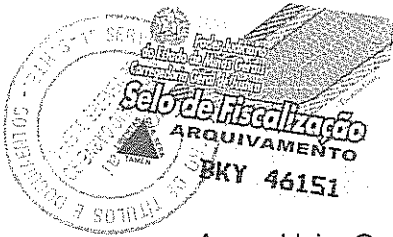
Fac-símile: (11) 3111-1564

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Email: gr.debentures@cetip.com.br

**6.33 Aditamento a esta Escritura de Emissão.** Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão, deverão ser firmados pelas Partes, pelos Fiadores e pelas Cônjuges e, posteriormente, inscritos na JUCEMG, nos termos do parágrafo 3º, do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações, e nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, nos termos do item 2.1.3 e 2.1.4 acima, respectivamente.

**6.33.1** Observado o disposto na Cláusula 6.33 acima, como resultado da incorporação reversa prevista na Cláusula 7.1(vv) abaixo, esta Escritura de Emissão deverá ser aditada, até 5 (cinco) Dias Úteis após a notificação da Emissora ao Agente Fiduciário, de que trata a Cláusula 7.1(ww) abaixo, para que: (i) a SPE assumam, a partir de então, as obrigações até então atribuídas à Emissora, que não serão ampliadas em relação ao disposto nesta Escritura de Emissão; (ii) a SPE assumam, a partir de então, as declarações e garantias prestadas pela Emissora, que também não serão ampliadas em relação ao disposto nesta Escritura de Emissão; (iii) a Cláusula 3 passe a indicar o objeto social da SPE; e (iv) outras adequações eventualmente necessárias sejam realizadas em decorrência da incorporação reversa da Emissora pela SPE, sem necessidade de realização de



Assembleia Geral de Debenturistas ou qualquer outro ato societário da Emissora, exclusivamente para formalizar referido aditamento.

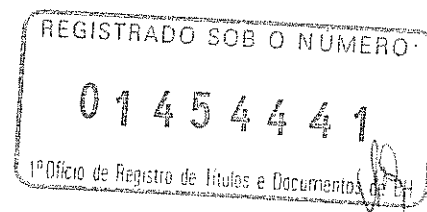
- 6.33.2 Em razão da incorporação reversa prevista na Cláusula 7.1(vv), as demais Cláusulas e condições da presente Escritura de Emissão não serão alteradas, e permanecerão em pleno integral vigor.
- 6.33.3 Os Fiadores desde já concordam com o disposto neste item 6.33, declarando que o aqui disposto não importará em novação, conforme disposto no artigo 360 e seguintes do Código Civil (conforme abaixo definido), mantendo-se a Fiança prestada nos termos desta Escritura de Emissão válida e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar obrigação à Emissora de resgatar as Debêntures ou no caso de inadimplemento, pela Emissora, de tal obrigação. Os Fiadores desde já concordam e se obrigam a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto neste parágrafo.

## **7 OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DOS GARANTIDORES**

7.1 Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e de outras obrigações expressamente previstas nas leis e regulamentações em vigor, nos Contratos de Garantia, conforme aplicável, a Emissora e os Garantidores, estão adicionalmente obrigados a praticar os atos abaixo especificados, sendo certo que as obrigações relacionadas a condutas da Emissora obrigam apenas a Emissora e as obrigações relacionadas a condutas de um Garantidor vinculam, individualmente, apenas o Garantidor a que a conduta se refere:

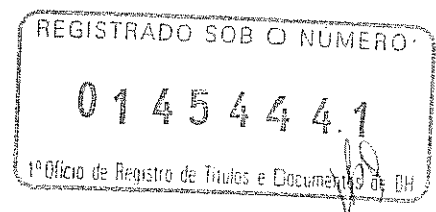
- (a) a Emissora deverá fornecer ao Agente Fiduciário e/ou disponibilizar em sua página na rede mundial de computadores os seguintes documentos e informações (ficando os Garantidores, quando for o caso, obrigados a disponibilizar à Emissora e/ou ao Agente Fiduciário os documentos e informações que lhes disserem respeito, conforme aplicáveis):
- (i) no prazo de até 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou nas datas de suas divulgações, o que ocorrer primeiro, (i) cópia das demonstrações financeiras da Emissora, completas relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas do relatório da administração e do parecer ou relatório, conforme o caso, dos auditores independentes; (ii) relatório específico de apuração dos Índices Financeiros, calculados pela Emissora e auditados pelos auditores independentes contratados pela Emissora, contendo a memória de cálculo com todas as rubricas necessárias à apuração de tais Índices Financeiros sob pena de



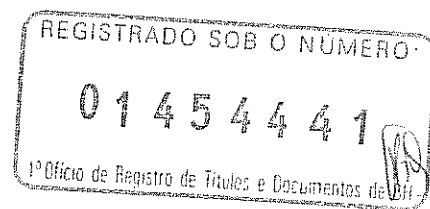


impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes da Emissora os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários (iii) declaração assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma do seu Estatuto Social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura de Emissão, (b) acerca da não ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas, (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social da Emissora; e, (d) a veracidade do cálculo da apuração dos Índices Financeiros;

- (ii) dentro de 10 (dez) Dias Úteis a contar do recebimento da solicitação, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário e que não diga respeito a qualquer Evento de Inadimplemento;
- (iii) dentro de 2 (dois) Dias Úteis a contar do recebimento da solicitação, qualquer informação que venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário e que diga respeito a qualquer Evento de Inadimplemento;
- (iv) em até 5 (cinco) Dias Úteis, as informações veiculadas na forma prevista no item 6.31 acima;
- (v) em até 5 (cinco) Dias Úteis, quando tiver conhecimento de informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, seja nos termos desta Escritura de Emissão, quaisquer dos Contratos de Garantias e/ou demais documentos relacionados à Emissão;
- (vi) convocar, nos termos da Cláusula 9 desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com às Debêntures, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura de Emissão, mas não o faça;
- (vii) em até 10 (dez) Dias Úteis após seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora e/ou por qualquer dos Garantidores que possa resultar em um Evento de Inadimplemento; e



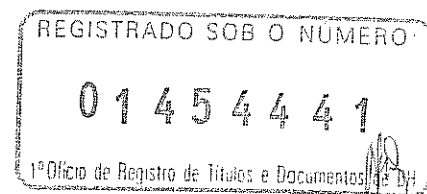
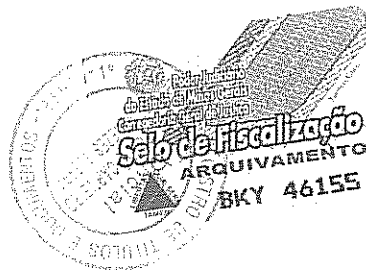
- (viii) em até 10 (dez) Dias Úteis, todos os demais documentos e informações que a Emissora e/ou qualquer dos Garantidores, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia e/ou nos demais documentos da Emissão, se comprometeram a enviar ao Agente Fiduciário.
- (b) a Emissora deverá notificar o Agente Fiduciário sobre a convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas, em até 02 (dois) Dias Úteis contados da data da realização da convocação;
- (c) a Emissora deverá notificar o Agente Fiduciário sobre a cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência, pela Emissora de máquinas, equipamentos ou imóveis, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do evento;
- (d) a Emissora deverá notificar, em até 5 (cinco) Dias Úteis, o Agente Fiduciário sobre a não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação, intervenção pelos órgãos competentes, extinção ou suspensão das autorizações, licenças e outorgas, inclusive as socioambientais, exigidas para operar e manter os Projetos, de acordo com seu estágio de desenvolvimento;
- (e) a Emissora deverá notificar o Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do evento, sobre a destruição ou perda, de qualquer forma, a qualquer tempo, de quaisquer ativos ou direitos relacionados aos Projetos e que reduza o ICSD da Emissora em valor inferior a 1,2 vezes;
- (f) a Emissora e/ou os Garantidores deverão informar ao Agente Fiduciário a ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento que esteja diretamente relacionado a ato praticado pela Emissora ou pelos Garantidores, em até 05 (cinco) Dias Úteis contados da realização de tal ato;
- (g) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após seu recebimento, a Emissora e/ou os Garantidores deverão (conforme se tratar de correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora e/ou pelos Garantidores) enviar ao Agente Fiduciário, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora e/ou por qualquer dos Garantidores que possa ter ou causar qualquer efeito adverso relevante na situação (financeira ou de outra natureza), nos negócios, nos bens, nos resultados operacionais e/ou nas perspectivas da Emissora e/ou de qualquer controladas da Emissora, que possa



afetar adversamente a capacidade da Emissora de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de quaisquer dos Contratos de Garantia e/ou dos demais documentos da Emissão e das Debêntures, de que sejam parte, no todo ou em parte (em conjunto, "Efeito Adverso Relevante");

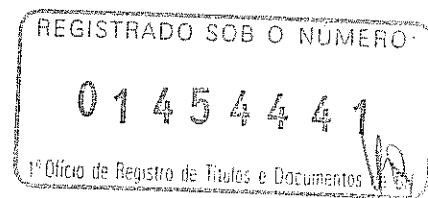
- (h) a Emissora deverá fazer com que seus representantes compareçam a Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitado e convocado nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão;
- (i) a Emissora e/ou os Fiadores Pessoas Jurídicas não deverão praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social ou Contrato Social, conforme aplicável, com esta Escritura de Emissão, com qualquer dos Contratos de Garantia e/ou quaisquer dos demais documentos associados à Emissão, de que sejam parte, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantias, de que sejam parte;
- (j) salvo nos casos em que, de boa-fé, a Emissora e/ou qualquer dos Fiadores Pessoas Jurídicas estejam discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, a Emissora e/ou os Fiadores Pessoas Jurídicas (conforme for o caso) deverão, cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, normas, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (k) a Emissora deverá cumprir com todas as suas obrigações e manter em pleno vigor e efeito os PPAs, as aprovações societárias, governamentais e regulamentares necessárias para: (i) a realização e manutenção da Emissão e das Garantias, conforme aplicável; e (ii) a operação e continuidade dos negócios da Emissora;
- (l) a Emissora deverá contratar, no prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contado a partir da data da aquisição pela Emissora da totalidade das Quotas da SPE, observado o disposto no item (bbb) abaixo, uma das seguradoras a seguir elencadas ou outra seguradora que deverá possuir rating externo, no mínimo, AA-, ou equivalente, emitido pela *Fitch Ratings, Inc.* e/ou pela *Standard & Poor's Financial Services, LLC.* e/ou *Moody's Investors Service, Inc.*, para realização do seguro de operação das PCHs:

i. Itaú Seguros S.A.;

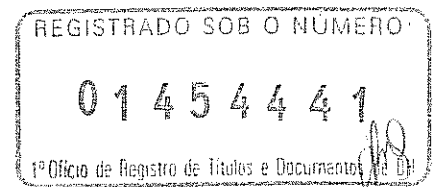


- ii. Generali Brasil Seguros S.A.;
  - iii. FairFax Brasil Seguros Corporativos S.A.;
  - iv. SulAmérica Companhia Nacional de Seguros;
  - v. Porto Seguro Seguros Companhia de Seguros Gerais;
  - vi. Zurich Insurance Group;
  - vii. Yasuda Seguros S.A.; e
  - viii. Marítima Seguros S.A.
- (m) a Emissora deverá manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante da Emissão, o Escriturador Mandatário, o Agente Fiduciário e o sistema de negociação de mercado secundário por meio do CETIP21, bem como todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures e das Garantias;
- (n) a Emissora deverá efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (o) a Emissora deverá efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário previamente aprovadas pela Emissora, sempre que possível, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (p) a Emissora deverá proceder à adequada publicidade dos seus dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações;
- (q) a Emissora deverá manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (r) a Emissora deverá tomar todas as providências para manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações relevantes para a boa condução dos negócios da Emissora, e/ou para obter aquelas que não estejam válidas e em vigor na data da transferência das Quotas da SPE para a Emissora;

52

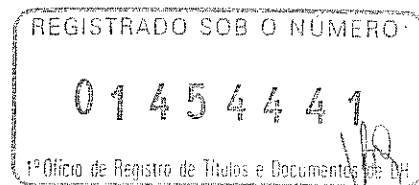


- (s) a Emissora deverá efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- (t) a Emissora deverá arcar com todos os custos decorrentes: (a) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) do registro e de publicação dos atos necessários à realização da Emissão e da Oferta, bem como à constituição das Garantias, incluindo os atos societários da Emissora; (c) do registro desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, bem como de seus eventuais aditamentos, nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia; e (d) das despesas com a contratação do Agente Fiduciário, Banco Liquidante da Emissão, do Escriturador Mandatário e das demais partes envolvidas na realização da Emissão e da Oferta, bem como na constituição e controle das Garantias;
- (u) a Emissora deverá apresentar a presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos para registro na JUCEMG e nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, observado o disposto nos itens 2.1.3 e 2.1.4, acima, respectivamente;
- (v) a Emissora e os prestadores das Garantias Reais deverão constituir as Garantias Reais, mediante a apresentação dos Contratos de Garantia, e seus eventuais aditamentos, para registro nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, observados prazos, termos e condições previstos nos Contratos de Garantia;
- (w) a Emissora e os Garantidores deverão manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, de que sejam parte;
- (x) a Emissora deverá comunicar o Agente Fiduciário a realização de mútuos com partes relacionadas, em valor, individual ou agregado, superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), no prazo de 05 (cinco) Dias Úteis da data da realização de tais mútuos;
- (y) a Emissora não deverá conceder qualquer espécie de empréstimo, garantia ou efetuar qualquer tipo de pagamento a afiliadas da Emissora e/ou dos Fiadores Pessoas Jurídicas, sem prévia e expressa concordância dos Debenturistas, caso tais empréstimos, garantias ou pagamentos superem o valor de R\$100.000,00 (cem mil reais), em um mesmo exercício social. A proibição de pagamento referida nesta Cláusula não se aplica aos pagamentos a serem realizados pela Emissora (A) para a América, referente a compra e



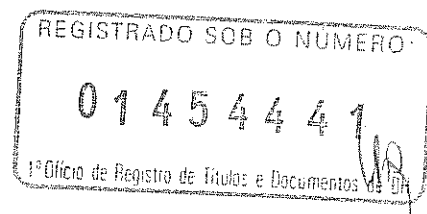
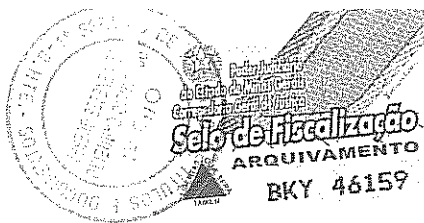
venda de energia elétrica que não esteja contemplada nos PPAs, ou (B) para a CEI, a BEI - Brasil Energia Inteligente Ltda. ou América ESCO Serviços em Energia S.A., desde que tais pagamentos sejam relacionados ao funcionamento das PCHs e, cumulativamente, o pagamento mensal para qualquer uma delas não seja superior a R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);

- (z) a Emissora deverá cumprir e fazer com que seus empregados cumpram, durante o prazo de vigência da Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, as obrigações oriundas da legislação e da regulamentação ambiental e trabalhista relativa à saúde e segurança ocupacional aplicável às SPEs e à Emissora, assim como aquelas decorrentes da Emissão, inclusive no que se refere à inexistência de condições análogas de trabalho escravo e infantil;
- (aa) a Emissora deverá informar aos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, em até 7 (sete) Dias Úteis contados da data em que a Emissora tomar conhecimento, a ocorrência de qualquer irregularidade ou evento relacionado aos Projetos, que possa levar os órgãos competentes a considerar descumprida qualquer norma, inclusive de proteção ambiental ou trabalhista relativa à saúde e segurança ocupacional, ou devida obrigação de indenizar qualquer dano ambiental ou trabalhista relativo à saúde e segurança ocupacional, causado por ato ou fato posterior à data da transferência das Quotas da SPE para a Emissora;
- (bb) a Emissora deverá providenciar todos os documentos (laudos, estudos, relatórios, licenças etc.) previstos nas normas, inclusive de proteção ambiental e/ou trabalhista relativas à saúde e segurança ocupacional relacionadas aos Projetos, atestando a adoção de condutas voltadas para o seu cumprimento após as transferências da Quotas da SPE para a Emissora, tomando as medidas necessárias para manter as licenças e outorgas obtidas pela SPE em pleno vigor e eficácia, e informando ao Coordenador Líder, a existência de manifestação desfavorável de qualquer autoridade, no prazo de 05 (cinco) Dias Úteis contados da data em que a Emissora tomar conhecimento de tal manifestação;
- (cc) a Emissora somente poderá aplicar os recursos oriundos da Emissão conforme Destinação dos Recursos prevista nesta Escritura de Emissão;
- (dd) a Emissora não poderá vender, alienar, ceder, doar, alugar, arrendar, onerar ou transferir por qualquer meio os ativos especificados no Anexo III desta Escritura de Emissão (*negative pledge*) sem a prévia e expressa concordância dos Debenturistas, reunidos em



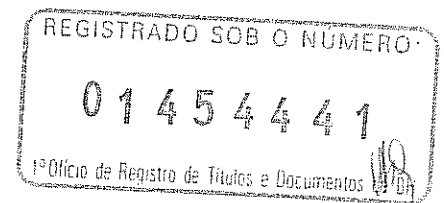
Assembleia Geral de Debenturistas, salvo quando disposto de maneira diversa nos Contratos de Garantia, conforme aplicável;

- (ee) a Emissora não poderá causar qualquer Mudança Adversa Relevante;
- (ff) a Emissora deverá manter, preservar e guardar seus bens que sejam necessários para a condução dos Projetos, em bom estado de funcionamento e reparo (exceto desgaste normal de uso e tempo);
- (gg) a Emissora não poderá realizar qualquer alteração na natureza de seus negócios, conforme conduzidos na data da presente Emissão, bem como alterações relevantes que venham a alterar e afetar negativamente os Projetos, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas;
- (hh) a Emissora não poderá realizar qualquer alteração no tratamento contábil ou nas práticas de informes, alterar seu exercício fiscal ou promover qualquer reavaliação de seus ativos, exceto se permitido pelas regras e princípios de contabilidade vigentes de tempos em tempos;
- (ii) com exceção dos empréstimos permitidos previstos nas alíneas (x) e (y) acima e (n) do item 6.29.1 acima, a Emissora não poderá contrair novas dívidas, assim entendidas como (i) qualquer importância tomada em empréstimo e saldos devedores com instituições financeiras; ou (ii) quaisquer obrigações de pagamento a prazo do preço de aquisição de bens ou serviços; ou (iii) qualquer valor levantado nos termos de qualquer compra de títulos ou emissão de obrigações, notas, debêntures, empréstimos para compra de ações ou qualquer instrumento semelhante; ou (iv) celebrar qualquer tipo de empréstimo, inclusive conceder garantias ou realizar pagamentos de qualquer natureza para afiliadas da Emissora e/ou dos Garantidores, sem a prévia e expressa concordância dos Debenturistas;
- (jj) exceto pela incorporação reversa prevista na alínea (vv) abaixo e pela redução de capital prevista no item 6.29.1(k) acima, cujas realizações já estão previstas e aprovadas, não poderá haver redução do capital social da Emissora e de suas subsidiárias e/ou realização de qualquer reestruturação societária, incluindo, mas não se limitando a (i) alteração, transformação ou transferência do Controle direto; (ii) incorporação (incluindo incorporação de ações), fusão ou cisão ou qualquer outra operação com efeito similar; ou



- (iii) alienação, transferência ou oneração de ações de emissão ou titularidade da Emissora, sem a prévia aprovação dos Debenturistas;
- (kk) sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, nos termos do artigo 17 da Instrução CVM 476, a Emissora obriga-se a:
- a) preparar as demonstrações financeiras relativas a cada exercício social, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
  - b) submeter as demonstrações financeiras relativas a cada exercício social a auditoria por auditor independente registrado na CVM;
  - c) no prazo de 3 (três) meses contados da data de encerramento de seu exercício social, divulgar em sua página na Internet e enviar à CETIP as demonstrações financeiras da Emissora relativas a cada exercício social, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes;
  - d) por um prazo de 3 (três) anos contados da Data de Emissão, manter os documentos mencionados no subitem "c)" acima em sua página na Internet;
  - e) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358") no que se refere ao dever de sigilo e às vedações à negociação;
  - f) divulgar, em sua página na Internet, a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, e comunicar a ocorrência de tal ato ou fato relevante imediatamente ao Agente Fiduciário, ao Coordenador Líder e à CETIP; e
  - g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP.
- (II) não realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;





- (mm) enviar o organograma societário, dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório anual na CVM. O organograma do grupo societário da Emissora deverá conter os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e informações sobre o bloco de controle, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social;
- (nn) na Emissora: manter um índice de cobertura do serviço de dívida sem caixa acumulado ("ICSD" ou "Índices Financeiros") igual ou superior a 1,2 vezes ao longo de todo o período da Emissão, onde o ICSD é calculado a partir da divisão da geração de caixa da atividade pelo serviço da dívida, com base em informações registradas nas demonstrações financeiras anuais auditadas, com base em períodos de verificação a cada ano civil, a saber:

- (a) Geração de caixa da atividade
- (+) LAJIDA (EBTIDA)
- (-) Imposto de Renda e Contribuição Social
- (-) Variação da Necessidade de Capital de Giro (NCG)

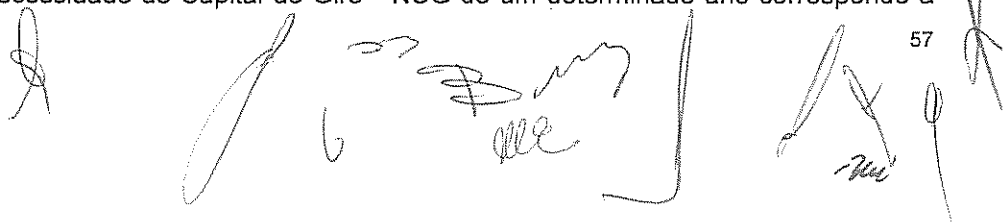
- (oo) Serviço da Dívida
- (+) Amortização de principal (e respectiva correção monetária, se aplicável)
- (+) Pagamento de juros

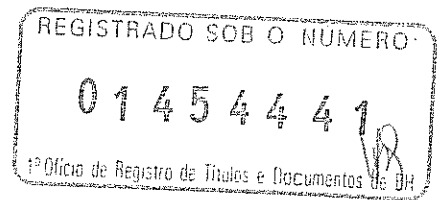
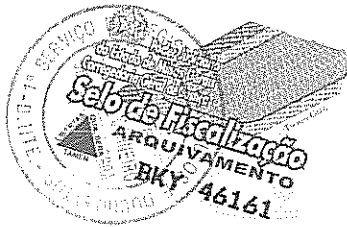
(pp)  $ICSD = (A) / (B)$

O LAJIDA (Ebitda) corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados:

- (+) Lucro Líquido;
- (+) Despesa (receita) financeira líquida;
- (+) Provisão para IR/CSLL;
- (+) Depreciação e amortizações;
- (+) Outras despesas (e receitas) não operacionais; e
- (+) Perdas (e lucros) resultantes de equivalência patrimonial nos resultados dos investimentos em sociedades coligadas/controladas.

A Necessidade de Capital de Giro - NCG de um determinado ano corresponde à

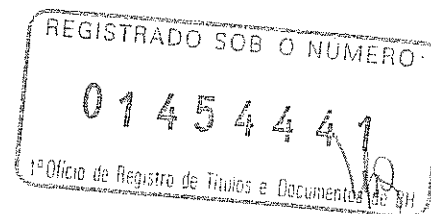




diferença entre (i) o Ativo Circulante deduzido do caixa e disponibilidades; e (ii) o Passivo Circulante deduzido dos empréstimos e financiamentos de curto prazo. A Variação da NCG de um determinado corresponde à diferença entre a NCG deste ano e a NCG no ano imediatamente anterior.

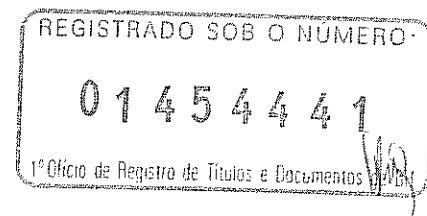
- (qq) as distribuições de dividendos da Emissora somente poderão ser realizadas dentro do mínimo legal apenas se for verificado ICSD igual ou superior a 1,2 vezes;
- (rr) não efetuar pagamentos de juros sobre capital próprio;
- (ss) apresentar, ao Agente Fiduciário, balanços auditados da Emissora até a data máxima de 90 (noventa) dias após a primeira Data de Subscrição e Integralização;
- (tt) a Emissora deverá manter as Garantias nas condições e limites exigidos na documentação da Emissão;
- (uu) a Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário;
- (vv) a Emissora obriga-se a realizar a incorporação reversa da Emissora pela SPE, assim como todos os seus ativos, e, via de consequência, a transformação da SPE em sociedade anônima, em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data da aquisição das Quotas SPE pela Emissora, prorrogáveis por mais 15 (quinze) desde que o atraso ocorra por motivos, comprovadamente, não imputáveis a Emissora, incorporação reversa e transformação estas que ficam, desde já, autorizadas e, portanto, não implicarão em vencimento antecipado das Debêntures, tampouco dependerão de aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas (art. 231 da Lei das Sociedades por Ações), nem assegurarão o resgate das Debêntures aos Debenturistas;
- (ww) a Emissora compromete-se, em até 3 (três) Dias Úteis após a conclusão da incorporação reversa de que trata a alínea (vv) acima, comunicar o Agente Fiduciário, conforme

*[Handwritten signatures and initials]*



previsto na Cláusula 6.32, para que o mesmo tome as medidas cabíveis previstas na Cláusula 6.33.1 acima;

- (xx) observado o disposto na alínea (nn) acima, a Emissora obriga-se a, imediatamente, comunicar o Agente Fiduciário, por meio físico ou eletrônico, caso o ICSD da Emissora seja reduzido em valor inferior a 1,2 vezes;
- (yy) observado o disposto no item 6.29.2, alínea (m) acima, a Emissora deverá, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data de ocorrência de qualquer um dos eventos ali descritos, apresentar ao Agente Fiduciário balancete auditado, com data base no último Dia Útil do mês que tenha ocorrido o evento, que comprove que o ICSD mínimo de 1,2 vezes foi mantido;
- (zz) observado o disposto no item 6.29.2, alínea (o) acima, a Emissora deverá (i) em até 5 (cinco) Dias Úteis, comunicar o Agente Fiduciário, a ocorrência de qualquer um dos eventos de que trata referida alínea; e (ii) no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data de ocorrência de qualquer um de tais eventos, apresentar ao Agente Fiduciário balancete auditado, com data base no último Dia Útil do mês que tenha ocorrido o evento, que comprove que o ICSD mínimo de 1,2 vezes foi mantido;
- (aaa) celebrar, em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da primeira Data de Subscrição e Integralização ou da aquisição da aquisição da totalidade das Quotas da SPE, conforme disposto na alínea (bbb) abaixo, o que ocorrer primeiro, o Contrato de Cessão Fiduciária dos Direitos Emergentes das Autorizações;
- (bbb) a Emissora deverá, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da Data de Subscrição e Integralização, adquirir a totalidade das Quotas da SPE, conforme disposto no item 4.1 acima; e
- (ccc) caso, durante o prazo de vigência das Debêntures, a ANEEL permita a constituição da (i) hipoteca dos imóveis elencados no Anexo IV a esta Escritura de Emissão e (ii) alienação fiduciária das máquinas e equipamentos elencadas no Anexo III a esta Escritura de Emissão e/ou máquinas e equipamentos da mesma espécie que venham a ser adquiridos pela Emissora, a Emissora deverá realizar, (a) em até 30 (trinta) Dias Úteis contados da Assembleia Geral de Debenturistas convocada para deliberar acerca de tais garantias, o protocolo dos instrumentos de constituição da referida alienação fiduciária e hipoteca nos



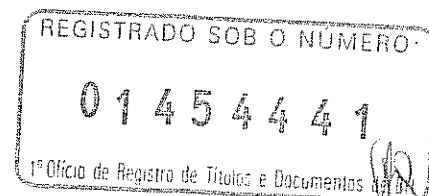
competentes cartórios de registro de títulos e documentos e imóveis, respectivamente; e (b) e, em até 90 (noventa) dias a partir do protocolo de que trata o subitem (a) acima, o registro de tais instrumentos. Esta Escritura de Emissão deverá ser aditada, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do protocolo de que trata o subitem (a) acima, para refletir a constituição de tais garantias, sem a necessidade realização de Assembleia Geral de Debenturistas, ou qualquer outro ato societário da Emissora, exclusivamente para formalizar o referido aditamento, observado o disposto no item 2.1.5. acima.

- 7.2 A Emissora, neste ato, declara que está ciente e concorda que o envio da comunicação prevista no item 6.29.2(w) acima, ao Agente Fiduciário possui caráter exclusivamente informativo e que tal envio, consequentemente, não importa em qualquer obrigação ou responsabilidade adicionais por parte do Agente Fiduciário além do respectivo envio dessas informações e/ou documentos aos Debenturistas, se assim solicitado por estes.

## 8 AGENTE FIDUCIÁRIO

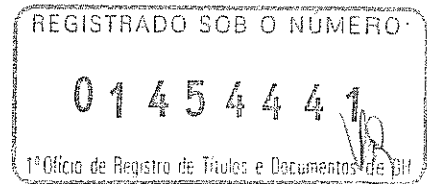
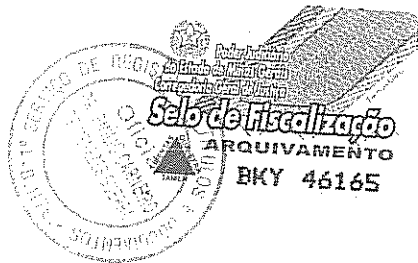
- 8.1 A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da emissão objeto desta Escritura de Emissão, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina na qualidade de Agente Fiduciário, que, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Emissora, declarando que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia;
- (b) conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia, e todos os seus termos e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia e a cumprir com suas obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia e o cumprimento de suas obrigações aqui e ali previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;



- (e) a pessoa que representa o Agente Fiduciário na assinatura desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, conforme aplicável, tem poderes bastantes para tanto;
- (f) esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia, conforme aplicável, constituem obrigações válidas e eficazes do Agente Fiduciário e exequíveis de acordo com os seus termos;
- (g) verificou, no momento que aceitou a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, conforme aplicável;
- (h) é uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (i) está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- (j) não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM 28 ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la, e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- (k) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (l) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (m) assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas de eventuais emissões de debêntures realizadas pela Emissora, sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que venha atuar na qualidade de agente fiduciário; e
- (n) inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da

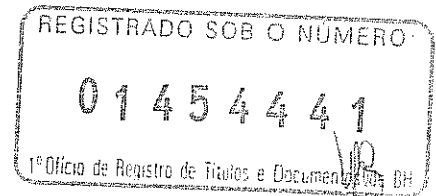
61



Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, nos termos da Instrução CVM 28.

- 8.2 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição.
- 8.3 Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:
- (a) é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para esse fim;
  - (b) caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar, em até 05 (cinco) Dias Úteis, o fato à Emissora para que esta comunique aos Debenturistas, mediante convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, solicitando sua substituição;
  - (c) caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que um agente fiduciário substituto seja indicado pela Emissora, seja aprovado pela Assembleia Geral de Debenturistas, e assuma efetivamente as suas funções;
  - (d) será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, Assembleia Geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;

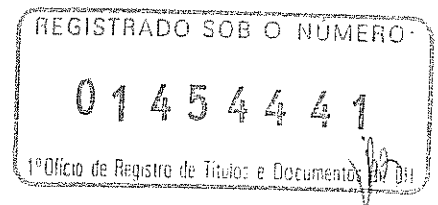
*[Handwritten signatures and initials]*



- (e) a substituição do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos nos artigos 8º e 9º da Instrução CVM 28; e (b) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, no caso de ser realizada em caráter permanente;
- (f) os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
- (g) o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Emissora não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela Assembleia Geral de Debenturistas, a que se refere o inciso (d) acima; ou (b) a Assembleia Geral de Debenturistas, a que se refere o inciso (d) acima não deliberar sobre a matéria;
- (h) o Agente Fiduciário substituto deverá, em até 05 (cinco) Dias Úteis após sua nomeação, comunicá-la à Emissora e aos Debenturistas nos termos da Cláusula 6.31 acima; e
- (i) aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

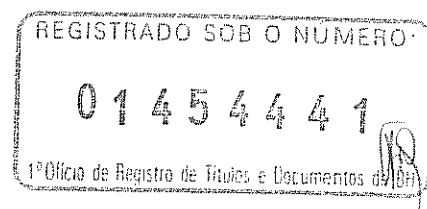
**8.4** Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, receberá a seguinte remuneração ("Remuneração do Agente Fiduciário") R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), pagos em parcelas, anuais e sucessivas, sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) Dia Útil após a assinatura desta Escritura de Emissão, e os demais pagamentos nas mesmas datas dos anos subsequentes.

**8.4.1** Os valores mencionados na alínea (a) da Cláusula 8.4 acima serão reajustados pela variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado da Fundação Getúlio Vargas ("IGPM/FGV"), ou na falta deste, ou na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário. A Remuneração do Agente Fiduciário será devida mesmo após a Data de Vencimento, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.



- 8.4.2 A Remuneração do Agente Fiduciário será acrescida dos valores relativos aos tributos que incidam sobre esta remuneração, quais sejam: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), bem como quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a Remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), conforme alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.
- 8.4.3 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida a título de Remuneração do Agente Fiduciário, os valores em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGPM, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.
- 8.4.4 O pagamento da Remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.
- 8.4.5 O Agente Fiduciário será reembolsado pela Emissora por todas as despesas razoáveis que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, em até 10 (dez) Dias Úteis após a entrega de cópias dos documentos comprobatórios neste sentido, desde que tais despesas tenham sido, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora, as quais serão consideradas aprovadas caso a Emissora não se manifeste no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data de apresentação da respectiva solicitação pelo Agente Fiduciário, incluindo despesas com:
- (a) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
  - (b) extração de certidões, fotocópias, digitalizações, envio de documentos;
  - (c) despesas com *conference calls* e contatos telefônicos;
  - (d) locomoções entre cidades e estados e respectivas hospedagens e alimentações, quando necessárias ao desempenho das funções; e



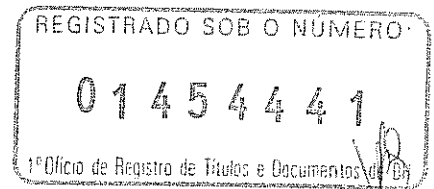


- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

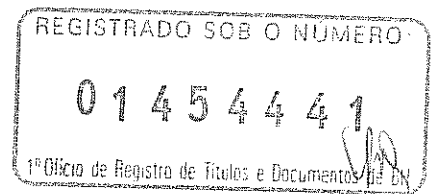
8.4.6 O Agente Fiduciário, no entanto, fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas caso tenham sido realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero; ou (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

8.4.7 O Agente Fiduciário poderá, em caso de inadimplência da Emissora no pagamento da Remuneração do Agente Fiduciário por um período superior a 30 (trinta) dias corridos a contar da data do inadimplemento, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e, posteriormente, ressarcidas pela Emissora (observado o disposto na Cláusula 8.4.6, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, (a) incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia aos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência, bem como sua remuneração; e (b) excluem os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação.

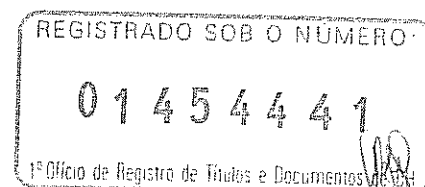
8.5 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:



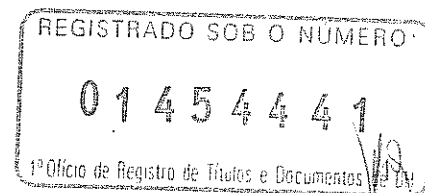
- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, conforme aplicável, diligenciando para sanar eventuais omissões, falhas ou defeitos de que tenha tido conhecimento;
- (e) promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão, e de seus eventuais aditamentos, bem como dos Contratos de Garantias, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da Emissora incorrer no descumprimento de obrigação não pecuniária;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Emissora e/ou dos Garantidores, conforme aplicável, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública;
- (i) solicitar, quando considerar necessário auditoria extraordinária na Emissora e/ou nos Garantidores;
- (j) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, conforme o caso, nos termos da Cláusula 9.3 abaixo;



- (k) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso (w) abaixo no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da companhia, ao menos na sede da Emissora, no escritório do Agente Fiduciário, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder;
- (m) divulgar as informações referidas no inciso (w), item (x) abaixo em sua página na Internet tão logo delas tenha conhecimento;
- (n) publicar, às expensas da Emissora, nos termos da Cláusula 6.31 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso (w) abaixo encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso (l) acima;
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante da Emissão, a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscreverem ou adquirirem, as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante da Emissão e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, e os Índices Financeiros, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora, informado prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;
- (q) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis da data da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora e/ou por qualquer dos Garantidores, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos;



- (r) disponibilizar o Valor Nominal Unitário, acrescido de Remuneração, das Debêntures, calculado pela Emissora, aos Debenturistas e aos participantes do mercado por meio de sua central de atendimento e/ou de seu website;
- (s) acompanhar a manutenção dos Índices Financeiros, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
- (t) verificar a regularidade da constituição das garantias reais, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (u) examinar a proposta de substituição de bens dados em garantia, manifestando a sua expressa e justificada concordância, manifestando a sua expressa e justificada concordância; e
- (v) intimar a Emissora a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação, de acordo com as regras dispostas nos Contratos de Garantia.
- (w) elaborar e colocar à disposição relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, que deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
  - (i) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora e/ou por qualquer dos Garantidores ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - (ii) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
  - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
  - (iv) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (v) resgate, amortização e pagamentos de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

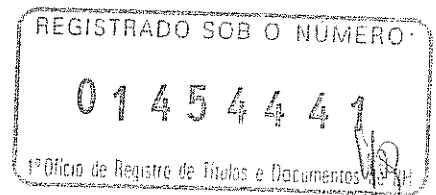
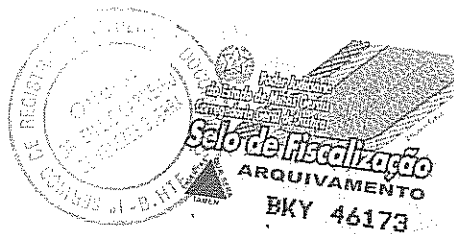


- (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (vii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- (viii) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Emissora e pelos Garantidores nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia;
- (ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário; e
- (x) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, Controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), da Instrução CVM 28, indicando:
  - (i) denominação da companhia ofertante;
  - (ii) valor da emissão;
  - (iii) quantidade de debêntures emitidas;
  - (iv) espécie;
  - (v) prazo de vencimento das debêntures;
  - (vi) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos Garantidores; e
  - (vii) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.

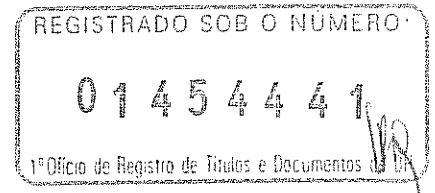
8.6 No caso de inadimplemento, pela Emissora, de qualquer de suas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:

- (a) declarar, observadas as condições para tanto estabelecidas na Cláusula 6.29 desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;

69



- (b) executar garantias reais, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;
  - (c) requerer a falência da Emissora e/ou dos Garantidores Pessoas Jurídicas;
  - (d) tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
  - (e) representar os Debenturistas em processo de falência ou recuperação judicial, ou recuperação extrajudicial da Emissora e/ou dos Garantidores, conforme aplicável.
- 8.7** Observado o disposto na Cláusula 6.29 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 8.6 acima, incisos 8.6(a), 8.6(b), 8.6(c) e 8.6(d) acima, se, a Assembleia Geral de Debenturistas assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na Cláusula 8.6(e) acima.
- 8.8** Sem prejuízo de seu dever de diligência, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, os quais deverão ser elaborados pela Emissora, nos termos da legislação aplicável.
- 8.9** O Agente Fiduciário somente agirá ou manifestar-se-á nos limites da Instrução CVM 28 e conforme disposto nesta Escritura de Emissão, bem como de acordo com orientações recebidas dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral dos Debenturistas, especialmente, mas não se limitando a, matérias que criem responsabilidades para os Debenturistas ou exonerem terceiros de obrigações para com estes.
- 8.10** O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre qualquer fato relacionado à Emissão, à Oferta e às Debêntures que seja de competência exclusiva dos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas.
- 8.11** Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário (i) que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com os Debenturistas; e/ou (ii)



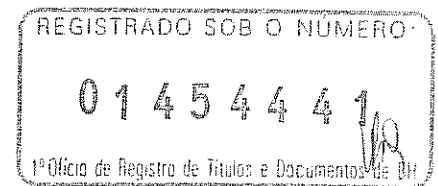
relacionados ao cumprimento, pela Emissora e pelos Garantidores, de suas obrigações nesta Escritura de Emissão ou nos Contratos de Garantias, conforme aplicável, somente serão válidas mediante a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

- 8.12 O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o atendimento dos Índices Financeiros.

## 9 ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

- 9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").
- 9.2 As assembleias gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.
- 9.3 A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 6.31 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.
- 9.4 A primeira convocação das assembleias gerais de Debenturistas deverá ser realizada com antecedência mínima de 8 (oito) dias corridos de sua realização.
- 9.5 A assembleia geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias corridos após a data marcada para a instalação da Assembleia em primeira convocação.
- 9.6 As Assembleias Gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quórum.
- 9.7 Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.7.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right, some with the number 71 next to them.



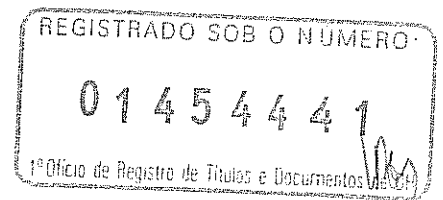
de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, (i) 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação em primeira convocação; e (ii) a maioria das Debêntures em Circulação em segunda convocação.

9.7.1 Não estão incluídos no *quorum* a que se refere à Cláusula 9.7 acima:

- (I) os *quoruns* expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
- (II) as alterações relativas às características das Debêntures, como por exemplo (a) das disposições deste item 9.7.1, (b) de qualquer das Garantias; (c) da Remuneração; (d) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia devidos aos Debenturistas; (e) do prazo de vigência das Debêntures; (f) da espécie das Debêntures; (g) da criação de evento de repactuação; (h) das disposições relativas ao resgate antecipado e/ou a amortização extraordinária; ou (i) das disposições relativas à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; ou (j) da redação de qualquer Evento de Inadimplemento, observado que a renúncia ou o perdão temporário a um Evento de Inadimplemento deverá ser deliberado de acordo com o quórum previsto na Cláusula 9.5 acima sendo que tais alterações estas que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

- 9.8 Para os fins de cálculo dos *quoruns* de instalação e de deliberação nos termos desta Escritura de Emissão, "Debêntures em Circulação" significam todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Emissora ou a qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Emissora ou a qualquer dos diretores ou conselheiros, seus cônjuges e respectivos parentes até segundo grau.
- 9.9 Será facultada a presença dos representantes legais e advogados da Emissora a comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo a presença dos representantes legais da Emissora obrigatória na hipótese da Cláusula 7.1(h).
- 9.10 O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

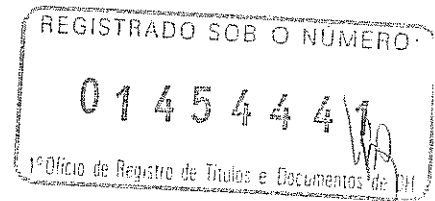
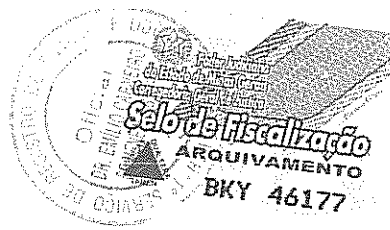




- 9.11 Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.
- 9.12 As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os *quoruns* nesta Escritura de Emissão, vincularão a Emissora e obrigarão todos os titulares de Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

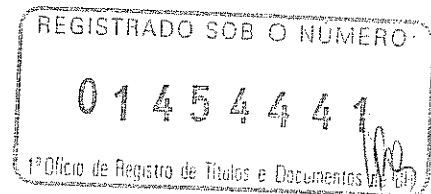
## 10 DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DOS GARANTIDORES

- 10.1 Observado o disposto na Cláusula 10.3 abaixo, a Emissora e os Garantidores neste ato declaram e garantem, conforme aplicável, que:
- (a) tratando-se de pessoa jurídica, são sociedades empresárias devidamente constituídas, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como estão devidamente autorizados a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
  - (b) os Fiadores Pessoas Físicas são capazes para a prática de todos os atos da vida civil, e seu respectivo estado civil é aquele previsto em sua respectiva qualificação;
  - (c) tratando-se de pessoa jurídica, estão devidamente autorizados e obtiveram todas as licenças e autorizações, inclusive societárias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures, à constituição das Garantias e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
  - (d) a celebração desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, de que sejam parte, e o cumprimento integral de todas as obrigações, principais e acessórias, aqui e ali previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora e pelos Garantidores;
  - (e) esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da



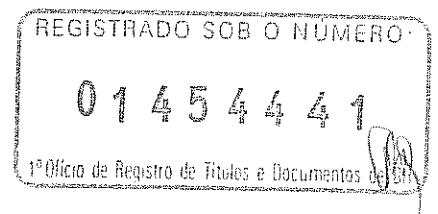
Emissora e dos Garantidores, conforme aplicável, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;

- (f) os representantes legais da Emissora e dos Garantidores Pessoas Jurídicas que assinam esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia de que sejam parte, têm poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora e/ou dos Garantidores Pessoas Jurídicas, as obrigações aqui previstas e, sendo mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (g) a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas, conforme aplicável, a constituição das Garantias e a realização da Emissão e da Oferta (a) não infringem o estatuto social/contrato social da Emissora e/ou os Garantidores Pessoas Jurídicas, conforme aplicável; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora e/ou os Garantidores sejam parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito, conforme aplicável; (c) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora e/ou os Garantidores sejam parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (d) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Emissora e/ou os Garantidores Pessoas Jurídicas e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito, conforme aplicável; (e) não resultarão na criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo da Emissora e dos Garantidores Pessoas Jurídicas (com exceção dos ônus criados pela constituição das Garantias Reais, conforme aplicável) e (f) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora e/ou os Garantidores e/ou qualquer de seus ativos, conforme aplicável;
- (h) estão adimplentes com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantias, e não ocorreu e não está existente qualquer Evento de Inadimplemento;
- (i) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas são verdadeiros, consistentes, precisos, completos, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e, em se tratando da Emissora, incluem os documentos e informações relevantes para a



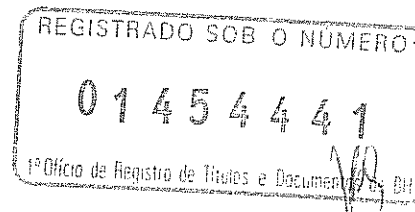
tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures, tendo sido disponibilizadas informações sobre as operações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações relevantes delas decorrentes;

- (j) tratando-se de pessoas jurídicas, estão em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- (k) tratando-se de pessoas jurídicas, possuem válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, ou estão tomando as providências necessárias para obter, todas as autorizações e licenças, aplicáveis ao regular exercício de suas atividades ou cujo descumprimento não tenha um Efeito Adverso Relevante;
- (l) inexistente (a) descumprimento de qualquer disposição contratual relevante, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral ou a que a Emissora ou os Garantidores, conforme for o caso, estão sujeitos; ou (b) qualquer processo, judicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, (i) que tenha um Efeito Adverso Relevante; ou (ii) visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão;
- (m) salvo por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não tenha um Efeito Adverso Relevante, estão cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais ou autarquias, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das suas atividades;
- (n) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento integral, pela Emissora e/ou pelos Garantidores, de todas as suas obrigações, conforme aplicável, nos termos desta Escritura de Emissão, ou para a realização da Emissão e constituição das Garantias, exceto (i) pelo arquivamento da ata da AGE na JUCEMG; (ii) pelo arquivamento das atas dos Atos Societários dos Fiadores Pessoas Jurídicas nas juntas comerciais competentes, conforme a Cláusula 2.1 acima; (iii) pela inscrição desta Escritura de Emissão, e seus eventuais aditamentos, na JUCEMG e nos competentes



Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, conforme Cláusulas 2.1.3 e 2.1.4 acima; (iv) pelo registro dos Contratos de Garantia nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, nos termos da Cláusula 2.1.5 acima; (v) o registro das Debêntures na CETIP, nos termos desta Escritura de Emissão e (vi) a eventual necessidade de anuência e/ou autorização da ANEEL, quando assim exigido pela legislação aplicável;

- (o) as demonstrações financeiras, conforme aplicável, da Emissora e dos Garantidores Pessoas Jurídicas, disponíveis representam corretamente a posição financeira da Emissora e dos Garantidores Pessoas Jurídicas naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (p) as suas situações econômica, financeira e patrimonial, na data em que esta declaração é feita, não sofreram quaisquer alterações significativas que tenham um Efeito Adverso Relevante;
- (q) têm plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI-Over, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi determinada por sua livre vontade;
- (r) cumprirão integralmente com todas as obrigações principais e acessórias assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, conforme aplicável, incluindo, mas não se limitando (i) obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 4.1; e (ii) no caso dos Fiadores, a Fiança;
- (s) cumpre e cumprirá rigorosamente todas as leis anti-suborno e anticorrupção aplicáveis, bem como se comprometendo a (i) não utilizar quaisquer recursos para qualquer contribuição, prêmio, pagamento de entretenimento, ou qualquer outra despesa ilegal relacionada à atividade política; (ii) não efetuar ou agir em continuidade a uma oferta, promessa ou autorização de qualquer pagamento ou benefício ilegal, direto ou indireto, a qualquer oficial ou funcionário de autoridade regulatória ou governamental, nacional ou estrangeira, incluindo qualquer entidade pertencente ou controlada pelo governo ou por organização pública internacional, ou qualquer pessoa agindo em capacidade oficial para ou em nome de um dos anteriores, ou qualquer partido político ou funcionário de partido político ou



candidato a cargo político; (iii) conforme aplicável, não infringir qualquer disposição (iii.a) da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; (iii.b) qualquer legislação ou regulamentação, seja brasileira ou estrangeira, que implemente regras de anti-suborno ou anticorrupção e às quais a Emissora e os Garantidores Pessoas Jurídicas estejam sujeitos; ou (iv) não efetuar, oferecer, concordar, requisitar ou praticar ato em continuidade à qualquer ato de suborno ou outro benefício ilegal, incluindo, mas não limitado a, desconto ilegal (rebate), compensação (*pay off*), tráfico de influência, propina (*kick back*) ou outro pagamento ou benefício ilegal ou impróprio; e

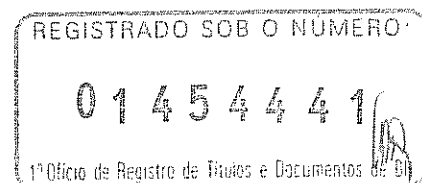
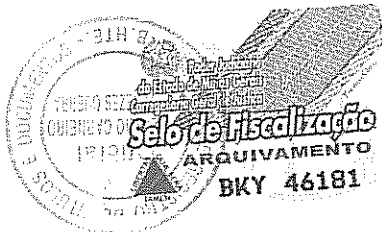
- (t) as informações prestadas pela Emissora e pelos Garantidores são verdadeiras, consistentes, precisas, completas, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito das Debêntures.

**10.2** A Emissora e os Garantidores declaram, ainda, conforme aplicável, (i) não terem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que os impeçam de exercer, plenamente, suas funções conforme descritas nesta Escritura de Emissão e na Instrução CVM 28; (ii) terem ciência de todas as disposições da Instrução CVM 28 a serem cumpridas pelo Agente Fiduciário; (iii) que cumprirão todas as determinações do Agente Fiduciário vinculadas ao cumprimento das disposições previstas naquela Instrução; e (iv) não existir nenhum impedimento legal, contratual ou acordo de acionistas que impeça a presente Emissão.

**10.3** As declarações e garantias listadas na Cláusula 10.1, exceto para aquelas declarações e garantias, cuja a identificação é feita no respectivo item, quando referentes a informações tão somente da Emissora, são prestadas somente pela Emissora, e quando prestadas por um Garantidor pessoa física ou pessoa jurídica são referentes a informações apenas do Garantidor pessoa física ou jurídica. Sendo assim, esta Escritura de Emissão não contém declarações e garantias da Emissora a respeito dos Garantidores, tampouco contém declarações e garantias prestadas por qualquer dos Garantidores a respeito da Emissora ou dos demais Garantidores.

**10.4** A Emissora e os Garantidores se comprometem a notificar em até 5 (cinco) dias corridos os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui proferidas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

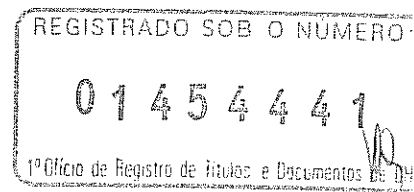
**11** **DESPESAS**



- 11.1 Correrão por conta da Emissora todos os custos incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures, incluindo, mas sem limitação, as publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Escriturador Mandatário, do Banco Liquidante da Emissão e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures, à Emissão e à constituição das Garantias.

## 12 DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1 As obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus eventuais sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.
- 12.2 Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.
- 12.3 A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes obrigam-se a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.
- 12.4 Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerada mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.
- 12.5 As partes reconhecem esta Escritura de Emissão e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, Código de Processo Civil.
- 12.6 Para os fins desta Escritura de Emissão, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 621 e 632 do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.



### 13 LEI E FORO

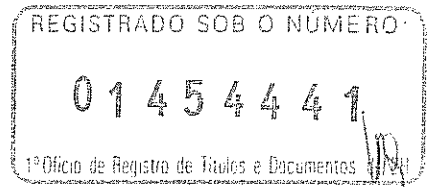
- 13.1 Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.
- 13.2 Fica eleito o foro central da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 9 (nove) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também a assinam.

Belo Horizonte, 19 de janeiro de 2015.

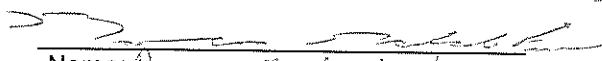
*(As assinaturas seguem nas 19 páginas seguintes.)*

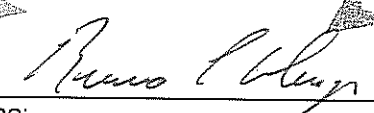
*(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)*




Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Vila Real Energia S.A.

### VILA REAL ENERGIA S.A.

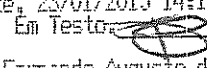
  
Nome: Romero Machado Ferreira  
Cargo: Diretor

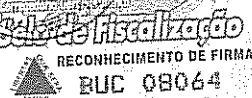
  
Nome: Bruno Figueiredo Menezes  
Cargo: Diretor  
CPF: 044.199.266-86

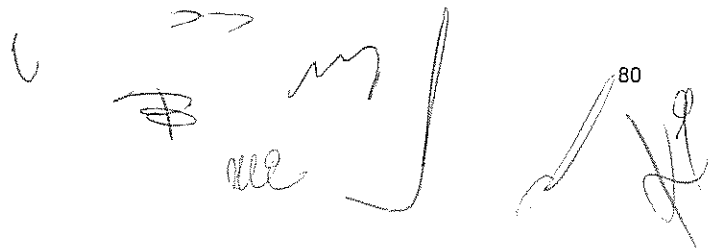
  
Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:  
Romero Machado Ferreira \*\*\*\*\*  
Belo Horizonte, 23/01/2015 11:22:37 Alan Richer 6101  
ENDL.:R\$4,02 T.F.:R\$1,25 Total:R\$5,27



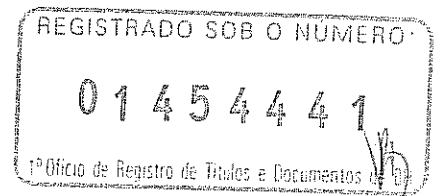
CARTÓRIO OLIVEIRA - SERVIÇO NOTARIAL DO 10º OFÍCIO - BH - MG  
RUA DOS GUAJAJARAS, 637 - CEP 30180-100 - BELO HORIZONTE - MG - TELEFAX: (31) 3222-8560  
TABELIÃO: BEL. ANTÔNIO DANIEL DE OLIVEIRA

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:  
(BUC08064) BRUNO FIGUEIREDO MENEZES \*\*\*\*\*  
Belo Horizonte, 23/01/2015 14:12:58 26330  
Em Teste:  da verdade.  
FERNANDO AUGUSTO DE SOUZA OLIVEIRA  
Carlos  
ENDL.:R\$4,02 T.F.:R\$1,25 Total:R\$5,27  
QUANTO À FÉ DE OU RASURA, NÃO SE CONSIDERA CUMPRIDO O DEVER DE VERIFICAÇÃO DE AUTENTICAÇÃO DE FRAUDE



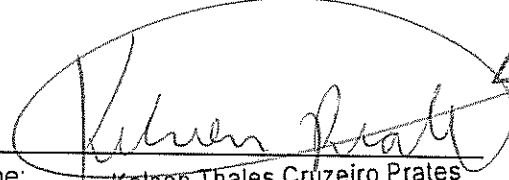






Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Vila Real Energia S.A.

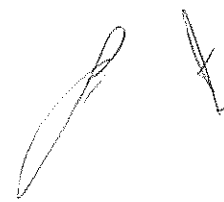
**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

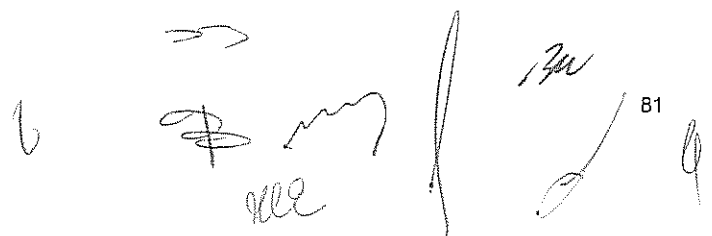
  
Nome: Kelson Thales Cruzeiro Prates  
Cargo: Procurador

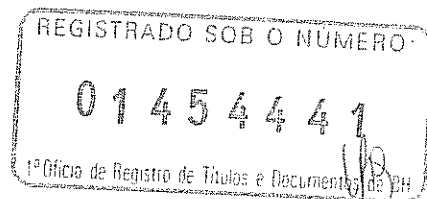
**12º TABELIÃO de NOTAS**  
CARTÓRIO DO 12º TABELIÃO DE NOTAS  
Avenida Santos, 1470 - São Paulo - SP - Cep 01418-100  
SEL. HOMERO SAUTI - TABELIÃO - Tel. (11) 3545-6277 - Fax (11) 3284-6302

Reconheço por semelhança a firma: **KELSON THALES CRUZEIRO PRATES**, a qual confere com o padrão depositado em Cartório.

São Paulo, 21 de Janeiro de 2015  
Em testemunho da verdade.  
Elaine Xavier Fialho - Esc. Autorizado  
1501211149054 - Firma: R\$ 7,25 - Total: R\$ 7,25

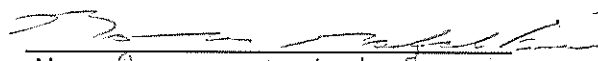
  
CARTÓRIO DO 12º TABELIÃO DE NOTAS  
AV. SANTOS, 1470  
Elaine Xavier Fialho  
Escritoriente Autorizado  
1042AA916668








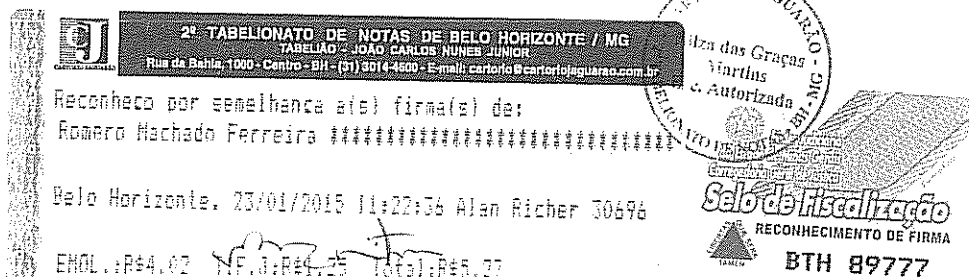
Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Vila Real Energia S.A.

C.E.I. - ENERGÉTICA INTEGRADA LTDA.

  
NOME: Romero Machado Ferreira  
CARGO: Diretor

\_\_\_\_\_  
NOME:  
CARGO:

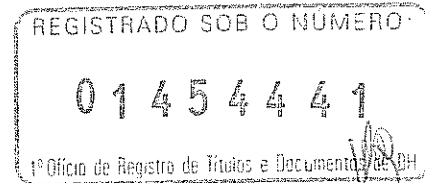


Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:

Romero Machado Ferreira #####


Belo Horizonte, 23/01/2015 11:22:36 Alan Richer 30696


ENCL.:R44,02 NF.0:R44,25 TOTAL:R45,27



Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Vila Real Energia S.A.

HY BRAZIL ENERGIA S.A.

  
NOME: Bruno Figueiredo Menezes  
CARGO: Diretor  
CPF: 044.199.266-86

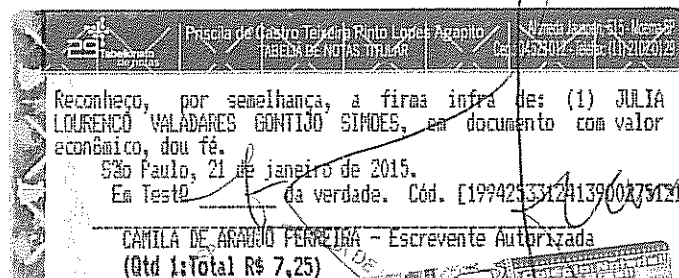
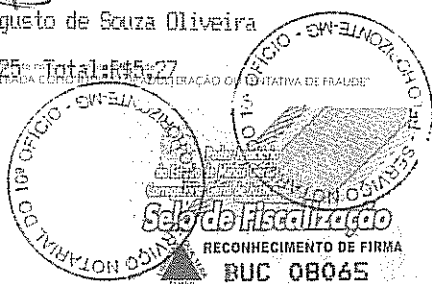
  
NOME: Julia Lourenço Valadares Gontijo Simões  
CARGO: Diretora

CARTÓRIO OLIVEIRA - SERVIÇO NOTARIAL DO 10º OFÍCIO - BH - MG  
RUA DOS GUAJARAS, 637 - CEP 30180-100 - BELO HORIZONTE - MG - TELEFAX: (31) 3222-8500  
TABELÃO: BEL. ANTÔNIO DANIEL DE OLIVEIRA

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:  
(BUC08065) BRUNO FIGUEIREDO MENEZES \*\*\*\*\*  
Belo Horizonte, 23/01/2015 14:12:59 2045  
Em Teste, da verdade.

Carlos Fernando Augusto de Souza Oliveira

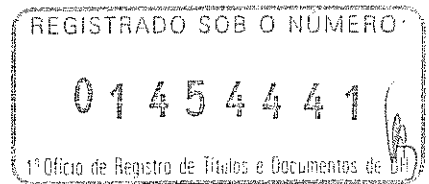
ENC. - R\$ 4,00 T.E. - R\$ 1,25 Total - R\$ 5,25



Reconheço, por semelhança, a firma infra de: (1) JULIA LOURENÇO VALADARES GONTIJO SIMÕES, em documento com valor econômico, dou fé.  
São Paulo, 21 de janeiro de 2015.  
Em Teste, da verdade. Cód. [1994233312413900275121]

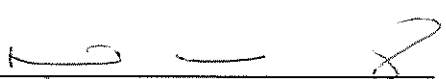
CAMILA DE ARAÚJO PEREIRA - Escrevente Autorizada  
(Qtd 1; Total R\$ 7,25)

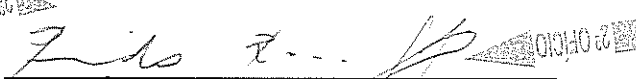
FIRMA  
VALOR ECONÔMICO 1  
1083AA516165



Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Vila Real Energia S.A.

**POLARIS PARTICIPAÇÕES LTDA.**

  
NOME: Ricardo Valadares Gontijo  
CARGO: Administrador

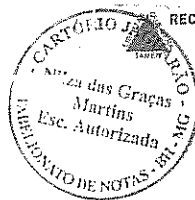
  
NOME: Ricardo Ribeiro Valadares Gontijo  
CARGO: Administrador



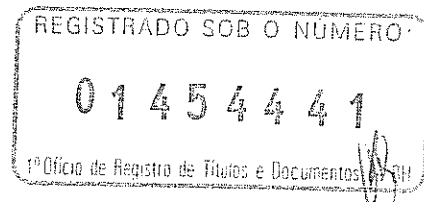




Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:  
Ricardo Valadares Gontijo, Ricardo Ribeiro Valadares Gontijo  
Gontijo  
Belo Horizonte, 23/01/2015 11:27:48 Alan Richer 31200  
ENCL. 1R28.04







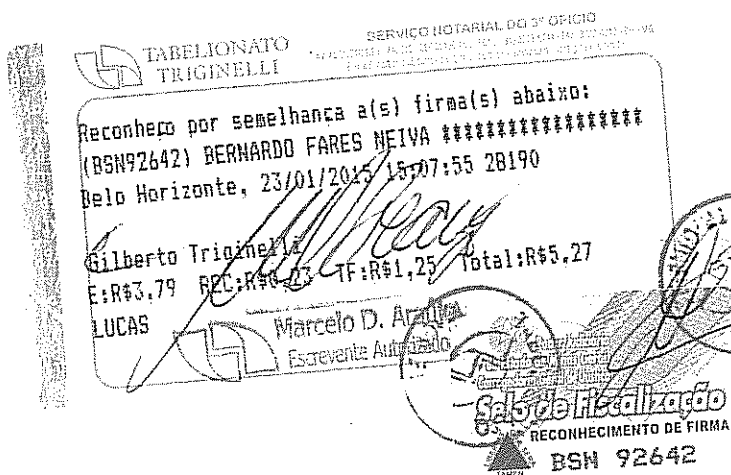
Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Vila Real Energia S.A.

NEIVA PARTICIPAÇÕES LTDA.

Bernardo Fares Neiva  
NOME: BERNARDO FARES NEIVA  
CARGO: Procurador

NOME: \_\_\_\_\_

CARGO: \_\_\_\_\_

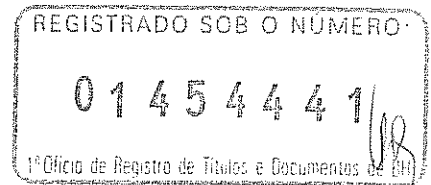


*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Multiple handwritten signatures and initials]*

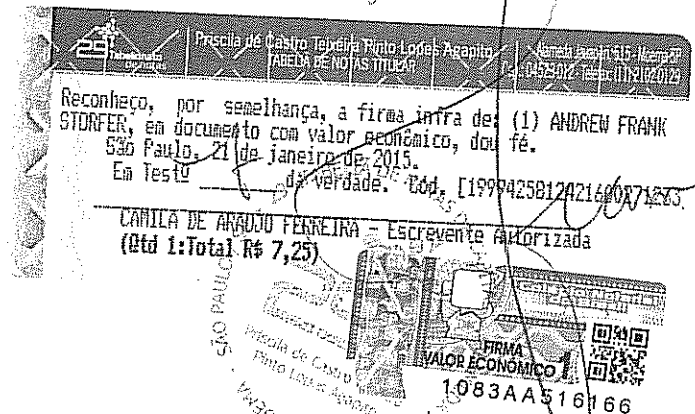


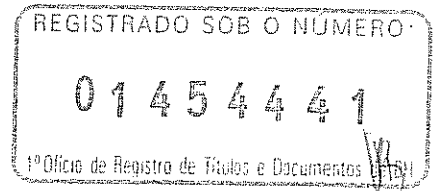
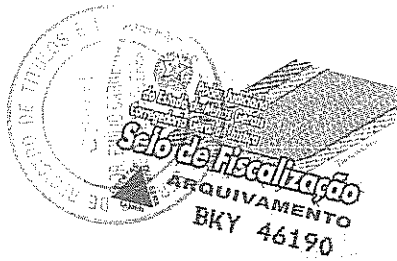
Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Vila Real Energia S.A.

**INTERACTA PARTICIPAÇÕES LTDA.**

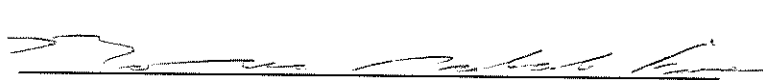
NOME: Andrew Frank Storfer  
CARGO: Administrador

NOME: \_\_\_\_\_  
CARGO: \_\_\_\_\_





Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Vila Real Energia S.A.


 20/01/2015

EDUARDO BELFORT DE NORONHA GUARANI










2º TABELIONATO DE NOTAS DE BELO HORIZONTE / MG  
TABELIÃO - JOÃO CARLOS NUNES JUNIOR  
Rua da Bahia, 1000 - Centro - BH - (31) 3014-4600 - E-mail: cartorio@cartoriojaguarao.com.br




Cartório Jaguari  
Alza das Graças  
Martins  
Esc. Autorizada  
TABELIONATO DE NOTAS

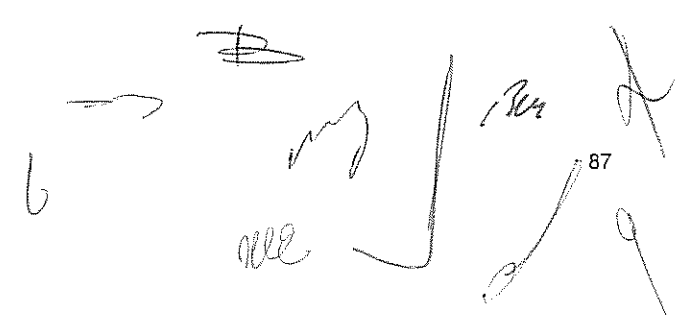
Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:  
Romero Machado Ferreira

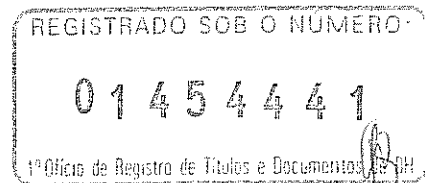
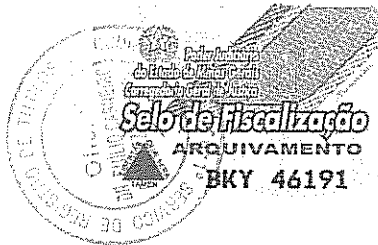
Belo Horizonte, 23/01/2015 11:22:35 Alan Richer 22527

ENOL.:R\$4,02 V.F.:R\$11,25 T.C.B.:R\$5,27



Selo de Fiscalização  
RECONHECIMENTO DE FIRMA  
BTH 89780





Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Vila Real Energia S.A.

*[Handwritten signature]*

ROMERO MACHADO FERREIRA

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

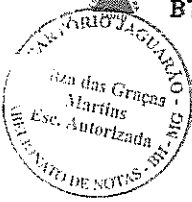
*[Handwritten signature]*

2º TABELIONATO DE NOTAS DE BELO HORIZONTE / MG  
TABELIÃO JOÃO CARLOS NUNES JUNIOR  
Rua da Bahia, 1000 - Centro - BH - (31) 3014-4600 - E-mail: cartorio@cartoriojaguara.com.br

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:  
Romero Machado Ferreira

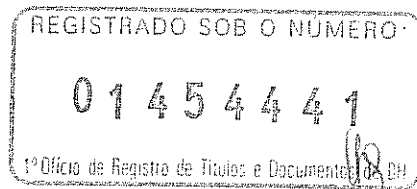
Belo Horizonte, 23/01/2015 11:22:34 Alan Richer 14360

EMOL:R\$4.02 T.F.R\$41.25



*[Handwritten signatures and initials]*

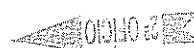




Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Vila Real Energia S.A.



  
\_\_\_\_\_  
**ROGERIO VALADARES GONTIJO**



  
\_\_\_\_\_  
**MARIA ELISABETH LOURENÇO VALADARES GONTIJO**









2º TABELIONATO DE NOTAS DE BELO HORIZONTE / MG  
TABELIÃO - JOÃO CARLOS NUNES JUNIOR  
Rua da Bahia, 1000 - Centro - BH - (31) 3014-4800 - E-mail: cartorio@cartoriojaguara.com.br



Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:  
Maria Elisabeth Lourenço Valadares Gontijo


Belo Horizonte, 23/01/2015 11:30:24 Alan Richer 12654

EMUL:R94.02 V.F.J:R91.02 T:R91.02 R91.02

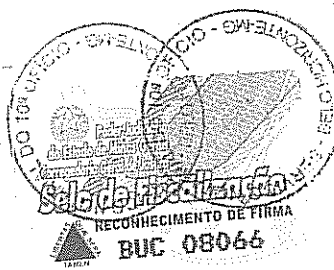


CARTORIO OLIVEIRA - SERVIÇO NOTARIAL DO 10º OFÍCIO - BH - MG  
RUA DOS GUAJARAS, 637 - CEP 30186-100 - BELO HORIZONTE - MG - TELEFAX: (31) 3222-8500  
TABELIÃO: BEL. ANTÔNIO DANIEL DE OLIVEIRA

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:  
(BUC08066) ROGERIO VALADARES GONTIJO  
Belo Horizonte, 23/01/2015 14:13:45 23019

Em Teste,  da verdade.  
**Fernando Augusto de Souza Oliveira**

Carlos  
EMUL:R94.02 T.F.J:R91.02 T:R91.02 R91.02





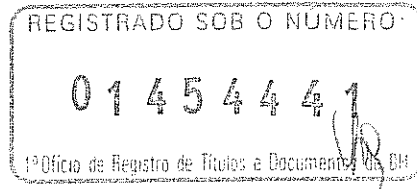












Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Vila Real Energia S.A.

*Jose Celso Valadares Gontijo*

JOSE CELSO VALADARES GONTIJO

*Ana Maria Baêta Valadares Gontijo*

ANA MARIA BAÊTA VALADARES GONTIJO

CARTÓRIO OLIVEIRA - SERVIÇO NOTARIAL DO 10º OFÍCIO - BH - MG  
RUA DOS GUAJARAS 637 - CEP 30180-160 - BELO HORIZONTE - MG - TELEFAX: (31) 3222-8500  
TABELIÃO: BEL. ANTÔNIO DANIEL DE OLIVEIRA

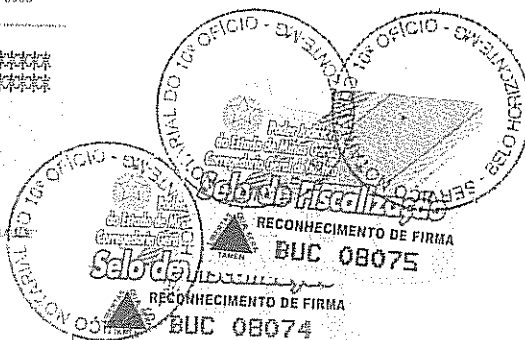
Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:  
(BUC08074) BRUNO FIGUEIREDO MENEZES \*\*\*\*\*  
(BUC08075) BRUNO FIGUEIREDO MENEZES \*\*\*\*\*  
Belo Horizonte, 23/01/2015 14:14:44 12208  
Em Teste. *[assinatura]* da verdade.

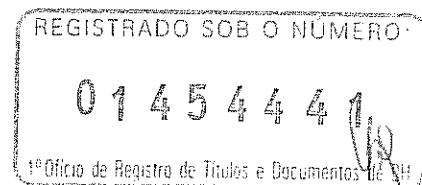
*[assinatura]* Fernando Augusto de Souza Oliveira

Carlos

EMOL.: R\$8,04 T.F.J.: R\$2,50 Total: R\$10,54

\*QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADA COMO INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE\*



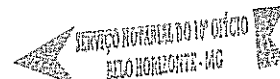


Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Vila Real Energia S.A.

ALAN DE ALVARENGA MENEZES



DENISE DE ANDRADE FERREIRA MENEZES



CARTÓRIO OLIVEIRA - SERVIÇO NOTARIAL DO 10º OFÍCIO - BH - MG  
RUA DOS GUAJARAS, 637 - CEP 30180-100 - BELO HORIZONTE - MG - TELEFAX: (31) 3222-0500  
TABELÃO: BEL. ANTÔNIO DANIEL DE OLIVEIRA

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:  
(BUC08076) BRUNO FIGUEIREDO MENEZES \*\*\*\*\*  
(BUC08077) BRUNO FIGUEIREDO MENEZES \*\*\*\*\*  
Belo Horizonte, 23/01/2015 14:14:45 23136

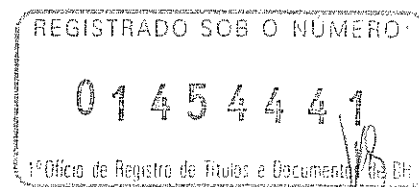
Em Teste, da verdade.

Fernando Augusto de Souza Oliveira

Carlos

END.: R\$9,04 I.F.: R\$2,50 Total: R\$11,54





Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Vila Real Energia S.A.

2º Ofício

*[Handwritten signature]*

**RICARDO RIBEIRO VALADARES GONTIJO**

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten mark]*

**2º TABELIONATO DE NOTAS DE BELO HORIZONTE / MG**  
TABELIÃO - JOÃO CARLOS NUNES JUNIOR  
Rua de Bahia, 1000 - Centro - BH - (31) 3014-4800 - E-mail: cartorio@cartoriojaguaro.com.br

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:  
Ricardo Ribeiro Valadares Gontijo \*\*\*\*\*

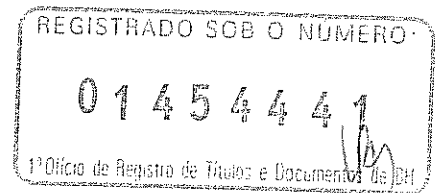
Belo Horizonte, 23/01/2015 11:30:59 Alan Richer 16715

ENC.: R\$4,02 F. 01/25 10/01/2015, 27



*[Handwritten signatures and marks]*





Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Vila Real Energia S.A.

*p/p Bernardo Fares Neiva*  
**EVANDO JOSÉ NEIVA**

*p/p Bernardo Fares Neiva*  
**LAILA FARES NEIVA**

TABELIONATO  
TRIGINELLI

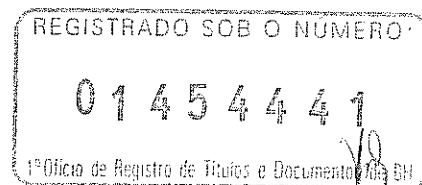
SERVIÇO NOTARIAL DO 3º OFÍCIO  
Município de Belo Horizonte - Estado de Minas Gerais  
Rua da Bahia, 100 - Centro - Belo Horizonte - Minas Gerais - CEP: 30130-000

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) abaixo:  
(BSN92640) BERNARDO FARES NEIVA, (BSN92641) \*\*\*\*\*  
BERNARDO FARES NEIVA \*\*\*\*\*  
Belo Horizonte, 23/01/2015 15:07:34 24900

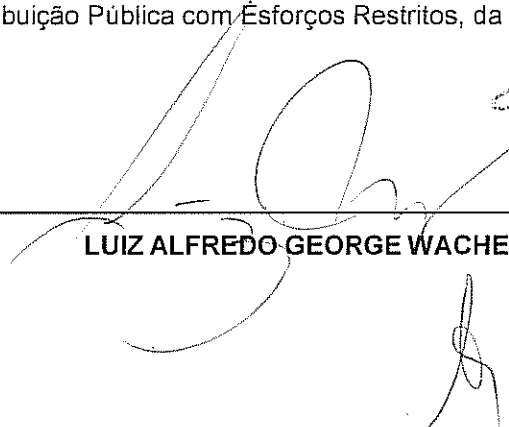
Gilberto Triginelli

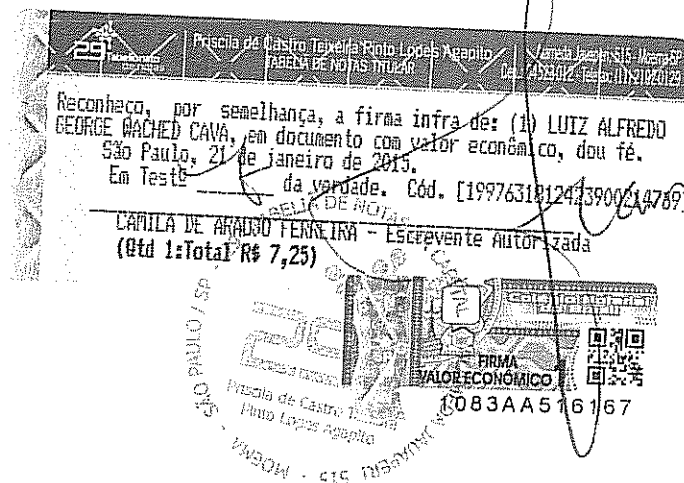
E: R\$7,58 REC: R\$0,45 TF: R\$2,50 Total: R\$10,53  
LUCAS



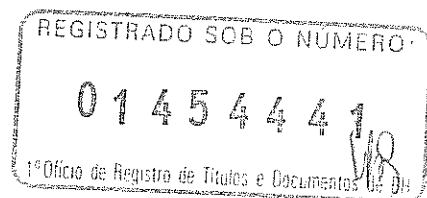


Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Vila Real Energia S.A.

  
LUIZ ALFREDO GEORGE WACHED CAVA



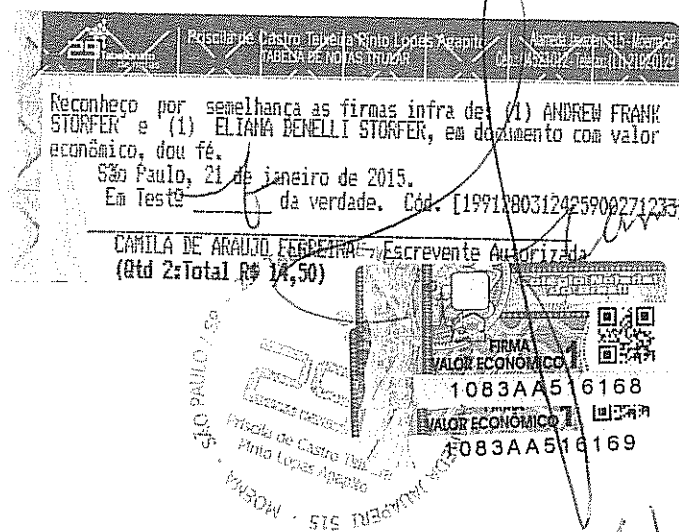




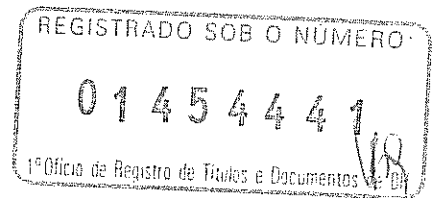
Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Vila Real Energia S.A.

ANDREW FRANK STORFER

ELIANA BENELLI STORFER

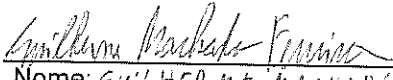


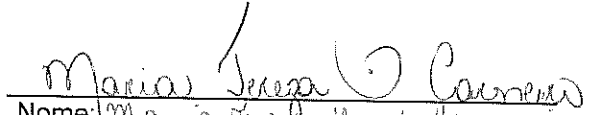




Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Vila Real Energia S.A.

Testemunhas:

  
Nome: GUILHERME MACHADA  
RG: 109396897  
CPF: 042940426-30

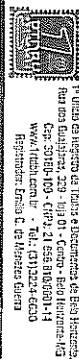
  
Nome: Maria Tereza Diniz Carneiro  
RG: MG 11.218.228  
CPF: 013.160.926-77

**1º OFÍCIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS**  
**REGISTRO Nº 01454441**

Certifico e dou fé que o presente documento foi apresentado, protocolado sob o nº 01454441, livro nº A-83, registrado em microfilme e digitalizado sob o nº 01454441, livro nº B-150, nesta data. Belo Horizonte, 26/01/2016. Emol: 1.588,41 T.J.F: 529,46 Recomeço 95,01 Total: 2.212,88

1ª RTD-BH  
Cristiana M. H. Dias Fortes  
Escritor Autônoma

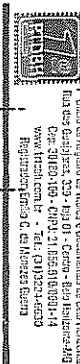
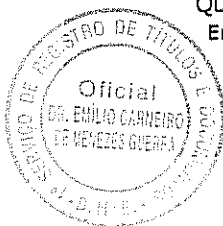
O Oficial

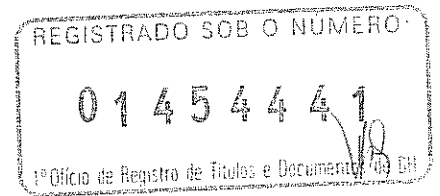


**PODER JUDICIÁRIO - TJMG**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**  
Ofício do 1º Registro de Títulos e Documentos  
de Belo Horizonte - MG

Selo Eletrônico Nº **ACH65138**  
Cód. Seg.: **5812.1127.8993.4274**

Quantidade de Atos Praticados: **00168**  
Emolumentos: R\$1683,42 - T.J.F.: R\$529,46  
Valor Final: R\$2212,88  
Consulte a validade deste Selo no  
site: <https://selos.tjmg.jus.br>





ANEXO I

MINUTA DO CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS EMERGENTES DAS  
AUTORIZAÇÕES

\*\*\*\*

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS  
DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES EM GARANTIA E OUTRAS AVENÇAS

Pelo presente "Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios das Concessões e Autorizações em Garantia e Outras Avenças" ("Contrato")

De um lado:

- (I) **MAYNART ENERGÉTICA LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais, na Estrada de Acesso à Usina do Salto, s/n, Distrito de Santo Antônio do Salto, Zona Rural, CEP 35400-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 20.227.915/0001-41, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Cedente");

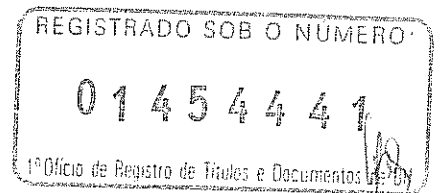
como representante e em benefício dos outorgados da garantia fiduciária, os titulares das Debêntures (conforme abaixo definido) ("Debenturistas");

- (II) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 8, Ala B, Salas 303 e 304 – Barra da Tijuca, CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário"), nomeada para representar a comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures (conforme abaixo definidas) ("Debenturistas"), nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações");

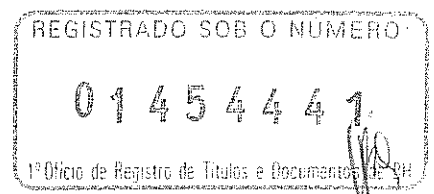
na qualidade de emissora das Debêntures e interveniente anuente:

- (III) **VILA REAL ENERGIA S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na rua Lavras, 20, sala 5, bairro São Pedro, CEP 30330-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.118.823/0001-23, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG"), sob o NIRE 3130010761-2, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Interveniente" ou "Emissora");

CONSIDERANDO QUE:



- (a) a Cedente é produtora independente de energia elétrica mediante o aproveitamento dos potenciais hidráulicos denominados pequenas centrais hidrelétricas ("PCH", quando no singular, ou "PCH"s, quando no plural) (i) Fumaça, localizada no rio Gualaxo do Sul, Município de Mariana, Estado de Minas Gerais ("PCH Fumaça"); (ii) Furquim, localizada na bacia Ribeirão do Carmo, na bacia hidrográfica do Rio Doce, Município de Mariana, Estado de Minas Gerais ("PCH Furquim"); (iii) Cachoeira dos Prazeres, no Ribeirão dos Prazeres, afluente do Rio Maynart, Município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais ("PCH Prazeres"); (iv) Salto, localizada no Município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais ("PCH Salto"); (v) Caboclo, localizada no Município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais ("PCH Caboclo"); e (vi) Funil, localizada no Município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais ("PCH Funil" e, em conjunto com a PCH Fumaça, PCH Furquim, PCH Prazeres, PCH Salto e PCH Caboclo, "PCHs"), cujos atos de autorização para a Cedente desenvolver tais atividades ocorreu por meio das Resoluções Autorizativas n.º 344/2000, 291/2000, 427/1998 e 40/2000 (sendo esta última referente à PCH Salto, à PCH Caboclo e à PCH Funil, respectivamente (em conjunto, "Autorizações"), da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL ("ANEEL" ou "Poder Concedente");
- (b) em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora, realizada em 17 de dezembro de 2014 ("AGE"), cuja ata foi arquivada na JUCEMG em 06 de janeiro de 2015 sob o nº 5438322, foi deliberada e aprovada, dentre outros, 1ª (Primeira) emissão ("Emissão") de 38 (trinta e oito) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória, com valor nominal unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Valor Nominal Unitário"), perfazendo, na Data de Emissão, o montante total de R\$38.000.000,00 (trinta e oito milhões de reais) ("Valor Total da Emissão"), as quais foram objeto de distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") e demais leis e normativos aplicáveis ("Oferta"). A Oferta está automaticamente dispensada de registro junto à CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução da CVM 476 e deverá ser registrada na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), exclusivamente para fins de informar a base de dados da ANBIMA, nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso I e parágrafo 2º, do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas das Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários ("Código ANBIMA"), condicionado à expedição, até a data de comunicação de encerramento da Oferta, de diretrizes específicas para o cumprimento da obrigação e ainda observado o disposto na Escritura de Emissão (conforme abaixo definida);
- (c) a Cessão Fiduciária das Concessões (conforme definida abaixo) a ser outorgada pela Cedente no âmbito da Emissão, nos termos do presente Contrato, é concedida com base na deliberação da reunião de sócios da Cedente, realizada em [•] de [•] de 2015 ("Reunião Cedente");
- (b) os termos e condições da Emissão e das Debêntures, encontram-se previstos no "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Vila Real Energia S.A.", celebrado, em 19 de janeiro de 2015, entre a Emissora, o Agente



Fiduciário e demais outras partes, que será inscrito na JUCEMG ("Escritura de Emissão"); e

- (c) em garantia do integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas (conforme abaixo definidas), a Cedente, em caráter irrevogável e irretratável, cede fiduciariamente em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes das Autorizações, dentre outros, observado o disposto no presente Contrato.

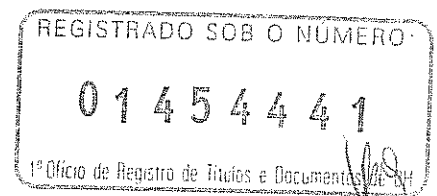
Resolvem as partes acima qualificadas celebrar o presente Contrato, que se regerá pela Lei n.º 4.728 de 14 de julho de 1965, conforme alterada, pelo Decreto Lei n.º 911, de 01 de outubro de 1969, pela Lei n.º 10.931 de 02 de agosto de 2004, e observado o disposto na Lei n.º 9.514, de 20 de novembro de 1997, pela Lei n.º 10.406 de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil") e, em especial, pelas seguintes cláusulas e condições:

Os termos utilizados neste Contrato, iniciados em letras maiúsculas, que estejam no singular ou no plural e que não sejam definidos de outra forma neste Contrato, terão os significados que lhes são atribuídos na Escritura de Emissão, que é parte integrante, complementar e inseparável deste Contrato.

## 1 Constituição da Cessão Fiduciária

1.1 Em garantia do integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas (conforme abaixo definidas e descritas no Anexo I ao presente Contrato), a Cedente, por este Contrato e na melhor forma de direito, em caráter irrevogável e irretratável, de modo *pro-solvendo*, nos termos do artigo 66-B, parágrafos 3º, 4º, 5º e 6º, da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada, e do Decreto-Lei n.º 911, de 1º de outubro de 1969, conforme alterado, cede fiduciariamente aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições, exceto aqueles objeto deste Contrato ("Cessão Fiduciária");

- (a) todos e quaisquer direitos, presente e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes das Autorizações, incluindo, sem limitar, todos os direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, decorrente da exploração das Autorizações e que possam ser objeto de cessão fiduciária em garantia de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis e os direitos emergentes das Autorizações ("Direitos Emergentes das Autorizações") incluindo:
- (i) todos e quaisquer direitos, presente e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes dos direitos de crédito da Cedente decorrentes da prestação dos serviços de construção, operação, manutenção e exploração das PCHs, nos termos da Autorização;
  - (ii) o produto resultante do recebimento das quantias decorrentes dos direitos creditórios descritos no item (i) acima;
  - (iii) o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar devidos pelo Poder Concedente à Cedente, inclusive os relativos a eventuais indenizações em decorrência da extinção ou revogação das Autorização; e



- (iv) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não decorrentes da Autorização, que possam, nos termos da legislação aplicável, ser objeto de cessão fiduciária (em conjunto, "Direitos Cedidos").

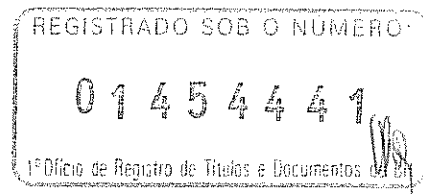
**1.2** Para os fins deste Contrato:

- (i) "Documentos das Obrigações Garantidas" significam (i) a Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos; (ii) este Contrato e seus eventuais aditamentos; (iii) o "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Quotas em Garantia e Outras Avenças" celebrado em 19 de janeiro de 2015, e seus eventuais aditamentos; e (iv) o "Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Conta Vinculada e Direitos Creditórios de Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica em Garantia e Outras Avenças" a ser celebrado em [•] de [•] de 2015, e seus eventuais aditamentos, e os demais documentos mencionados por, ou relacionados a tais instrumentos; e
- (ii) Para os fins deste Contrato e do artigo 1.362 do Código Civil, "Obrigações Garantidas", cujas principais características encontram-se no Anexo I ao presente Contrato, significam todas e quaisquer obrigações principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pela Cedente no âmbito da Emissão, incluindo, mas sem limitação, (a) aquelas relativas ao integral e pontual pagamento do Valor Nominal Unitário, da Remuneração (conforme definida no Anexo I), dos prêmios, em caso de Resgate Antecipado Facultativo (conforme definidos no Anexo I) e em caso de Amortização Extraordinária Facultativa (conforme definidos no Anexo I), dos Encargos Moratórios (conforme definidos no Anexo I) dos demais acessórios e encargos relativos às Debêntures subscritas, integralizadas e não resgatadas e dos demais encargos relativos à Escritura de Emissão, quando devidos, seja nas respectivas datas de pagamento, na Data de Vencimento, ou em virtude do resgate antecipado das Debêntures ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, conforme aplicável; (b) as obrigações relativas a quaisquer outras obrigações assumidas pela Cedente na Escritura de Emissão e/ou nos demais documentos da Emissão (o que inclui, mas não se limita aos instrumentos de Garantias), incluindo, obrigações de pagar despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos ou indenizações, bem como as obrigações relativas ao Banco Liquidante da Emissão, o Escriturador Mandatário, ao Banco Administrador, a CETIP, ao Agente Fiduciário; e (c) as obrigações de ressarcimento de toda e qualquer importância que os Debenturistas venham a desembolsar no âmbito da Emissão e/ou em virtude da constituição, manutenção, consolidação e/ou realização da Cessão Fiduciária, bem como todos e quaisquer tributos e despesas incidentes sobre a excussão da Cessão Fiduciária, nos termos da Cláusula 3 abaixo.

**1.3** Fica desde já certo e ajustado que este Contrato entrará em vigor e será válido a partir da data de sua celebração.

**1.4** A Cessão Fiduciária permanecerá íntegra e em pleno vigor até o integral cumprimento das Obrigações Garantidas.

**1.4.1** Ocorrendo o integral cumprimento das Obrigações Garantidas, conforme previsto no item 1.4 acima, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da solicitação da Cedente e/ou da Emissora, enviar à Cedente termo de quitação e



exoneração (i) atestando o término de pleno direito deste Contrato, e (ii) autorizando a Cedente a registrar a liberação da Cessão Fiduciária, por meio de averbação nesse sentido nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos a que se refere a Cláusula 2 abaixo.

- 1.5 Não haverá liberação parcial dos direitos cedidos por este Contrato quando do pagamento parcial das Obrigações Garantidas.
- 1.6 A Cessão Fiduciária resulta na transferência aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, da propriedade fiduciária e da posse indireta dos Direitos Cedidos, permanecendo a sua posse direta com a Cedente.
- 1.7 Caso ocorram alterações nos termos e condições das Obrigações Garantidas, o presente Contrato deverá ser aditado, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data de tais alterações, a fim de refletir os novos termos e condições das Obrigações Garantidas. Tal aditamento deverá ser aperfeiçoado nos termos da Cláusula 2, abaixo.

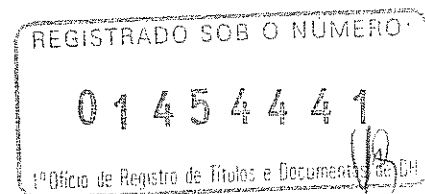
## 2 Aperfeiçoamento da Cessão Fiduciária

- 2.1 Como parte do processo de aperfeiçoamento da Cessão Fiduciária, a Cedente obriga-se a, às suas expensas, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data de celebração deste Contrato, ou contados da data de celebração de qualquer aditamento a este Contrato, registrar este Contrato, e qualquer aditamento a este Contrato, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos nas Cidades de Belo Horizonte Ouro Preto e Rio de Janeiro, Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, respectivamente, nos termos do artigo 62, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 129 da Lei 6.015 de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada. Uma via original deste Contrato, e qualquer aditivo subsequente, devidamente registrados nos referidos cartórios deverá ser entregue pela Cedente ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da data do seu efetivo registro.
- 2.2 Caso a Cedente não realize os registros, protocolos e demais formalidades acima referidas, conforme aplicável, fica desde já o Agente Fiduciário autorizado a procedê-los ou tomar quaisquer providências que entender necessárias à realização dos registros, protocolos e demais formalidades acima referidas, independentemente de aviso, interpelação ou notificação extrajudicial, caso em que a Cedente deverá reembolsar prontamente o Agente Fiduciário todas as despesas por este incorridas relacionadas com tais registros, protocolos e demais formalidades, desde que referidas despesas sejam razoáveis e devidamente comprovadas.
- 2.3 A Cedente dará cumprimento imediato a qualquer outra exigência de qualquer lei aplicável que venha a vigorar no futuro, necessária à preservação, constituição, aperfeiçoamento e prioridade absoluta da cessão fiduciária ora constituída, fornecendo a respectiva comprovação ao Agente Fiduciário.

## 3 Excussão da Cessão Fiduciária

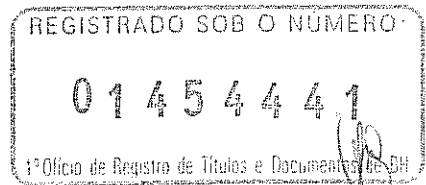
- 3.1 Em caso de declaração de vencimento antecipado das Obrigações Garantidas ou do vencimento final sem que as Obrigações Garantidas tenham sido quitadas ("Evento de Inadimplemento") os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, conforme aplicável, poderão, de boa-fé, exercer pelo preço e nas condições em que os debenturistas entenderem apropriados, pública ou

*[Handwritten signatures and initials]*



particularmente, judicialmente ou de forma amigável (extrajudicialmente), a seu exclusivo critério, independentemente de leilão, de hasta pública, de avaliação, de notificação judicial ou extrajudicial ou de qualquer outro procedimento, no todo ou em parte, excutir os Direitos Cedidos. Sem limitação das disposições acima, o Agente Fiduciário poderá, mediante prévia comunicação ao Cedente vender, ceder, outorgar opções de compra ou de outra forma alienar e entregar os Direitos Cedidos, total ou parcialmente, utilizando o produto na quitação das Obrigações Garantidas devidas e não pagas, entregando à Cedente o que porventura sobejar, nos termos desta Cláusula 3.

- 3.2** Pelo presente Contrato e na melhor forma de direito, fica o Agente Fiduciário, em caráter irrevogável e irretratável, como condição deste Contrato, autorizado, na qualidade de mandatário da Cedente, na ocorrência do vencimento antecipado das Obrigações Garantidas, a alienar, ceder, vender ou transferir os Direitos Cedidos, utilizando o produto obtido na amortização ou, se possível, na quitação, das Obrigações Garantidas devidas e não pagas e de todos e quaisquer tributos e despesas incidentes sobre a alienação, cessão, venda, transferência dos Direitos Cedidos, ou incidentes sobre o pagamento aos Debenturistas do montante de seus créditos, entregando, ao final, a Cedente o que porventura sobejar, ficando o Agente Fiduciário, em caráter irrevogável e irretratável, pelo presente e na melhor forma de direito, como condição deste Contrato, autorizado, na qualidade de mandatário da Cedente, a firmar, se necessário, quaisquer documentos e praticar quaisquer atos necessários para tanto, sendo-lhe conferidos todos os poderes que lhe são assegurados pela legislação vigente, inclusive os poderes "ad judícia" e "ad negotia", incluindo ainda os previstos no artigo 66-B da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada, no Decreto-Lei n.º 911, de 1º de outubro de 1969, conforme alterado, no artigo 19 da Lei n.º 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada, no artigo 293 do Código Civil e demais disposições do Código Civil e todas as faculdades previstas na Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada, substancialmente nos termos do modelo de procuração anexa ao presente Contrato na forma de Anexo II.
- 3.3** Os recursos apurados de acordo com os procedimentos de excussão previstos nesta Cláusula 3, na medida em que forem sendo recebidos, deverão ser imediatamente aplicados na amortização ou, se possível, quitação do saldo devedor das Obrigações Garantidas. Caso os recursos apurados de acordo com os procedimentos de excussão previstos nesta Cláusula 3 não sejam suficientes para quitar simultaneamente todas as Obrigações Garantidas, tais recursos deverão ser imputados na seguinte ordem, proporcionalmente ao valor do crédito de cada um dos Debenturistas em relação ao saldo devedor das Obrigações Garantidas, de tal forma que, uma vez quitados os valores referentes ao subitem (i) abaixo, os recursos sejam alocados para o item imediatamente seguinte, e assim sucessivamente: (i) quaisquer valores devidos pela Emissora, que não sejam os valores a que se referem os itens (ii) e (iii) abaixo; e (ii) Remuneração, Encargos Moratórios e demais encargos e despesas devidos sob as Obrigações Garantidas; e (iii) Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso.
- 3.4** Caso após a integral liquidação das Obrigações Garantidas, seja apurado saldo positivo, o Agente Fiduciário deverá o entregar à Cedente, em até 3 (três) Dias Úteis, acompanhado do respectivo demonstrativo de sua apuração.
- 3.5** Os procedimentos de excussão previstos nesta Cláusula 3 serão repetidos sucessivamente, até a integral quitação das Obrigações Garantidas. Fica desde já estabelecido que, se o valor apurado com a excussão da garantia objeto deste Contrato não bastar para pagar integralmente as



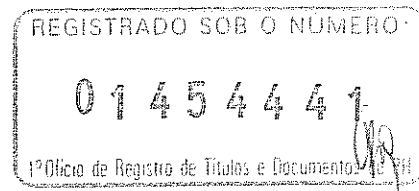
Obrigações Garantidas, a Cedente permanecerá responsável pelo saldo devedor das Obrigações Garantidas que não tiverem sido pagas, sem prejuízo dos acréscimos de Remuneração, Encargos Moratórios e demais encargos incidentes sobre o saldo devedor das Obrigações Garantidas enquanto não forem pagas, reconhecendo, desde já, se tratar de quantia líquida, certa e passível de cobrança por meio de processo de execução.

- 3.6 Fica certo e ajustado o caráter não excludente, mas cumulativo entre si, da Cessão Fiduciária com as demais garantias eventualmente prestadas nos termos da Escritura de Emissão, podendo o Agente Fiduciário (se assim aprovado pelos Debenturistas em assembleia convocada para esse fim) executar ou excluir todas ou cada uma delas indiscriminadamente, para os fins de amortizar ou quitar as Obrigações Garantidas, ficando, ainda, estabelecido que a excussão ou execução da Cessão Fiduciária independerá de qualquer providência preliminar por parte do Agente Fiduciário e/ou dos Debenturistas, tais como aviso, protesto, notificação, interpelação ou prestação de contas, de qualquer natureza.
- 3.7 A Cedente obriga-se a praticar todos os atos e cooperar com o Agente Fiduciário e com os Debenturistas em tudo que se fizer necessário ao cumprimento do disposto nesta Cláusula 3, devendo, inclusive, enviar ao Agente Fiduciário, quando solicitado, cópia autenticada ou, conforme justificado, o original, dos Documentos Representativos dos Direitos Cedidos mantidos sob sua guarda e custódia, nos termos do item 3.9(viii), abaixo.
- 3.8 A Cedente declara, sob as penas da lei, para fins da realização, pelo Agente Fiduciário, da cobrança e/ou execução dos Documentos Representativos dos Direitos Cedidos, que os mantém em seu poder, guarda e custódia, obrigando-se a exibi-los e/ou entregá-los no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, na sede do Agente Fiduciário.
- 3.9 A Cedente reconhece o direito e legitimidade dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, de exigirem o cumprimento das Obrigações Garantidas e executar quaisquer garantias, independentemente da ordem e em observância ao disposto acima, como forma de receber os créditos devidos, com os devidos encargos.

#### 4. Substituição ou Reforço da Garantia

- 4.1. Em conformidade com o artigo 1.425, incisos I, IV e V do Código Civil, na hipótese dos Direitos Cedidos vierem a ser objeto de penhora, arresto, ou qualquer medida judicial ou administrativa de efeito similar, ou tornarem-se comprovadamente insuficientes, inábeis, impróprios ou imprestáveis ao fim a que se destinam ("Evento de Substituição ou Reforço"), a Cedente fica obrigada a substituí-los ou reforçá-los, conforme o caso, de modo a recompor integralmente a Cessão Fiduciária ("Substituição ou Reforço de Garantia"), sob pena de vencimento antecipado de suas obrigações, nos termos da Escritura de Emissão.
- 4.1.1. No prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da ocorrência de qualquer dos eventos citados na cláusula 4.1 acima, a Cedente deverá apresentar Substituição ou Reforço de Garantia para aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme Cláusula 4.2 abaixo.
- 4.1.2. A Cedente obriga-se a informar ao Agente Fiduciário, por meio físico ou eletrônico, sobre a ocorrência de qualquer Evento de Substituição ou Reforço de que tenha conhecimento em qualquer caso em até, no máximo, 2 (dois) Dias Úteis.





4.2. A Substituição ou Reforço de Garantia deverá ser constituído através da alienação fiduciária e/ou cessão fiduciária de outros ativos e/ou direitos, que deverão ter pelo menos a mesma qualidade de crédito dos Direitos Cedidos, bem como a mesma segurança jurídica quanto à sua disponibilidade ao Agente Fiduciário, nos termos deste Contrato. No prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do Evento de Substituição ou Reforço, este deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas para aprovação dos outros ativos e/ou direitos que substituirão ou reforçarão a garantia, a qual ocorrerá em até 15 (quinze) dias da data da convocação. Os ativos e/ou direitos dados em Substituição ou Reforço de Garantia deverão ser aceitos por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, conforme deliberado na Assembleia Geral de Debenturistas. No caso da Substituição ou Reforço de Garantia não ser aceito pelos Debenturistas, a Cedente terá o prazo de 5 (cinco) Dias Úteis para apresentar nova Substituição ou Reforço de Garantia, que será novamente apreciada em sede de Assembleia Geral de Debenturistas, sendo que, transcorrido tal prazo, as Obrigações Garantidas serão consideradas antecipadamente vencidas, nos termos deste Contrato e da Escritura de Emissão, e poderão ser tomadas, sem limitação, as medidas referidas na Cláusula 3 do presente Contrato.

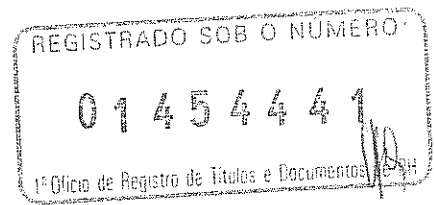
4.3. A Substituição ou Reforço de Garantia eventualmente prestado somente será considerado concluído após o cumprimento de todas as formalidades e a realização de todos os atos necessários para a devida constituição e validade contra terceiros da Substituição ou Reforço de Garantia, conforme aplicável, incluindo, mas sem limitação, os procedimentos para registro e formalização previstos na Cláusula 2 acima.

## 5. Obrigações Adicionais da Cedente

5.1. Sem prejuízo das demais obrigações assumidas neste Contrato e nos demais Documentos das Obrigações Garantidas, de que seja parte, ou em lei, a Cedente, conforme aplicável, obriga-se perante os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, a partir da presente data até que todas as Obrigações Garantidas tenham sido integralmente cumpridas, a cumprir com as obrigações a seguir elencadas:

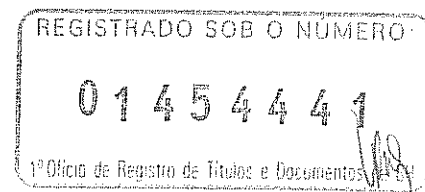
- (i) obter e manter válidas e eficazes todas as autorizações, incluindo as societárias e governamentais e da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, conforme aplicável, exigidas (a) para a validade ou exequibilidade dos Documentos das Obrigações Garantidas de que seja parte; (b) para o fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas, conforme aplicável; e (c) para a continuidade das suas respectivas operações;
- (ii) dar ciência deste Contrato e de seus respectivos termos e condições aos seus administradores e executivos e fazer com que estes cumpram e façam cumprir todos os seus termos e condições;
- (iii) até o integral cumprimento das Obrigações Garantidas, manter a Cessão Fiduciária existente, válida, eficaz e em pleno vigor, sem qualquer restrição ou condição, e contabilizá-la na sua escrituração ou fazer constar nota explicativa no seu balanço;
- (iv) anotar e prontamente entregar, ou fazer com que sejam assinados, anotados e entregues ao Agente Fiduciário, arcando com os respectivos custos e despesas

*[Handwritten signatures and initials]*



devidamente comprovados, todos os contratos, compromissos, escrituras, instrumentos públicos, registros e/ou quaisquer documentos que sejam necessários à constituição, manutenção, proteção e execução da presente garantia;

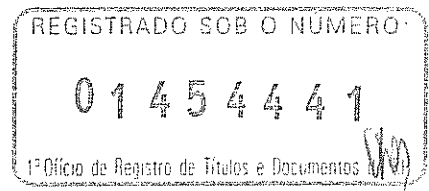
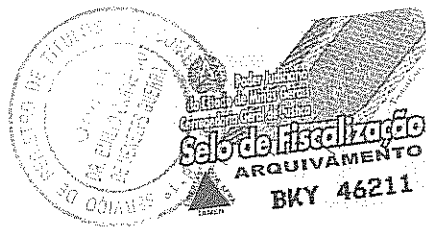
- (v) tomar as medidas que venham a ser razoavelmente solicitadas por escrito pelo Agente Fiduciário para (a) proteger as Obrigações Garantidas; (b) garantir o cumprimento das obrigações aqui assumidas; e (c) garantir a legalidade, validade e exequibilidade deste Contrato;
- (vi) defender-se de forma tempestiva e eficaz de qualquer ato, ação judicial, procedimento arbitral ou processo administrativo ou judicial, reivindicação, investigação ou, ainda, qualquer evento, fato ou circunstância potencial que vier a ser de seu conhecimento que possam, de qualquer forma, afetar adversamente ou alterar a Cessão Fiduciária, os Direitos Cedidos, este Contrato, os demais Documentos das Obrigações Garantidas de que seja parte e/ou o integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas, conforme aplicável, bem como informar o Agente Fiduciário por escrito e em até 5 (cinco) Dias Úteis da ocorrência do evento, sobre qualquer ato, ação, procedimento ou processo a que se refere este inciso;
- (vii) tratar qualquer sucessor do Agente Fiduciário como se fosse signatário original deste Contrato e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas de que seja parte, garantindo-lhe o pleno e irrestrito exercício de todos os direitos e prerrogativas atribuídos ao Agente Fiduciário, nos termos dos Documentos das Obrigações Garantidas;
- (viii) permanecer, até a quitação das Obrigações Garantidas, na posse e guarda dos documentos que deram origem a cada um dos Direitos Cedidos ("Documentos Representativos dos Direitos Cedidos"), assumindo, nos termos do artigo 627 e seguintes do Código Civil, e sem direito a qualquer remuneração, o encargo de fiel depositária desses documentos, obrigando-se a bem custodiá-los, guardá-los e conservá-los, e a exibi-los ou entregá-los ao Agente Fiduciário, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, por escrito, ou ao juízo competente, no prazo por este determinado;
- (ix) comunicar, no prazo de até 05 (cinco) Dias Úteis contado da data do descumprimento, ao Agente Fiduciário, por escrito, sobre qualquer descumprimento, por qualquer parte, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições de qualquer dos Documentos das Obrigações Garantidas e/ou dos Documentos Representativos dos Direitos Cedidos, conforme aplicável;
- (x) não constituir sobre os Direitos Cedidos qualquer ônus ou gravame, além da Cessão Fiduciária e da Cessão Fiduciária de Conta Vinculada e Direitos Creditórios de Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica, não ceder, vender, alienar, transferir, permutar, conferir ao capital social, emprestar, dar em pagamento, endossar, descontar ou de qualquer outra forma transferir ou dispor sobre, em qualquer dos casos deste item, de forma gratuita ou onerosa, no todo



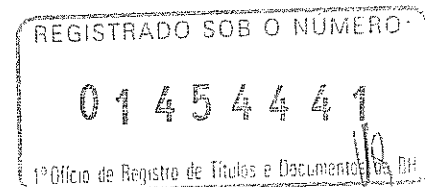
ou em parte, direta ou indiretamente, ainda que para ou em favor de pessoa do mesmo grupo econômico, qualquer dos Direitos Cedidos e/ou qualquer dos Documentos Representativos dos Direitos Cedidos, de que sejam parte e/ou dos direitos a estes inerentes, sem que tal operação societária tenha sido previamente aprovada pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;

- (xi) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, ou em prazo menor que venha a ser determinado por autoridade competente, fornecer ao Agente Fiduciário todas as informações, cópias de documentos, declarações e comprovações que venham a ser solicitadas com relação aos Direitos Cedidos, de forma a permitir que o Agente Fiduciário verifique o cumprimento das obrigações ora assumidas e executem, caso aplicável, as disposições deste Contrato;
- (xii) expressamente a renunciar a qualquer prerrogativa legal ou dispositivo contratual com terceiros contrários à instituição da Cessão Fiduciária, ou que possam prejudicar o exercício de quaisquer direitos dos Debenturistas ou impedir o cumprimento das obrigações contraídas no presente Contrato;
- (xiii) expressamente a renunciar todos e quaisquer direitos de preferência, com relação aos Direitos Cedidos na hipótese de excussão da Cessão Fiduciária;
- (xiv) a não propor, isoladamente ou em conjunto com qualquer outro credor, qualquer procedimento visando à declaração de falência ou insolvência da Cedente;
- (xv) a não praticar, sem prévio consentimento do Agente Fiduciário, qualquer ato ou permitir a prática de qualquer ato visando à liquidação, dissolução ou a descontinuidade de suas atividades;
- (xvi) cumprir, mediante o recebimento de comunicação enviada, por escrito ou por meio eletrônico, pelo Agente Fiduciário, na qual este declare que ocorreu e persiste um Evento de Inadimplemento, todas as razoáveis instruções necessárias passadas, por escrito ou por meio eletrônico, pelo Agente Fiduciário para regularização de qualquer Evento de Inadimplemento ou para excussão da presente garantia, nos termos da Cláusula 4.3 acima, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis ou no prazo para o qual tenha sido estipulado prazo de cura específico, nos termos da Escritura de Emissão;
- (xvii) efetuar, se solicitado pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas, a Substituição ou Reforço de Garantia necessários, nos prazos e formas previstos neste Contrato;
- (xviii) efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas razoáveis e devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis, contados da data de recebimento de comunicação escrita, por meio físico ou eletrônico, neste sentido, sempre que possível, previamente acordadas com a Cedente, sem que isso venha a implicar, entretanto, em cerceamento dos direitos dos Debenturistas, de qualquer forma;

*[Handwritten signatures and initials]*



- (xix) não rescindir, distratar, aditar, ou de qualquer forma alterar, de maneira que afete ou possa afetar os direitos dos Debenturistas com relação aos Direitos Cedidos ou o cumprimento, pela Cedente, de suas obrigações previstas nos Documentos das Obrigações Garantidas, de que seja parte, em qualquer dos casos deste inciso, de forma gratuita ou onerosa, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, qualquer dos Direitos Cedidos e/ou qualquer dos Documentos Representativos dos Direitos Cedidos de que sejam parte e/ou dos direitos a estes inerentes;
- (xx) cumprir as obrigações previstas nos contratos, documentos ou títulos constitutivos dos Direitos Cedidos e dos Documentos das Obrigações Garantidas, de que seja parte, dentro dos prazos ali estabelecidos, conforme aplicável;
- (xxi) manter em vigor as Autorizações existentes na data da celebração do presente Contrato até o efetivo cumprimento das Obrigações Garantidas, em sua totalidade, respeitado o prazo de vigência das Autorizações;
- (xxii) constatando-se a ocorrência de trânsito em julgado de qualquer sentença judicial condenatória ou sentença arbitral definitiva ou emissão de laudo arbitral definitivo, em sede de arresto, sequestro ou penhora que acarretem ou possam acarretar a deterioração dos Direitos Cedidos, a Cedente obriga-se a apresentar a Substituição ou Reforço de Garantia no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis da sua ocorrência, nos termos da Cláusula 4 acima;
- (xxiii) não celebrar nenhum contrato ou outro instrumento que possa restringir os direitos, a capacidade ou a possibilidade do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, de vender ou de outra forma dispor dos Direitos Cedidos, após a ocorrência de um Evento de Inadimplemento;
- (xxiv) manter o direito de garantia ora criado em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, como um direito de garantia legal, válido e exequível, sem quaisquer restrições que possam afetar a exequibilidade dos direitos do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, nos termos deste Contrato;
- (xxv) renovar anualmente até a Data de Vencimento, com até 30 (trinta) dias de antecedência da data de seu vencimento, a procuração outorgada pela Cedente ao Agente Fiduciário;
- (xxvi) salvo por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não tenha um Efeito Adverso Relevante, cumprir todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais ou autarquias, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das suas atividades;
- (xxvii) manter os Debenturistas indenados e a salvo de todos e quaisquer custos e despesas (incluindo, mas sem limitação, honorários e despesas advocatícios) razoáveis comprovadamente incorridos como resultado: (i) de qualquer comprovada violação pela Cedente de qualquer das declarações emitidas ou das obrigações assumidas neste Contrato; e (ii) da formalização e aperfeiçoamento da Cessão Fiduciária de acordo com este Contrato; e

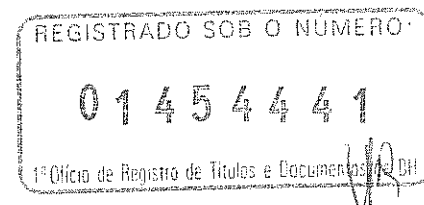


(xxviii) quando solicitado pelo Agente Fiduciário, fornecer, em até 10 (dez) dias úteis, todas as informações e/ou cópias autenticadas dos documentos comprobatórios relacionados aos Direitos Cedidos para verificar o atendimento às disposições deste Contrato, bem como dar cumprimento a todas as instruções escritas recebidas do Agente Fiduciário para o cumprimento deste Contrato, especialmente quando da ocorrência de um evento de inadimplência, nos termos da Escritura de Emissão.

- 5.2. No que se refere aos depósitos instituídos nos termos dos itens 5.1. (i) e (viii) acima, fica ressalvado que, por força do disposto no artigo 66-B, parágrafo 6º, da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada, não se aplica o direito de retenção a que se refere o artigo 644 do Código Civil.
- 5.3. O não cumprimento, pela Cedente, de qualquer uma de suas obrigações descritas no item 5.1 acima, observado os respectivos prazos, configurará uma hipótese de Evento de Inadimplemento, para os fins da Escritura de Emissão (sem prejuízo das demais hipóteses de Evento de Inadimplemento previstas na Escritura de Emissão).

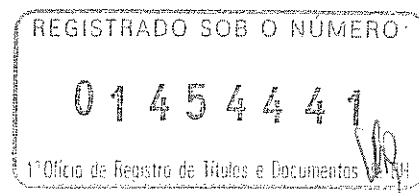
## 6. Declarações e Garantias da Cedente

- 6.1. A Cedente, neste ato, reitera todas as obrigações assumidas e todas as declarações e garantias prestadas neste Contrato e nos demais Documentos das Obrigações Garantidas de que seja parte, e presta as seguintes declarações e garantias adicionais, conforme aplicáveis:
- (a) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade empresária limitada, de acordo com as leis brasileiras;
  - (b) tomou todas as medidas necessárias, está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações, inclusive societárias, regulatórias e de terceiros, conforme aplicável, necessárias à celebração deste Contrato e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas de que seja parte e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas, conforme aplicável, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
  - (c) é a única e legítima titular, beneficiária e proprietária dos Direitos Cedidos, os Direitos Cedidos estão livres e desembaraçados de qualquer ônus, encargos ou gravames de qualquer natureza, legais ou convencionais, e não pende sobre os mesmos qualquer litígio, ação, processo judicial ou não, excetuando-se a Cessão Fiduciária decorrente deste Contrato e a Cessão Fiduciária de Conta Vinculada e Direitos Creditórios de Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica;
  - (d) que a garantia fiduciária constituída através deste Contrato é realizada em caráter irrevogável e irretratável, sendo uma garantia adicional e independente em relação a quaisquer outras garantias concedidas para assegurar o cumprimento das Obrigações Garantidas assumidas pela Cedente, conforme aplicável;
  - (e) os representantes legais da Cedente que assinam este Contrato e os demais Documentos das Obrigações Garantidas de que seja parte têm, conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Cedente, as obrigações aqui e ali previstas, conforme aplicável, e, sendo mandatários, tiveram

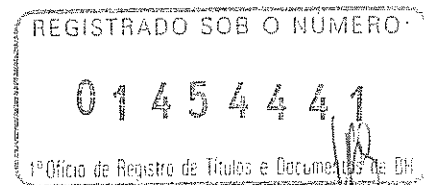


os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

- (f) Cessão Fiduciária constituiu uma obrigação lícita, válida, vinculante e eficaz da Cedente, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (g) este Contrato e os demais Documentos das Obrigações Garantidas de que seja parte e as obrigações aqui e ali previstas, conforme aplicáveis, constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Cedente, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, e não há qualquer fato impeditivo à constituição da Cessão Fiduciária aqui prevista;
- (h) a celebração, os termos e condições deste Contrato e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas de que seja parte e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas, conforme aplicáveis, (a) não infringem quaisquer documentos societários da Cedente; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Cedente seja parte ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; (c) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual a Cedente seja parte ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo da Cedente, exceto pela Cessão Fiduciária; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (d) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Cedente e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeita; e (e) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Cedente e/ou qualquer de seus ativos;
- (i) não existe contra a Cedente ou contra os Direitos Cedidos qualquer ação ou procedimento judicial, administrativo ou fiscal que possa, ainda que indiretamente, prejudicar ou invalidar a Cessão Fiduciária;
- (j) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou qualquer contestação, independentemente de quem seja o autor, visando anular, alterar, invalidar, questionar ou, de qualquer forma, afetar adversamente as obrigações assumidas neste Contrato;
- (k) as Autorizações não contêm qualquer avença que impeça, proíba ou condicione, a qualquer título, a Cessão Fiduciária;
- (l) as Autorizações encontram-se plenamente existentes, válidas, em vigor e exequíveis de acordo com os seus termos e condições, e suas condições aproveitam aos Debenturistas de acordo com seu atual teor;
- (m) responsabilizam-se pela existência, exigibilidade, ausência de vícios, consistência e legitimidade dos respectivos Direitos Cedidos;
- (n) possui todos os poderes e capacidades nos termos da lei necessários para ceder e transferir a propriedade fiduciária dos respectivos Direitos Cedidos aos Debenturistas;



- (o) mediante o registro deste Contrato nos termos do item 2.1 acima, a Cessão Fiduciária será devidamente constituída e válida perante terceiros, nos termos das leis brasileiras;
- (p) mediante o atendimento ao disposto no item 2.1 acima, acima a Cessão Fiduciária constituirá, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, a propriedade resolúvel, válida, eficaz, exigível e exequível sobre os Direitos Cedidos;
- (q) exceto pelo registro deste Contrato nos termos do item 2.1 acima, nenhuma aprovação, autorização, consentimento, ordem, registro ou habilitação de ou perante qualquer tribunal ou outro órgão ou agência governamental ou de qualquer terceiro se faz necessária à celebração e ao cumprimento deste Contrato;
- (r) a procuração outorgada pela Cedente ao Agente Fiduciário, nos termos do Anexo II presente Contrato, é irrevogável e irretratável e, sendo devida e validamente assinada e entregue, conferirá ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, os direitos e autoridades a que se propõe a conferir, não tendo a Cedente assinado nenhuma outra procuração ou documento, instrumento ou contrato similar, com respeito aos Direitos Cedidos;
- (s) a Cessão Fiduciária concedida, nos termos deste Contrato constituirá em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, um ônus legal, válido, eficaz e exequível sobre os Direitos Cedidos, bem como sobre quaisquer valores ou direitos relacionados às Direitos Cedidos;
- (t) não há ações judiciais, processos e/ou arbitragem, de qualquer natureza, em andamento, nem recebeu citações, intimações, notificações ou comunicações, de qualquer natureza, acerca de ações judiciais, processos e/ou arbitragem, de qualquer natureza, que tenham por fim anular, alterar, invalidar, questionar ou, de qualquer forma, afetar adversamente as obrigações assumidas neste Contrato;
- (u) possui válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, ou está tomando as providências necessárias para obter, todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais), aplicáveis ao regular exercício de suas atividades;
- (v) exceto com relação ao que esteja sendo questionado de boa fé, está cumprindo leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, nas Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente e nas demais disposições legais e regulamentares ambientais que sejam igualmente relevantes para a execução de suas atividades, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;
- (w) está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de



quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa ou judicial;

- (x) não omitiu ou omitirá qualquer fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa da sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas; e
- (y) todas as informações fornecidas pela Companhia no âmbito da Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para os investidores, permitem aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

**6.2.** A Cedente obriga-se a notificar, em 2 (dois) Dias Úteis, em que tomarem conhecimento, o Agente Fiduciário caso qualquer das declarações prestadas nos termos dessa Cláusula 6 torne-se falsa, inconsistente, imprecisa, incompleta, incorreta ou insuficiente.

**6.3.** A Cedente, de forma irrevogável e irretatável, se obriga a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e/ou pelo Agente Fiduciário em razão da falsidade e/ou incorreção de qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 6.1 acima, sem prejuízo do vencimento antecipado das Obrigações Garantidas, conforme Escritura de Emissão.

## **7. Obrigações, Declarações e Garantias do Agente de Fiduciário**

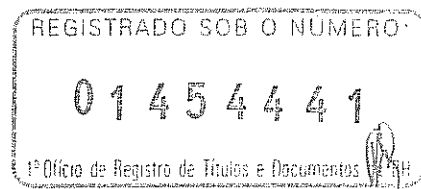
**7.1.** Sem prejuízo das demais obrigações assumidas neste Contrato e nos demais Documentos das Obrigações Garantidas ou em lei, conforme aplicável, o Agente Fiduciário obriga-se a:

- (i) verificar a regularidade da constituição da Cessão Fiduciária, observado o disposto no item 2.1 acima, e sua exequibilidade;
- (ii) celebrar aditamentos a este Contrato nos termos aqui previstos, inclusive em decorrência da Substituição ou Reforço de Garantia, nos termos da Cláusula 4 acima; e
- (iii) tomar todas as providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos, incluindo a excussão da Cessão Fiduciária, observado o disposto neste Contrato e na Escritura de Emissão.

**7.2.** O Agente Fiduciário, neste ato, declara e garante que:

- (i) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras;
- (ii) está devidamente autorizado e obteve todas as autorizações, inclusive societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração deste Contrato e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
- (iii) o representante legal do Agente Fiduciário que assina este Contrato tem, conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome do Agente Fiduciário, as obrigações aqui previstas e, sendo mandatário, teve os poderes legitimamente outorgados, estando o mandato em pleno vigor;





- (iv) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso sobre os seus negócios ou suas obrigações nos termos deste Contrato;
- (v) este Contrato e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes do Agente Fiduciário, exequíveis de acordo com os seus termos e condições; e
- (vi) a celebração deste Contrato e o cumprimento das obrigações dele decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, (a) de quaisquer contratos ou instrumentos firmados anteriormente à data da assinatura deste Contrato dos seja parte ou aos quais esteja vinculado, a qualquer título, (b) de qualquer norma legal ou regulamentar a que o Agente Fiduciário esteja sujeito, (c) de qualquer ordem ou decisão, ainda que liminar, judicial ou administrativa, que afete o Agente Fiduciário.

## 8. Comunicações

- 8.1. Todas as comunicações realizadas nos termos deste Contrato devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo. As comunicações serão consideradas recebidas quando entregues, sob protocolo ou mediante "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). As comunicações realizadas por mensagem eletrônica (e-mail), nos endereços eletrônicos indicados abaixo, serão válidas e consideradas entregues na data do recebimento das mesmas ou, se fora das horas normais de expediente, no Dia Útil imediatamente seguinte, desde que o remetente receba resposta do destinatário. A alteração de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

- (i) para a Cedente:

**MAYNART ENERGÉTICA LTDA.**

Rua Lavras, 20 – 5º andar

Bairro São Pedro, Belo Horizonte - MG

CEP: 30.330-010

At.: Romero Machado Ferreira

Tel: (31) 3327-8876

E-mail: romero.ferreira@ceienergetica.com.br

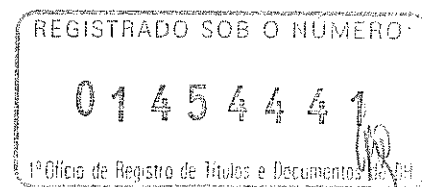
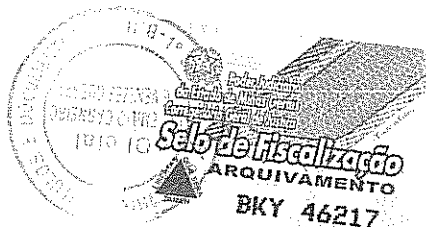
- (ii) para o Agente Fiduciário:

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 8, Ala B, Sala 303 e 304, Barra da Tijuca

CEP: 22640-102, Rio de Janeiro – RJ

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro, Sra. Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio



Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

e-mail: operacional@pentagonotruster.com.br

(iii) para a Emissora:

**VILA REAL ENERGIA S.A.**

Rua Lavras, 20 – 5º andar

Bairro São Pedro, Belo Horizonte - MG

CEP: 30.330-010

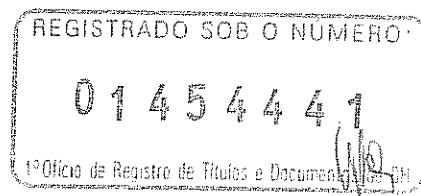
At.: Romero Machado Ferreira

Tel.: (31) 3327-8876

(iv) Email: romero.ferreira@ceienergetica.com.br

## 9. Disposições Gerais

- 9.1. Este Contrato constitui parte integrante e complementar dos Documentos das Obrigações Garantidas, cujos termos e condições as partes deste Contrato declaram conhecer e aceitar.
- 9.2. As obrigações assumidas neste Contrato têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.
- 9.3. Qualquer alteração a este Contrato somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.
- 9.4. A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas deste Contrato não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula deste Contrato, as partes se obrigam a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, neste Contrato, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.
- 9.5. Fica vedada a cessão dos direitos e transferência das obrigações decorrentes deste Contrato sem anuência da outra parte.
- 9.6. Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.
- 9.7. A Cedente obriga-se, como condição deste Contrato, no que lhe disser respeito, a tomar todas e quaisquer medidas necessárias à formalização e, se for o caso, à excussão da Cessão Fiduciária,

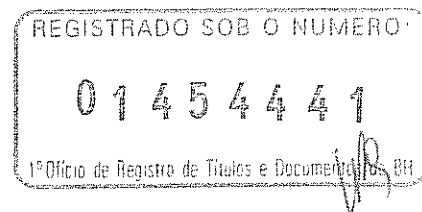


e a tomar tais medidas e produzir tais documentos de modo a possibilitar ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas o exercício dos direitos e prerrogativas estabelecidos neste Contrato.

- 9.8. Qualquer custo ou despesa eventualmente incorrido pela Cedente no cumprimento de suas obrigações previstas neste Contrato ou nos demais Documentos das Obrigações Garantidas será de inteira responsabilidade da Cedente, não cabendo ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou reembolso.
- 9.9. Qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de registros, averbações, processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à constituição, manutenção e/ou liberação da Cessão Fiduciária, ao recebimento do produto da excussão da Cessão Fiduciária e à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Agente Fiduciário e/ou dos Debenturistas previstos neste Contrato, incluindo custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais razoáveis ou quaisquer outros custos ou despesas razoáveis comprovadamente incorridos relacionados com tais processos, procedimentos ou medidas, será de responsabilidade integral da Cedente, devendo ser reembolsado ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas, conforme o caso, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento de notificação neste sentido, acompanhada dos documentos comprobatórios das despesas incorridas.
- 9.10. O Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas caso não tenham sido previamente aprovadas e realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero, e (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.
- 9.11. Qualquer importância devida ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas nos termos deste Contrato deverá ser paga nos termos previstos nos Documentos das Obrigações Garantidas, vedada qualquer forma de compensação por parte da Cedente.
- 9.12. As partes reconhecem este Contrato como título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585, inciso II, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").
- 9.13. Para os fins deste Contrato, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das Obrigações Garantidas, nos termos dos artigos 461, 461-A, 621, 632 e seguintes do Código de Processo Civil.
- 9.14. Em caso de conflito entre as disposições deste Contrato e aquelas constantes da Escritura de Emissão, estas últimas deverão prevalecer.
- 9.15. No cumprimento de suas atribuições previstas neste Contrato, os Debenturistas terão todos os benefícios e proteções que lhes foram outorgados nos demais Documentos das Obrigações Garantidas.

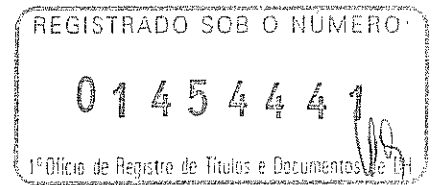
## 10. Lei e Foro

- 10.1. Este Contrato é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil.
- 10.2. Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes deste Contrato.



Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam este Contrato em 06 (seis) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas, que também o assinam.

Belo Horizonte, [•] de [•] de 2015.



[Página de assinaturas do Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios das Concessões e Autorizações em Garantia e Outras Avenças]

MAYNART ENERGÉTICA LTDA.

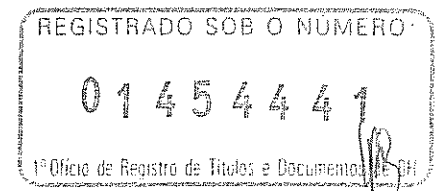
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

*[Handwritten signatures]*

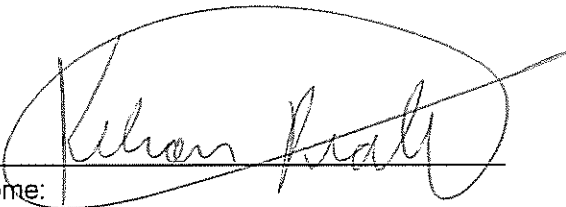


*[Handwritten signatures and marks]*



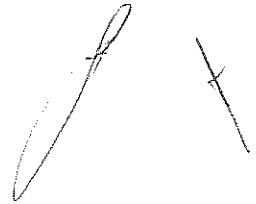
[Página de assinaturas do Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios das Concessões e Autorizações em Garantia e Outras Avenças]

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**


  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

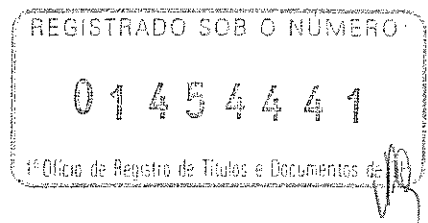
Kelson Thales Cruzeiro Prates  
Procurador







  
  
  
  
  
118



[Página de assinaturas do Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios das Concessões e Autorizações em Garantia e Outras Avenças]

VILA REAL ENERGIA S.A.

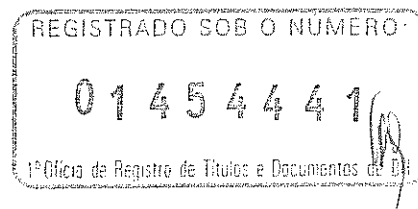
Nome:  
Cargo:

Nome:  
Cargo:

*[Handwritten signatures]*



*[Handwritten signatures]*



[Página de assinaturas do Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios das Concessões e Autorizações em Garantia e Outras Avenças]

Testemunhas:

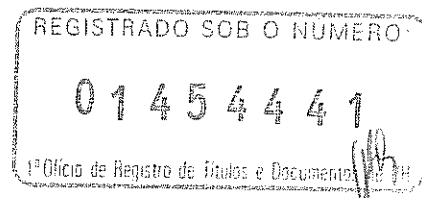
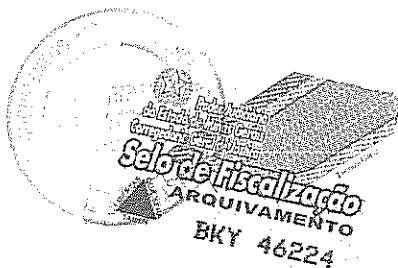
Nome:  
CPF:  
R.G:

Nome:  
CPF:  
R.G:

*[Handwritten signatures]*

*[Handwritten signatures]*



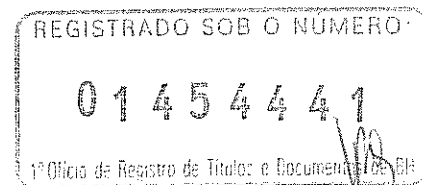


## ANEXO I

### OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

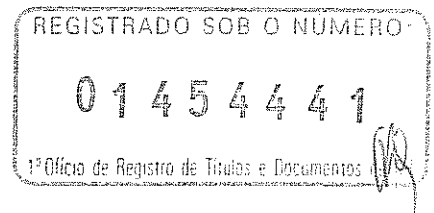
Para fins do Artigo 1.362 do Código Civil Brasileiro e do art. 66-B da Lei n.º 4.728/65, os termos e condições das Obrigações Garantidas são os seguintes:

- (i) **Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de R\$38.000.000,00 (trinta e oito milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido), ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de junho de 2015 e o último em 15 de janeiro de 2018, ressalvadas as hipóteses de Amortização Extraordinária Facultativa, Resgate Antecipado Facultativo, Oferta de Resgate Antecipado, vencimento antecipado ou aquisição facultativa das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão;
- (ii) **Data de Emissão:** 28 de janeiro de 2015 ("Data de Emissão");
- (iii) **Prazo e Data de Vencimento:** Observado o disposto na Escritura de Emissão, ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido), Oferta de Resgate Antecipado (conforme abaixo definida), vencimento antecipado ou aquisição facultativa das Debêntures para cancelamento da totalidade das Debêntures em Circulação, previstas na Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de vencimento em 15 de janeiro de 2018 ("Data de Vencimento");
- (iv) **Remuneração das Debêntures:** As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios equivalentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, *Over Extra-Grupo*, expressas na forma percentual ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de uma sobretaxa de 3,70% (três inteiros e setenta centésimos por cento) ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo devedor do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, desde a Data de Emissão ou desde a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, ressalvadas as hipóteses de Amortização Extraordinária Facultativa, Resgate Antecipado Facultativo, Oferta de Resgate Antecipado, vencimento antecipado das Debêntures previstas na Escritura de Emissão ("Remuneração"). A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a fórmula descrita na Escritura de Emissão.
- (v) **Encargos Moratórios.** Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido aos Debenturistas relativamente a qualquer obrigação decorrente da Escritura de Emissão, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, (i) multa moratória de 2% (dois



por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios").

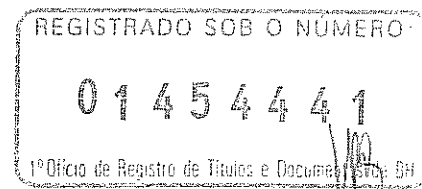
- (vi) **Resgate Antecipado Facultativo.** A partir do 3º (terceiro) ano (inclusive) contado da Data de Emissão, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, promover o resgate antecipado da totalidade (e não menos que a totalidade) das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo"). O Resgate Antecipado Facultativo estará sujeito ao atendimento das seguintes condições: (i) a Emissora deverá comunicar os Debenturistas por meio de publicação de anúncio ou por meio de comunicado individual a ser encaminhado pela Emissora a cada um dos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante da Emissão, o Escriturador Mandatário e a CETIP acerca da realização do Resgate Antecipado Facultativo, com, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência da data do Resgate Antecipado Facultativo; (ii) o valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures será equivalente (a) ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculados *pro rata temporis* desde a data do último pagamento da Remuneração até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Facultativo; (b) os Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data do referido resgate, se for o caso; e (c) um prêmio de 2% (dois por cento) (*flat*) incidente sobre o valor indicado no subitem (a) acima ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo"); (iii) o pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente será realizado por meio da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, ou por meio do Banco Liquidante da Emissão, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.
- (vii) **Amortização.** O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, será amortizado mensalmente, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de junho de 2015 e o último em 15 de janeiro de 2018, conforme a tabela constante da Escritura de Emissão ("Amortização Programada"), ressalvadas as hipóteses de Amortização Extraordinária Facultativa, Resgate Antecipado Facultativo, Oferta de Resgate Antecipado, vencimento antecipado ou aquisição facultativa das Debêntures previstas na Escritura de Emissão.
- (viii) **Amortização Extraordinária Facultativa.** A Emissora poderá, a partir do 3º (terceiro) ano (inclusive) contado da Data de Emissão, a seu exclusivo critério, promover a amortização extraordinária facultativa das Debêntures até o limite de 98% (noventa e oito inteiros por cento) do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso ("Amortização Extraordinária Facultativa"). A Amortização Extraordinária Facultativa será realizada mediante o pagamento de parcela do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa, acrescido um prêmio de 2% (dois por cento) (*flat*) incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do



Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a ser amortizado, acrescido da Remuneração, calculados *pro rata temporis* desde a data do último pagamento da Remuneração até a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa, por meio de publicação de anúncio nos termos da Escritura de Emissão ou por meio de comunicado individual a ser encaminhado pela Emissora a cada um dos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário e a CETIP, com, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência, que conterá as condições da Amortização Extraordinária Facultativa. A Amortização Extraordinária Facultativa será operacionalizada de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP.

- (ix) **Local de Pagamento.** Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora, por meio da CETIP, ou por meio do Banco Liquidante da Emissão para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.
- (x) **Demais termos e condições:** Os demais termos e condições das Obrigações Garantidas encontram-se descritos e caracterizados na Escritura de Emissão.



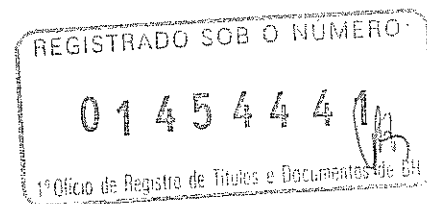


## ANEXO II

### MODELO DE PROCURAÇÃO

**MAYNART ENERGÉTICA LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais, na Estrada de Acesso à Usina do Salto, s/n, Distrito de Santo Antônio do Salto, Zona Rural, CEP 35400-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 20.227.915/0001-41, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Outorgante" ou "SPE"), por este ato, de forma irrevogável e irretratável, nomeia e constitui seu bastante procurador, nos termos do artigo 653 e seguintes do Código Civil, a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 8, Ala B, Salas 303 e 304 – Barra da Tijuca, CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeada para representar a comunhão dos interesses dos debenturistas da 1ª (primeira) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Emissora ("Outorgado"), na qualidade de Agente Fiduciário de acordo com o "Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios de das Concessões e Autorizações em Garantia e Outras Avenças", firmado entre a Outorgante, o Outorgado e a Vila Real Energia S.A., em [•] de [•] de 2015 ("Contrato"), para agir em seu nome na mais ampla medida permitida pelas leis aplicáveis, com poderes para, quer seja: (i) em face do inadimplemento da Outorgante, não sanado no prazo pertinente; ou (ii) mediante ocorrência de vencimento antecipado, nos termos do Contrato e da Escritura de Emissão:

- (a) cumprir com quaisquer exigências legais (incluindo perante qualquer terceiro ou órgão governamental) que estejam relacionadas à validade e eficácia do Contrato, ou quaisquer aditamentos ao Contrato, conforme o caso, especialmente perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos indicados no Contrato e na Escritura de Emissão, para manter o direito de garantia criado nos termos de referido instrumento válido, exequível e devidamente formalizado;
- (b) nos termos do estabelecido na Cláusula 3 do Contrato, praticar todos os atos de qualquer natureza exigidos ou necessários para a excussão da garantia, objeto do Contrato, incluindo, mas não se limitando a: (i) alienar ou vender os Direitos Cedidos, judicial ou extrajudicialmente, no todo ou em parte ou celebrar qualquer operação que poderia, em última análise, resultar na venda definitiva dos Direitos Cedidos (no todo ou em parte) a terceiros, sujeito às leis aplicáveis e aos termos e condições do Contrato, bem como aplicar o rendimento assim recebido para o pagamento e satisfação de todas as Obrigações Garantidas asseguradas pelo Contrato que se tornarem devidas e exigíveis, devolvendo o valor excedente, se houver, à Outorgante, no prazo de 3 (três) Dias Úteis, recebendo todos os poderes necessários para tanto, incluindo, entre outros, o poder e capacidade de assinar contratos ou acordos relativos à venda ou transferência dos Direitos Cedidos e, sempre que necessário, adotar medidas, com poderes para praticar, aplicar e assinar recibos e declarações, endossar cheques, bem como praticar todos os atos correlatos, incluindo, entre outros, representar a Outorgante perante qualquer órgão governamental brasileiro quando necessário para efetivar a venda dos Direitos Cedidos;



- (c) praticar todos os atos necessários para receber todos os valores exigíveis mediante ou relativo a qualquer execução de seus direitos com relação a referidos Direitos Cedidos nos termos do Contrato;
- (d) praticar todos os atos necessários e celebrar qualquer instrumento perante qualquer autoridade governamental em caso de venda pública dos Direitos Cedidos, em conformidade com os termos e condições estabelecidos no Contrato;
- (e) praticar todos os atos necessários e celebrar qualquer acordo, contrato, escritura pública e/ou instrumento conforme os termos do Contrato, sempre que necessário ou conveniente com relação ao Contrato para preservar e exercer os direitos dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, conforme os Debenturistas considerem necessário para efetivar a venda dos Direitos Cedidos e na medida permitida nos termos das leis aplicáveis, observado o disposto na Cláusula 3.1 do Contrato;
- (f) sujeito às leis aplicáveis, representar a Outorgante perante terceiros e quaisquer órgãos governamentais ou autoridades federais, estaduais e municipais, inclusive Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, Cartórios de Protesto, instituições bancárias, Secretaria da Receita Federal e todas as respectivas seções, departamentos e subdivisões dos mesmos, na medida em que tal se fizer necessário para o cumprimento das atribuições da Outorgante, nos termos do Contrato; e
- (g) na medida em que for necessário para o exercício dos poderes outorgados pelo presente instrumento, representar a Outorgante perante quaisquer terceiros, incluindo qualquer instituição financeira e qualquer órgão governamental brasileiro ou autoridade brasileira, seja na esfera federal, estadual ou municipal, incluindo o Banco Central do Brasil, a Receita Federal do Brasil e qualquer autoridade ambiental, tributária ou fazendária.

Os termos utilizados no presente instrumento com a inicial em maiúscula, que não tenham sido aqui definidos, terão o mesmo significado atribuído a tais termos no Contrato.

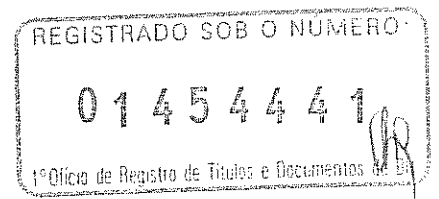
Essa procuração é outorgada como um meio para o cumprimento das obrigações nele previstas, e deverá ser irrevogável, válida e exequível até o término do Contrato, conforme previsto no referido Contrato.

Os poderes outorgados pelo presente instrumento são adicionais em relação aos poderes outorgados pela Outorgante ao Outorgado nos termos do Contrato ou de quaisquer outros documentos e não cancelam nem revogam nenhum de referidos poderes.

O Outorgado ora nomeado pelo presente instrumento está autorizado a substabelecer, no todo ou em parte, os poderes aqui outorgados para advogados ou sucessores do crédito.

A presente procuração é outorgada de forma irrevogável e irretroatável como condição do Contrato e como meio para o cumprimento das obrigações ali estabelecidas, conforme previsto no artigo 684 e 685, salvo em caso de substituição ou destituição do Outorgado como Agente Fiduciário das Debêntures, hipótese em que a presente procuração será considerada automaticamente revogada a partir da respectiva data de sua substituição ou destituição.

Esta procuração será válida pelo prazo de até 1 (um) ano, devendo ser renovada anualmente com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência da data da respectiva expiração, até o fim da vigência do Contrato, ou até o cumprimento e liberação integral das Obrigações Garantidas.



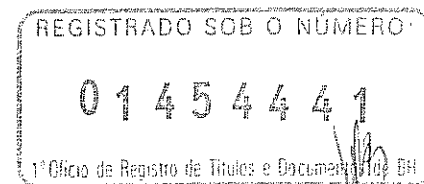
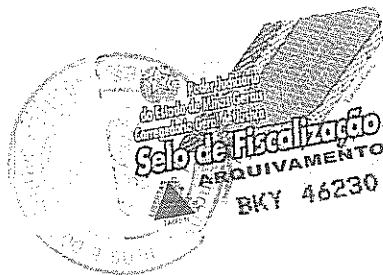
A presente procuração será regida e interpretada em conformidade com as leis da República Federativa do Brasil.

A presente procuração foi assinada pela Outorgante em Belo Horizonte, em [●] de [●] de 2015.

[assinaturas]

[reconhecimento de firma]





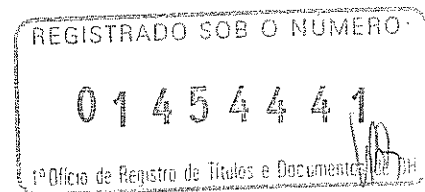
## ANEXO II

### TERMO DE FIANÇA

Pelo presente instrumento particular, [Nome], [qualificação] ("Fiador"), se obriga, com a Vila Real Energia S.A. ("Emissora"), em caráter irrevogável e irretratável, perante a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário representando os interesses dos Debenturistas, como fiador e principal pagador de todas as Obrigações Garantidas ("Valor Garantido"), até o limite de [Inserir Percentual] do Valor Garantido, nos termos e condições estabelecidos no "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Vila Real Energia S.A.", celebrado em 19 de janeiro de 2015. O Fiador expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos no parágrafo único do artigo 333 e artigos 364, 366, 821, 827, 834, 835, 837, 838 e 839, todos do Código Civil, e nos artigos 77 e 595, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"). O Fiador subrogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a fiança. Caso os Debenturistas estejam exigindo e/ou demandando a Emissora por outros valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão, o Fiador se obriga a exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor honrado pelo Fiador, nos termos da fiança, somente após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos da Escritura de Emissão. A Fiança poderá ser executada e exigida, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias e em qualquer ordem até a integral liquidação do Valor Garantido, desde que respeitados os percentuais estabelecidos na Escritura de Emissão e em suas eventuais alterações. Nenhuma objeção ou oposição pessoal da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelo Fiador com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas. A fiança aqui referida é prestada pelo Fiador em caráter irrevogável e irretratável, e vigorará, em todos os seus termos, até o integral cumprimento, pela Emissora, de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive nos casos de prorrogação, nos termos aqui previstos e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil. Os termos iniciados com letra maiúscula usados neste instrumento e não definidos de outra forma neste instrumento deverão ter os significados atribuídos a eles na Escritura de Emissão.

Belo Horizonte – MG, [•] de [•] de [•].

[Nome do Fiador]

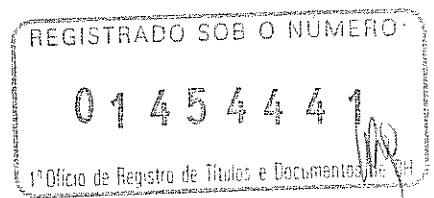


### ANEXO III

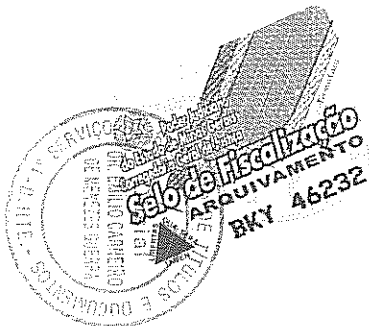
### LISTA DE EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS

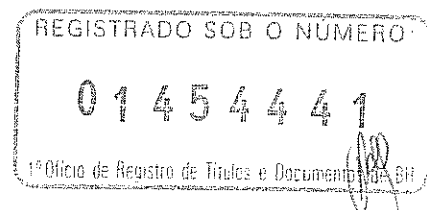
	Descrição completa - Arquivo da Carga e Revisada	Tipo
Maynart	Gerador UN-01, Tensão 6,6 kV, Potência 2600 kVA, Rotação 900 rpm, Fator de potência 0,8, Rendimento máximo 0,83, Tecnomasio Italiano Brown Boveri, ano de fabricação 1958, nº de série T-491736, modelo Waf-1958	gerador
Maynart	Gerador UN-02, Tensão 6,6 kV, Potência 2600 kVA, Rotação 900 rpm, Fator de potência 0,8, Rendimento máximo 0,83, Tecnomasio Italiano Brown Boveri, ano de fabricação 1958, nº de série T-491737, modelo Waf-1958	gerador
Maynart	Turbina, Potência 2100 kW, Rotação 900 rpm, Queda 45,00 m, Rendimento máximo 0,83, Leffel	turbina
Maynart	Turbina, Potência 2100 kW, Rotação 900 rpm, Queda 45,00 m, Rendimento máximo 0,83, Leffel	turbina
Maynart	Gerador PZ-01, Tensão 6,3 kV, Potência 2250 kVA, Rotação 750 rpm, Fator de potência 0,8, Rendimento máximo 0,953, Tecnomasio Italiano Brown Boveri, ano de fabricação 1958, nº de série 491732, modelo WA510h	gerador
Maynart	Gerador PZ-02, Tensão 6,3 kV, Potência 2156 kVA, Rotação 900 rpm, Fator de potência 0,9, Rendimento máximo 0,953, Gevisa, nº de série ZTH 227001295, modelo 271R48361	gerador
Maynart	Turbina, Potência 2634 kW, Rotação 900 rpm, Queda 293,38 m, Rendimento máximo 0,87, Bell Kriens, ano de fabricação 2003, nº de série 1951	turbina
Maynart	Gerador UN-01, Tensão 6,6 kV, Potência 2250 kVA, Rotação 720 rpm, Fator de potência 0,8, Rendimento máximo 0,82, Tecnomasio Italiano Brown Boveri, nº de série T-491734, modelo Wa - 6101	gerador
Maynart	Gerador UN-02, Tensão 6,6 kV, Potência 2250 kVA, Rotação 720 rpm, Fator de potência 0,8, Rendimento máximo 0,82, Tecnomasio Italiano Brown Boveri, nº de série T-491733, modelo Wa - 6101	gerador
Maynart	Turbina, Potência 1800 kW, Rotação 750 rpm, Queda 53,00 m, Rendimento máximo 0,82, Leffel, ano de fabricação 1945, nº de série W2347	turbina
Maynart	Turbina, Potência 1800 kW, Rotação 750 rpm, Queda 53,00 m, Rendimento máximo 0,82, Leffel, ano de fabricação 1945, nº de série W2347	turbina
Maynart	Turbina, Potência 1800 kW, Rotação 750 rpm, Queda 53,00 m, Rendimento máximo 0,82, Leffel, ano de fabricação 1945, nº de série W2724	turbina
Maynart	Gerador UN-01, Tensão 6,3 kV, Potência 2650 kVA, Rotação 720 rpm, Fator de potência 0,8, Rendimento máximo 0,83, Tecnomasio Italiano Brown Boveri, nº de série B-464483, modelo W 710f	gerador
Maynart	Gerador UN-02, Tensão 6,3 kV, Potência 2650 kVA, Rotação 720 rpm, Fator de potência 0,8, Rendimento máximo 0,83, Tecnomasio Italiano Brown Boveri, nº de série B-464484, modelo W 710f	gerador
Maynart	Turbina T1, Potência 2120 kW, Rotação 720 rpm, Queda 45,00 m, Rendimento máximo 0,84, Bell, ano de fabricação 1939, nº de série 1697	turbina





	Descrição completa - Arquivo da Carga e Revisada	Tipo
Maynart	Turbina T2, Potência 2120 kW, Rotação 720 rpm, Queda 45,00 m, Rendimento máximo 0,84, Bell, ano de fabricação 1939, nº de série 1696	turbina
Furquim	Gerador G1, Tensão 6,9 kV, Potência 3350 kVA, Rotação 514,3 rpm, Fator de potência 0,9, Rendimento máximo 0,8, Gevisa, ano de fabricação 2003, nº de série PVH227001304, modelo 271R486G1	gerador
Furquim	Gerador G2, Tensão 6,9 kV, Potência 3350 kVA, Rotação 514,3 rpm, Fator de potência 0,9, Rendimento máximo 0,8, Gevisa, ano de fabricação 2003, nº de série PVH227001305, modelo 271R486G1	gerador
Furquim	Turbina T1, Potência 3088 kW, Rotação 514,3 rpm, Queda 56,79 m, Rendimento máximo 0,8, Lindner, ano de fabricação 2003, nº de série 1954	turbina
Furquim	Turbina T2, Potência 3088 kW, Rotação 514,3 rpm, Queda 56,79 m, Rendimento máximo 0,8, Lindner, ano de fabricação 2003, nº de série 1954	turbina
Fumaça	Gerador G1, Tensão 6,9 kV, Potência 5600 kVA, Rotação 514,3 rpm, Fator de potência 0,9, Rendimento máximo 0,971, GE, ano de fabricação 2002, nº de série PTH2270001240, modelo 271R451G1	gerador
Fumaça	Gerador G2, Tensão 6,9 kV, Potência 5600 kVA, Rotação 514,3 rpm, Fator de potência 0,9, Rendimento máximo 0,971, GE, ano de fabricação 2002, nº de série PTH2270001241, modelo 271R451G1	gerador
Fumaça	Turbina e Mancal de apoio da turbina serie 1007 GR I, Potência 5155 kW, Rotação 514,3 rpm, Queda 52,93 m, Rendimento máximo 0,93, Voith Siemens, ano de fabricação 2002, nº de série 18980	turbina
Fumaça	Turbina Compl. turbina Francis simples Voith Siemens serie 18891 potencia nominal 5155 kW e Mancal de apoio da turbina nº serie 1008 GR II, Potência 5155 kW, Rotação 514,3 rpm, Queda 52,93 m, Rendimento máximo 0,93, Voith Siemens, ano de fabricação 2002.	turbina





ANEXO IV  
LISTA DE IMÓVEIS

Matricula	Usina	Área	Local
8630	PCH Caboclo	290,400 m2	Distrito de Antônio Dias, município de Ouro de Ouro Preto-MG.
8631	PCH Caboclo	389,00 ha	Distritos de Santa Rita de Ouro Preto e Antônio Dias, município de Ouro Preto-MG.
10247	PCH Prazeres e Funil	16 ha	Distrito de Santa Rita do Ouro Preto, município de Ouro Preto-MG.
10241	PCH Salto	8 Alqueires	Distrito de Santa Rita do Ouro Preto, município de Ouro Preto-MG.
13.707	PCH Furquim	8,82 ha	Distrito de Furquim deste Município e Comarca de Mariana-MG.
10.787	PCH Furquim	0,36 ha	Mariana-MG.

